

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Comunicação Social
Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura

**GLOBALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: A CENTRALIDADE
DA COMUNICAÇÃO**

Rio de Janeiro, fevereiro de 2004

Rafael Freitas da Silva

Globalização e resistência: a centralidade da comunicação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: **Prof. Dr. Mohammed El
Haji**

Rio de Janeiro, fevereiro de 2004

À Michelle

AGRADECIMENTOS

Como estudante de uma universidade pública sempre tive a preocupação de estender este direito (que hoje infelizmente constitui-se num privilégio) para a construção de uma sociedade mais justa. Por isso, o meu primeiro agradecimento vai para a sociedade brasileira, que mesmo com todas as dificuldades ainda acredita em um sistema público de educação, e esta é uma minha humilde contribuição para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, a Capes, da qual tive a honra de ser bolsista, é um poderoso instrumento de fomento ao conhecimento. Agradeço ao Centro Acadêmico de Comunicação Social da UFRJ, espaço onde adquirir tanto conhecimento e cidadania quanto dentro das salas de aula. À Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos), que continua abrindo os horizontes da democratização da comunicação. Agradeço aos companheiros do Comunicativistas e do Intervozes por manterem acesa a chama que nos faz seguir adiante. Agradeço aos meus pais, que sempre foram o suporte de todas as minhas ações e opções. A eles devo tudo o que sou. Ao meu irmão pela ajuda sempre inestimável de todas as horas. Por último, agradeço ao professor Mohammed pelas contribuições a este trabalho, pela calma transmitida quando eu já a perdia, e pela sempre ciosa atenção aos prazos e datas.

RESUMO

Neste trabalho tentaremos demonstrar que no atual processo de globalização a comunicação exerce uma preponderante centralidade tanto no que diz respeito à sua constituição sistêmica quanto no que proporciona a sua resistência. É por meio dos modernos instrumentos de comunicação que a economia globalizada se estrutura, que as relações de trabalho e subjetividade se transformam e que “novos” movimentos sociais têm se fortificado. Da mesma forma, as conexões entre as novas tecnologias da comunicação na acumulação capitalista e o surgimento desses movimentos sociais em escala global têm denotado também as transformações no âmbito da soberania e do poder. Assim pretendemos analisar em que medida a comunicação em sua centralidade pode ser apropriada e utilizada na construção de novas subjetividades, de novas estratégias de resistência e de um projeto global transformador da sociedade.

ABSTRACT

In this work we will try to demonstrate that in the current process of globalization the communication in such a way exerts a preponderant centrality as much as says in its systemic constitution than as provides in its resistance. It is by means of the modern instruments of communication that the global economy molds, that the relations of work and subjectivity transform and that “new” social movements have strengthened. In the same way, the connections between the new technologies of the communication in the capitalist accumulation and the sprouting of these social movements in global scale have also denoted the transformations in the scope of the sovereignty and the power. Thus we intend to analyze where measured the communication in its centrality it can appropriate and be used in the construction of new subjectivity, of new strategies of resistance and a transforming global project of the society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – GLOBALIZAÇÃO, SOBERANIA E COMUNICAÇÃO	14
1.1 Capitalismo e comunicação	14
1.2 Estado e soberania	28
1.3 Impérios	37
CAPÍTULO 2 – TRABALHO, CAPITALISMO E COMUNICAÇÃO	47
2.1 Do fordismo ao pós-fordismo: a emergência do trabalho imaterial	47
2.2 As consequências da economia informacional	58
2.3 A intelectualidade da massa ou o <i>General Intellect</i>	72
CAPÍTULO 3 – A VOLTA DOS “PIRATAS” CONTRA O MONOPÓLIO INFORMACIONAL E COGNITIVO	79
3.1 A volta dos piratas	79
3.2 A reação da propriedade: rumo ao monopólio sobre a vida	87
3.3 A internet como paradigma do paradoxo: na fresta da lógica do capital	97
CAPÍTULO 4 – A VOLTA DOS “ANARQUISTAS” CONTRA O CAPITAL GLOBAL	110
4.1 A gênese do movimento dos movimentos	110
4.2 O início em Chiapas e os dias de ação global: o reviver anarquista	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

*A utopia está no horizonte...
Me aproximo dois passos,
ela se afasta dois passos,
caminho dez passos
e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe
jamais a alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso,
para caminhar.*

(Eduardo Galeano)

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu de uma profunda inquietação quando eu ainda era estudante de graduação na Escola de Comunicação da UFRJ. Enquanto me envolvia intensamente no movimento estudantil, nas reuniões do centro acadêmico (CA), da ENECOS e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), acompanhava, a distância, a emergência do que a imprensa em geral retratava como sendo “movimentos antiglobalização”. Eram jovens como eu, que volta e meia aterrorizavam os encontros dos organismos financeiros e comerciais, sitiando seus encontros e atrapalhando suas reuniões.

Por que aqueles jovens dos países desenvolvidos, que para mim até então pareciam sempre desinteressados pela pobreza mundial, estavam se organizando de uma forma que não se via desde o final da década de 1960? Quais eram os motivos que estavam levando aquelas milhares de pessoas às ruas para protestar contra organismos internacionais que sempre haviam privilegiado seus países economicamente? Tinham deixado de ser nacionalistas e finalmente resolvido ter um pouco de solidariedade? Por que não havia partidos políticos e sindicatos, que para mim pareciam os mais óbvios agentes de mobilização? Eram movimentos realmente “novos”, transformadores, ou apenas conjunturais? Quem eram eles? Onde estudavam? Quais seus e-mails?

Mal sabia eu que grande parcela das minhas respostas encontrava-se justamente nessas relações que esses jovens tinham com a produção de comunicação. De certa forma, eu me sentia atraído por uma curiosidade incessante sobre esses fenômenos. Afinal, eram meus contemporâneos do mundo desenvolvido que estavam se levantando para agitar bandeiras e bumbuns. Jovens que haviam crescido e se educado, assim com eu, sob as transformações da última década. A chamada década perdida, de hegemonia das políticas neoliberais, do fenômeno da globalização econômica, de tantas derrotas e decepções para os movimentos progressistas da sociedade. A década do consumismo, do individualismo, das revoluções tecnológicas da comunicação, da informação, do desenvolvimento da informática e da internet.

Nesse sentido, todos os caminhos de reflexão sobre os últimos acontecimentos históricos, econômicos, políticos e sociológicos me levavam sempre a uma constatação fundamental: o papel central que a comunicação exercia nas transformações do mundo atual. A partir dessa perspectiva, ficou evidente que esses novos movimentos sociais globais eram um reflexo das modificações por que o mundo havia passado

nos últimos anos e que tinham no desenvolvimento das infra-estruturas de comunicação e informação fatores determinantes.

Por isso, no primeiro capítulo, nos deteremos em um dos conceitos mais importantes dos últimos tempos – a globalização – que tem na difusão dos processos comunicativos o seu esteio de percepção subjetiva. Quais as relações que determinam o lugar da comunicação nos processos de globalização; como esse fenômeno tem afetado as funções reguladoras dos fluxos econômicos, culturais e políticos do Estado no processo cotidiano do poder e como as modernas teorias de soberania debatem e entendem os efeitos desses deslocamentos.

Com essa análise, será possível nos determos, a partir do segundo capítulo, nas transformações por que passou o capitalismo nas últimas décadas como forma de entender as novas relações de trabalho e de reprodução do capital que engendram as novas relações sociais de resistência e propriedade. E também como o desenvolvimento dos meios de produção deslocou o consumo e o trabalho para a valorização de bens imateriais. Nessa perspectiva, são as características da emergência de um trabalho cada vez mais imaterial, produtor de bens virtuais, cognitivos, comunicativos e subjetivos, que renovam as possibilidades de transformações sociais, assim como criam mecanismos mais sofisticados de exploração e de controle por parte do capital. Nesse processo, tentaremos identificar o papel da comunicação, que também cremos como central, no desenvolvimento de um capitalismo cada vez mais atravessado pelos dispositivos da cognição, da informação e da subjetividade e verificaremos a constituição de um novo patamar de reprodução de um capital “parasitário”, no qual o controle da socialização dos fluxos comunicativos aparecem com o seu grande pilar de sustentação.

No terceiro capítulo, procuraremos debater as atuais formas de resistência a essa apropriação parasitária dos bens comuns por parte do capital. A emergência de um contingente de indivíduos e práticas que transgride as normas da propriedade atual e enfrenta de forma mais nítida as consequências de uma economia informacional que se apóia na exclusão para a sua maxirreprodução. Tentaremos demonstrar que a atuação dos diversos tipos de “piratas” modernos tem ferido de morte a lógica desse capital, que como resposta pressiona para formas ainda mais opressoras de privatização da vida, do bem comum e da natureza para garantir sua reprodução. Nesse contexto de resistência e propriedade também demonstraremos como os processos de apropriação e reapropriação da comunicação são determinantes nessa disputa entre a recusa da

propriedade e a sua intensificação. Por último, é o nascimento da internet, como o paradigma do paradoxo da reprodução-resistência ao capital da propriedade imaterial, que nos leva à compreensão das lógicas que engendram nossa época.

No quarto capítulo, finalmente, chegamos aos movimentos sociais globais que tem emergido como uma força potencialmente contestadora dos ditames da globalização econômica. Tentaremos, nesse capítulo, expor sua gênese, os processos que levam à sua formação e as definições de suas características principais. A partir da descrição da Ação Global dos Povos e dos dias de ação global, encontraremos as características de atuação política que orientam as mobilizações populares contemporâneas. A partir daí, discutiremos as semelhanças que possam existir entre essas novas dinâmicas de organização com a volta dos valores anarquistas de atuação, resistência e liberdade, na perspectiva da luta contra o capital global. Dessa forma, ressaltamos a volta de dois movimentos, de duas concepções históricas que pareciam estar mortas, mas que voltam tal qual uma ave fênix, para incomodar a burguesia. O retorno dos princípios piratas e anarquistas parecem ser os símbolos de uma nova era de combates.

CAPÍTULO 1

GLOBALIZAÇÃO, SOBERANIA E COMUNICAÇÃO

Tão transnacional quanto o capital!
(Palavra de ordem gritada nas manifestações globais)

1.1 Capitalismo e comunicação

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do sistema capitalista no mundo e traz consigo todas as imperfeições e desigualdades já tão conhecidas, só que agora em escala mundial. Karl Marx e Friedrich Engels (2001) já preconizavam a inevitável globalização capitalista, em 1848, no clássico texto do *Manifesto comunista*. Incluíam em suas análises, apesar da época, o importante papel que as comunicações já exerciam e viriam exercer no desenvolvimento do capitalismo:

Pelo rápido desenvolvimento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, a burguesia impele todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a torrente da civilização. Os preços baixos de suas mercadorias são a artilharia pesada que derriba todas as muralhas da China, que obriga os bárbaros xenófobos mais renitentes a capitularem. Obriga a todas as nações, sob pena de arruinarem-se, a adotarem o modo de produção burguesa; obriga-as a introduzirem em seu seio a chamada civilização, isto é, compele-as a tornarem-se burguesas. Em suma, plasma um mundo à sua própria imagem (id., ib., p. 30).

Uma incrível descrição de nossos tempos. A passagem acima, se não identificados os autores e a obra, poderiam constar de qualquer trabalho mais recente sobre os caminhos da globalização. Passados mais de 150 anos da publicação dessas frases, nos deparamos com um cenário extremamente parecido com aquele imaginado pelos pais do materialismo histórico. Durante esse tempo a força do capitalismo não conheceu obstáculos ou retenções intransponíveis e continuou sua rápida ampliação até nossos dias. Sua artilharia comercial pesada realmente derrubou todas as muralhas da China e a acrescentou em seu poder de fogo. Essa é a sinopse de um sistema que tem por obrigação estar sempre em expansão. Essa é sua condição de existência. A própria lógica do funcionamento do sistema capitalista impele esse fenômeno ao mesmo tempo expansivo e concentrador. O sistema se baseia na concorrência feroz, na busca incessante pelos custos de produção mais baixos possíveis e também de novos mercados para escoar a produção. Essa constante expansão não pode

existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, com eles assim, todas as relações sociais e de poder.

O historiador e economista Karl Polanyi (2000) concluíra, em sua obra mais importante, que o surgimento das economias de mercado, mais do que um natural processo econômico resultou de uma ruptura cultural e ideológica. Para Polanyi, era necessária a construção de uma ideologia social que pudesse alicerçar a implantação da economia de mercado na sociedade, visto que o ganho e o lucro feitos nas trocas entre os homens jamais tinham desempenhado um papel importante na economia humana (id., ib.). Em todos os sistemas econômicos até o aparecimento do capitalismo, o lucro não havia ocupado um lugar proeminente. Os princípios da reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade organizavam a economia das sociedades até então, assim como demonstrou o estudo antropológico pioneiro de Malinowski sobre o processo de trocas entre tribos da Polinésia, denominado “kula”. Tais princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social. Nessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens eram asseguradas por meio de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento (id., ib.).

Dessa forma Polanyi se contrapunha à tese dos liberais clássicos que afirmavam ter o homem um instinto mercantil natural. Era o conceito do *homo economicus*, no qual as pessoas possuíam instintivamente propensão à barganha, à permuta e à troca; e por isso a formação de uma economia de mercado resultaria como um processo inevitável do desenvolvimento das sociedades. O homem caminharia “naturalmente” ao sistema da economia de mercado porque era sua inclinação, contudo

a pesquisa antropológica e histórica tem mostrado exaustivamente que a economia humana, como um todo, está imersa em suas relações sociais. O homem não age economicamente para salvaguardar seus interesses individuais na posse de bens materiais e sim para proteger a sua situação social, que implica reivindicações e conquistas. Os bens materiais são positivamente valorizados quando atendem a essas finalidades (SODRÉ, 2003, p. 30).

Assim uma economia de mercado só poderia existir em uma sociedade de mercado e isso, para Polanyi, obviamente não havia existido até a constituição de um capitalismo em larga escala e de um sistema que se propunha universal. Dessa forma para alterar o estatuto cultural e ideológico da sociedade, foi preciso mercantilizar três elementos essenciais para a composição e o desenvolvimento das economias de mercado: terra, trabalho e dinheiro. Em nenhum momento da história esses três elementos foram vistos como

mercadorias. A economia de mercado funciona com base na construção ideológica e cultural em três ficções (mitos), de que esses três elementos constituíam mercadorias negociáveis. Assim ficava claro que o surgimento do capitalismo moderno mais do que uma operação econômica resultava conjuntamente de uma transformação cultural e social. A economia de mercado precisava ser introduzida nas relações sociais do homem, no seu trabalho e na forma de exercício do poder que o subjugava. A importância desse processo na formação das sociedades modernas e do desenvolvimento do capitalismo pode ser medida pela forma com que Polanyi se refere ao fato, batizando-o de “a grande transformação”.

Portanto, o capitalismo (e a relação de capital que resulta) precisa constantemente promover rupturas culturais à medida que se desenvolve para melhor exercer seu controle e conseqüentemente dinamizar sua reprodução. Assim supomos a existência de uma “sintonia” entre o progresso tecnológico, a ideologia, os modos de trabalho e as formas de soberania e poder que se desenvolvem. Ao mesmo tempo que se modificam as relações de produção e trabalho capitalistas, também se transformam as relações sociais e as formas de manutenção da soberania.

Por isso “esse breve século XX”, conforme descreveu o historiador inglês Eric Hobsbawm (1995), foi perturbador para os homens. Um século de extremos: de períodos de guerras e paz, fome e riqueza, de crescimento populacional e desenvolvimento, de industrialização e pobreza. Foi o século das cidades e de novas formas de sociabilidade. O século da velocidade e do intenso desenvolvimento tecnológico. Nunca na história, a humanidade, em tão curto espaço de tempo, reinventou tantas vezes as suas formas de vida e de produção. Assistimos em pouco mais de cem anos a avanços inacreditáveis em praticamente todas as áreas da ciência, sobretudo naquelas que propiciam eficiência ao desenvolvimento econômico. Essa incrível expansão tecnológica dos instrumentos de produção tanto aumentou a capacidade de domínio e expansão do capital quanto alterou as

formas de trabalho e exploração, que conseqüentemente alteravam também as formas de resistência e de percepção do poder.

Chegamos ao século XXI com a constatação de que a mais surpreendente de todas essas reinvenções que possibilitaram novas formas de subjetividades, de domínio e de ver e sentir o mundo tenha sido, provavelmente, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. De todas as técnicas esta é a que mais dinamizou o desenvolvimento de outras por meio da interação que permite entre os homens. Pela acelerada comunicação de nossos tempos, as formas de trabalho e a reprodução do capital estão sendo continuamente modificadas, assim como a percepção do mundo em que vivemos.

Segundo o jurista Fábio Konder Comparato (BUCCI, 2000), a experiência histórica não cessa de demonstrar que nenhum sistema de poder permanece como legítimo na consciência coletiva sem um esforço contínuo de justificação, para tentar obter a submissão pacífica e voluntária, senão convicta, de seus subordinados. Na Idade Média, a legitimação do poder senhorial baseava-se no estamento clerical, na justificativa teológica da emanção divina do poder. Nas monarquias absolutistas do Renascimento, a dominação pessoal e incontestável do rei passou a ser justificada politicamente pelos juristas da Corte e pelos pensadores políticos, como Maquiavel e Hobbes (id., ib.). A partir do século XIX, a burguesia empresarial capitalista constitui um grande espectro de intelectuais orgânicos – advogados, economistas, cientistas sociais, jornalistas –, todos empenhados, com os mais diversos argumentos, em defender a excelência do sistema econômico capitalista. Para Konder Comparato, contudo, chegamos agora a uma nova era política, na qual a classe empresarial assume diretamente a incumbência de legitimação da ordem estabelecida, por meio da criação dos grandes órgãos de comunicação de massa.

Portanto, mais do que em qualquer outra época, passa pela comunicação a construção de imaginários, desejos, identidades e ideologias – nunca os meios de comunicação tiveram tamanha influência sobre a mobilização política, social, cultural e, sobretudo, econômica. O aperfeiçoamento do rádio, a invenção da televisão, dos computadores, e o incremento das tecnologias de telecomunicações e da informática revolucionam as formas de convívio humano e dinamizam o potencial expansivo inerente ao capital. Dessa forma, cremos que exista uma relação simbólica entre o aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação e a expansão do domínio capitalista. Quanto maior foi o aperfeiçoamento das comunicações, mais abrangente foi o alargamento dos horizontes comerciais da burguesia e as formas como nos relacionávamos com o espaço social. Desde os limites regionais no início da era do rádio e do telefone, as fronteiras nacionais com a chegada da televisão e o surgimento do paradigma global com o desenvolvimento das telecomunicações e da informática.

Portanto, na globalização econômica e financeira atual os meios de comunicação asseguraram ao sistema capitalista uma presença planetária, alterando as relações de espaço e tempo perceptíveis e gerando o que podemos chamar de “convergência dos momentos” (SANTOS, 2000). O geógrafo brasileiro Milton Santos, em um dos seus últimos trabalhos, defende que dois fatores fundamentais possibilitaram o desenvolvimento dessa nova fase do capitalismo: a conformação do estado das técnicas e do estado da política. Em relação ao estado das técnicas, diz ser sua característica atual a “unicidade global” assegurada pela hegemonia das técnicas de comunicação. Pela primeira vez na humanidade um conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença.

Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informação, da eletrônica. Ela vai permitir duas grandes

coisas: a primeira é que diversas técnicas existentes passam a se comunicar entre elas. A técnica da informação assegura esse comércio, que antes não era possível. Por outro lado, ela tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico (id., ib., p. 25).

Outra característica das atuais técnicas da informação para Santos é o seu caráter despótico. “A tirania da informação” reside no fato de que em vez de permitir “uma ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam”, essas técnicas servem como “alicerce do sistema ideológico, que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepção fragmentada e ao discurso único” (id., ib.).

Da mesma forma, para o geógrafo, serviu também como propulsor da globalização a conformação do estado da política, que, a partir do final da década de 1980, com a queda dos regimes comunistas europeus e a exposição de suas contradições internas, ganhou contornos unitários, “possibilitou a existência de um motor único na História e a cognoscibilidade do planeta” (id., ib.).

Havia, com o imperialismo, diversos motores, cada qual com sua força e alcance próprios: o motor francês, o motor inglês, o motor alemão, o motor português, o belga, o espanhol etc., que eram motores do capitalismo, mas empurravam as máquinas e os homens segundo ritmos diferentes, modalidades diferentes, combinações diferentes. Hoje haveria um motor único que é exatamente, a mais-valia universal (id., ib., p. 29).

Portanto, Santos identifica que as relações entre o desenvolvimento das técnicas de informação e comunicação e a conjuntura política do final do século XX foram as linhas mestras da implementação do processo de mundialização econômica e financeira. Provavelmente em nenhum outro momento do desenvolvimento capitalista a comunicação social tenha exercido um papel de tão grande importância nas transformações contemporâneas da humanidade.

Já no trecho que extraímos do *Manifesto comunista* podemos notar que o surpreendente trecho “pelas comunicações extremamente facilitadas” expõe a crença na condição auxiliadora dos meios de comunicação (incluídos aí os transportes) no desenvolvimento capitalista. É inegável a sua importância no suporte às ambições comerciais da burguesia ao longo da história. Por muito tempo essa comunicação foi força propulsora da imagem e dos mecanismos de controle e expansão do capital. A construção da cultura do consumo em massa, as estratégias de dominação cultural e lingüística, a propagação dos ideais de vida burgueses, como o modo idealizado de vida das famílias – *ways of life* – e o desenvolvimento das estratégias de propaganda e *marketing* fizeram dos meios de comunicação importantes aliados desse sistema econômico na tentativa de plasmar o mundo a sua imagem.

Porém, compartilhamos da tese de que hoje a comunicação superou essa tarefa principal. O seu extraordinário desenvolvimento introduziu novas dinâmicas de (re)produção desse capital global. O consumo da informação, dos valores que transmitem a mídia mundial e a disseminação do conhecimento – todos bens imateriais – tornou-se essencial para a nova lógica de acumulação e controle de um capitalismo cada vez mais “cognitivo e informacional”. Os mais prósperos e lucrativos setores da economia mundial se localizam na produção, disseminação e utilização dos instrumentos de comunicação e informação, tais como a indústria cultural e do entretenimento, o mercado financeiro, a cibernética, a informática, as telecomunicações, os transportes e a administração. Os mais variados setores da economia mundializada procuram cada vez mais associação com as empresas produtoras de informação para que possam alcançar bons patamares de competitividade. Algumas outras empresas chegam ao extremo de abdicarem da tarefa da produção de seus próprios produtos para concentrarem-se no papel de “construtores” do imaginário social. Não é à toa que ao mesmo tempo que ouvimos falar em convergência tecnológica, ouvimos também falar em megafusões empresariais. A comunicação de massa e a indústria cultural estão presentes de modo determinante e transformador na reconfiguração da reprodução do capital e na modificação da realização do trabalho moderno. A competição, a financeirização econômica e o mercado global seriam impossíveis de se realizar sem uma moderna infra-estrutura de comunicação que pudesse impor sentidos e gostos, na tentativa da padronização do desejo e conseqüentemente do consumo massivo e mundial. Os paradigmas da comunicação estão constantemente impregnando a forma como vivemos e consumimos. A propaganda e o culto à imagem invadem as lógicas do aprendizado e das relações de gestão e de trabalho: a empresa-rede, o *self-made*, o trabalho autônomo, o presidente-garoto-propaganda das marcas-companhias mundiais são exemplos dessas mutações. Está mais do que claro que “a produção comunicativa e a construção da legitimação imperial marcham lado a lado e não podem mais ser separadas” (HARDT e NEGRI, 2001). Em síntese, a constituição da comunicação de massa hoje é central para a reprodução do capitalismo, sendo este o principal motor para a maioria de suas inovações técnicas, para a sua expansão e legitimação.

Porém, assim como a comunicação exerce sua hegemonia no capitalismo de nossos dias é também por meio dela que vamos encontrar as mais criativas e potentes formas de mobilização social e cooperativa na resistência a globalização liberal. O paradigma da comunicação global também faz parte da nova estética da organização social. O aparecimento de novos atores sociais nos últimos anos – principalmente a partir das mobilizações contra a reunião da OMC em Seattle no ano de 1999 – que incorporam estas novas técnicas da informação como um meio perceptivo e comunicativo na produção de novas subjetividades combinando participação social com a atividade de construção da interconexão midiática. Um bom exemplo disso é a utilização da internet como ferramenta de mobilização, denúncia e produção de discursos contra-hegemônicos.

Assim, é possível dizer que as evoluções tecnológicas não sejam *a priori* ruins para a humanidade, muito pelo contrário, toda tecnologia pode muito bem ser apropriada pela sociedade, pelos movimentos sociais, experiências comunitárias para servir-lhes melhor do que propriamente ao mercado internacional. Assim como a política e a economia, as evoluções tecnológicas também são passíveis de disputas, inclusive durante o seu desenvolvimento técnico, que visam atender os anseios da sociedade sob outras perspectivas mais comunitárias, humanas e libertadoras.

Dessa forma, assumimos a compreensão de uma preponderante centralidade da comunicação nos processos da globalização contemporânea. Esta centralidade se relaciona tanto com os processos de globalização econômica, na dinamização dos fluxos comerciais e financeiros, nas mudanças que proporciona na atividade laboral, no deslocamento dos parâmetros da soberania, quanto com estratégias de mobilização popular e de resistência à atual forma como a globalização se constrói. Essa preponderância inaugura uma nova fase para o capitalismo e para os movimentos sociais, ultrapassa antigos problemas e impõe novos e renovados desafios. Uma centralidade transformadora das relações sociais e econômicas. Assim a comunicação tornou-se a força motriz de um capital cada vez mais dependente dos seus modernos processos. Surge um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo e da informação (SANTOS, 2000).

Assim a comunicação passou a fazer parte integrante da reflexão em diversos sistemas do pensamento. Praticamente todas as indagações sobre o mundo em que vivemos, principalmente sobre os processos da globalização econômica, cultural e social, sobre o desenvolvimento capitalista e as suas formas de resistência popular precisam necessariamente levar em conta o desenvolvimento dos meios de comunicação entre os povos, sob o risco de que a ponderação se torne ineficaz para o entendimento dos problemas e da conjuntura atual.

Por isso o fenômeno da globalização se caracteriza pela desconfortável percepção de que as coisas estão fugindo ao controle pelo seu caráter indeterminado, indisciplinado e

de autopropulsão semelhantes às virtualidades da comunicação. A nova desordem mundial (BAUMAN, 1999). Quem sabe essa “nova desordem” não traga dentro de si algo de bom, no sentido que possibilita a ascensão de uma gama enorme de novas possibilidades de transformação. Antonio Negri e Michael Hardt (2001, p. 15) expõem esse otimismo no polêmico e impactante *Império*:

Nosso desafio político [...] não consiste simplesmente em resistir a esses processos [de globalização] mas em reorganizá-los e canalizá-los para novos objetivos. As forças criadoras da multidão que sustenta o Império são capazes de construir, independentemente, um Contra-Império, uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais. Os esforços para contestar e subverter o Império, e para construir uma alternativa real, terão lugar no próprio terreno imperial – na realidade essa luta já começou.

Milton Santos (2001) também vê nessa nova conjuntura uma abertura para novas possibilidades transformadoras e revolucionárias.

Alguns dados do presente nos abrem, desde já, a perspectiva de um futuro diferente, entre outros: a tendência à mistura generalizada entre os povos; a vocação para uma urbanização concentrada; o peso da ideologia nas construções históricas atuais; o empobrecimento relativo e absoluto das populações e a perda de qualidade de vida das classes médias (id., ib.).

Junto a esses fatores, o geógrafo ainda aponta na esteira das perspectivas transformadoras a “docilidade” dos meios de comunicação.

A grande mutação tecnológica é dada com a emergência das técnicas da informação, as quais – ao contrário das técnicas das máquinas – são constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas, ainda que seu uso perverso atual seja subordinado aos interesses dos grandes capitais. Mas quando sua utilização for democratizada, essas técnicas dóceis estarão ao serviço do homem (id., ib., p. 174).

Não chegamos, portanto, ao fim da história como afirmavam alguns fatalistas e muito menos o tempo presente seria monótono como especulava Fukuyama (1993) e outros. As grandes narrativas da humanidade evidentemente continuam na era da globalização, principalmente aquelas que emergem da resistência popular. No mesmo instante em que

verificamos novas formas de organização popular, comunitárias, transnacionais e independentes, observamos uma conjuntura totalmente nova do ponto de vista das correlações de poder, soberania e trabalho.

É importante para nossa reflexão compreender que o conceito de “globalização” está necessariamente vinculado à expansão do sistema capitalista e suas mudanças fundamentais e é impossível falar dele sem levar em conta as características e a história desse sistema. Tampouco podemos falar que a globalização é um fenômeno recente ou que tenha um marco histórico definido por mais que apresente características e paradigmas próprios. Logicamente a interação entre os povos é tão antiga quanto a própria história da humanidade. Mesmo nos tempos mais remotos as sociedades procuravam interagir entre si. Desde as “rotas da seda” ao período conhecido como das “grandes navegações” no século XV, os homens não somente trocaram mercadorias, mas também sustentaram trocas de informação, conhecimentos científicos e técnicos e crenças religiosas que foram de vital importância para o desenvolvimento das diversas regiões do mundo antigo. Segundo o economista egípcio Samir Amin, esse tipo de mundialização dos tempos antigos oferecia “chances” efetivas para que regiões menos avançadas pudessem equiparar-se às outras. Essas chances eram ou não aproveitadas, segundo casos, de acordo com as determinações internas de cada sociedade em questão¹ (AMIN, 2001).

Em contraposição, a mundialização dos tempos modernos, associada ao capitalismo é, por natureza, polarizadora. Isto é, a lógica da expansão mundial do capitalismo produz, por si só, uma desigualdade crescente entre os parceiros do sistema. O que quer dizer que essa forma de mundialização já não oferece mais uma “chance” de recuperação a ser, ou não, aproveitada segundo as condições internas singulares dos parceiros em questão (id., ib., p. 17).

¹ Amin cita, como o exemplo mais impressionante desse tipo de mundialização, o caso da Europa que durante a Idade Média foi uma região extremamente atrasada se em comparação com outros centros como a China, a Índia e o mundo islâmico e em um curto espaço de tempo – entre 1200 e 1500 – recupera-se e a partir do Renascimento torna-se um novo tipo de centro mais poderoso e promissor, em termos de evoluções decisivas e inovadoras, do que todos seus predecessores.

Assim, podemos concluir duas características fundamentais do processo em curso. A primeira é que de forma alguma, por conta de suas próprias características, a globalização atinge homogeneamente os espaços e as sociedades. A renovada tendência universalista do capital e sua nova fase imperial contraditoriamente mais fragmentam o espaço do que supostamente o homogeneízam.

Durante boa parte da década de 1990 os poderes milagrosos da globalização e as receitas promissoras do neoliberalismo alardeadas pelos meios de comunicação criaram um mito redentor e inevitável do progresso vindouro. O que se verificou, em realidade, foi o contrário, pois ao mesmo tempo que se implementou uma globalização financeira, legitimada pelo “pensamento único” e pela competitividade no mercado global, agravaram-se todos os tipos de problemas sociais.

Apenas três cidades, Nova York, Londres e Tóquio, concentram mais da metade de todas as transações financeiras enquanto as 47 nações menos avançadas representam juntas apenas 0,3% do comércio mundial. Os benefícios da nova ordem não parecem atender a todos quando 2 bilhões de pessoas vivem sem água potável. No fim do século XX, existiam mais 600 milhões de pobres do que em 1960 e 1,4 bilhão de pessoas no mundo inteiro ganhando menos que um dólar por dia (SANTOS, 2000).

Segundo dados do relatório mais recente da OIT² o desemprego mundial no ano de 2003 bateu todos os recordes alcançando mais de 186 milhões de pessoas. Quando os progressos da medicina e da informação, em épocas globalizantes, deveriam possibilitar uma redução substancial dos problemas de saúde, 14 milhões de pessoas morrem todos

² Organização Internacional do Trabalho – relatório referente ao ano de 2003. Agência Reuters, 22 jan. 2004.

os anos antes de chegar ao quinto ano de vida (id., ib.). O agravamento dos indicadores sociais atinge tanto os países do chamado Terceiro Mundo quanto os do mundo desenvolvido. É possível encontrar em todas as grandes metrópoles mundiais cenas que corresponderiam a diferentes níveis de riqueza e pobreza. O que assistimos na era da globalização, na verdade, é o agravamento das condições de vida da maioria da população mundial em detrimento de uma minoria cada vez mais escassa.

A segunda característica fundamental da globalização é que a soberania que controla os destinos e as transformações da sociedade está se deslocando para fora do que se convencionou chamar de Estado-nação. Isto é, a determinação e a regulação do poder já não se encontra mais totalmente ao alcance das condições internas de uma ou outra sociedade. A maior parte dos pensadores e intelectuais parece concordar que - sob perspectivas e análises diferentes -, na esfera da globalização, os Estados-nação entram em uma profunda crise de legitimidade soberana. Esta é uma das discussões mais importantes a serem feitas no momento atual, pois é a partir da compreensão de como atualmente a soberania, o poder e a dominação são exercidos (suas regras, formas, caminhos, estatutos, lugares) que se pode pretender contrapor uma lógica que tenha um efeito transformador. Nesse sentido, a comunicação pode ser o ponto de partida já que a sua constituição exerce hoje um papel central na redefinição dos marcos do capitalismo.

1.2 Estado e soberania

Uma das principais questões teóricas em torno da questão da globalização e das suas consequências se localiza em torno do lugar da soberania contemporânea. Isto é, onde reside o poder na globalização, quais as características desse poder, de que forma é exercido e qual o novo papel do Estado-nação. Em nosso estudo, além disso, também é importante discutir de que forma a comunicação tem ajudado a construir um

novo tipo de soberania sobre os povos e que tipos de instrumentos potencializa para a sua resistência e transformação.

A definição que nos parece mais apropriada para caracterizar o tipo de soberania a que estaremos nos referindo significará pensá-la como “o controle da reprodução do capital e, portanto, o comando sobre a produção de relacionamento das forças que o constitui (trabalhadores e patrões, proletariado e burguesia, multidões e monarquia imperial)” (NEGRI, 2003). Dessa forma, poderemos analisar de forma mais clara as modificações porque passaram as formas de reprodução do capital e conseqüentemente o exercício da soberania.

Do ponto de vista mais exterior e empírico observamos que o Estado agora tem uma função secundária em relação à economia – ao controle da reprodução do capital – deve retirar-se de setores antes vistos como estratégicos ou de bem-estar social, para que as empresas os administrem, baseadas no seu principal fundamento: a busca pelo lucro. Tal política neoliberal passa a ser implementada de forma mais sistemática a partir final dos anos 1970, principalmente impulsionada pelos governos de Ronald Reagan (Estados Unidos) e Margaret Thatcher (Grã-Bretanha), e vai com o passar dos anos ganhando novos adeptos e força. Basicamente, essa política segue os vetores econômicos constituídos por meio do Consenso de Washington que definia elementos considerados decisivos para o progresso tanto pelas autoridades econômicas americanas quanto pelos dirigentes das instituições financeiras internacionais. Entre os mais importantes desses elementos estão a privatização das empresas estatais, a liberalização dos mercados financeiros e do comércio internacional, a “desregulação” e a introdução da concorrência nos diversos setores da economia, o fim dos subsídios estatais e a garantia do livre fluxo dos investimentos estrangeiros, assim como a igualdade de concorrência com o capital doméstico. A maior parte desses dogmas ainda permanece em voga, mesmo que mais combatidos do que há tempos.

Assim, setores da economia como o das telecomunicações, as atividades bancárias, a geração de energia, a administração de estradas, portos, aeroportos, são passados para as mãos do mercado, de acordo com sua lógica. Saúde e educação deixadas à margem pelo Estado, para que parte de tais setores se tornem também alvo da iniciativa privada. A desregulamentação do Estado desloca o centro de gravidade da sociedade do público para o mercado, que passa a ser o principal fator de regulação. Durante boa parte da década de 1990 a expansão dos valores da empresa e do interesse privado impuseram um recuo das forças sociais, a retração do serviço público e do se convencionou designar como Estado-nação-providência. Este se torna, cada vez mais, um Estado-empresa-providência servindo como mediador e regulador dos interesses da iniciativa privada. A competitividade em escala mundial – possibilitada e dinamizada mais do que nunca pelo surgimento das novas tecnologias da comunicação e da informação – obriga as empresas nacionais e multinacionais a se associarem em busca do domínio do mercado globalizado. As megafusões transformam as empresas em mundiais, e não mais em multinacionais. A constituição de gigantescos oligopólios em diversos ramos da indústria e comércio torna-se freqüente e amplia ainda mais o poder econômico e político das corporações. As fronteiras e a territorialidade do dinheiro e das finanças praticamente desaparecem. É a época dos “donos sem rosto”, conforme Zygmunt Bauman (1999).

Mesmo sobre essa análise mais exterior notamos que Estado-nação tem perdido de forma significativa uma das suas prerrogativas mais importante, a soberania sobre a regulação dos fluxos econômicos. Por mais que ela permaneça formalmente nas constituições e leis de cada país, é mais do que evidente a submissão do Estado aos interesses econômicos das megacorporações e aos organismos financeiros internacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial.

Contraditoriamente se formos observar o desenvolvimento do Estado moderno constataremos que este sempre foi um importante regulador do capitalismo. Karl Polanyi (2000), no mesmo trabalho a que nos referimos a pouco, demonstrou que uma economia de mercado livre dos regulamentos exteriores não conseguiria existir, e que por isso as teses liberais se constituíam num mito. Dessa forma, o Estado desempenhava um papel estabilizador; isto é, um mediador dos interesses capitalistas em prol do seu desenvolvimento sistêmico do capital, mesmo que a sua atuação afete os interesses imediatos dos mesmos. Os próprios Karl Marx e Friedrich Engels também viam o Estado como “a diretoria executiva que administra os interesses dos capitalistas” (HARDT e NEGRI, 2001).

A competição entre capitalistas – mostra o raciocínio – por livre que seja, não assegura o bem comum do capitalista coletivo, pois seu impulso egoísta imediato de obter lucro é fundamentalmente míope. Por prudência, o Estado é exigido para mediar os interesses dos capitalistas como indivíduos, elevando-os, no interesse coletivo do capital (id., ib., p. 325 e 326).

Partindo dessa lógica, ou os capitalistas modernos conseguiram, na globalização, romper com essa função reguladora do Estado assumindo diretamente a tarefa de “ser a diretoria executiva” de seus próprios interesses (o que poderia resultar em um rápido colapso do sistema), ou estamos em um processo onde a soberania dos fluxos econômicos e principalmente do controle sobre a relação do capital na sociedade está se deslocando para “outra instância normativa” (de natureza exterior e diversa ao Estado), em que da mesma forma o autoritarismo do Estado sobre os capitalistas não está tão evidente.

Antonio Negri e Michael Hardt (2001) desenvolvem a teoria de que o Estado-nação moderno surge como uma resposta as constantes crises da modernidade (européia). Essa resposta tinha como principal objetivo controlar e organizar “a crise da modernidade, que é a co-presença contraditória da multidão e de um poder que quer reduzi-la a uma autoridade única; isto é, a co-presença de um novo conjunto produtivo de subjetividades livres e de um poder disciplinar que quer explorá-lo” (id., ib.). Ainda segundo os autores, essa crise não é totalmente aplacada com a chegada do Estado-nação moderno, que apenas consegue ocultar a crise ideológica e retardar seu poder. Portanto, na constituição do Estado existe uma profunda tensão entre uma erupção da crise pela multidão e a capacidade da soberania de adequar as constantes demandas de controle. Nesse sentido, os protestos dos movimentos sociais, agora interconectados – por meio das novas tecnologias da comunicação e informação – em redes solidárias globalmente, contra os organismos financeiros e comerciais e as reuniões de cúpula das maiores potenciais mundiais parecem evidenciar a percepção de que as

formas de controle e de reprodução do poder não residem mais (pelo menos intensamente) nas arquiteturas do Estado-nação. É como se não tivesse mais a importância decisiva na transformação da realidade a tomada do poder no âmbito do Estado nacional. Por meio desses movimentos transparece a percepção subjetiva de que as formas de controle das relações de capital não partem mais decisivamente do Estado-nação, uma vez que este não exerce sua centralidade sobre os fluxos econômicos.

Do ponto de vista histórico o advento do Estado-nação moderno encaixava-se nas pretensões iniciais de uma burguesia crescente que precisava retirar os entraves regionais do desenvolvimento comercial – na organização de um mercado nacional e na manutenção da propriedade privada – ao mesmo tempo que necessitava de uma instância de poder que a protegesse das invasões externas e se aventurasse na conquista de novos mercados. O Estado-nação moderno é basicamente um Estado que necessita estar sempre em expansão territorial, material e humana.

O que Marx explicou com mais clareza é que o capital constantemente opera mediante uma reconfiguração das fronteiras do interior e do exterior. De fato, o capital não funciona dentro dos limites de um só território e de uma população fixa, mas transborda de suas fronteiras e internaliza novos espaços (HARDT e NEGRI, 2001, p. 241).

Ao contrário do que verificamos hoje, o Estado-nação dos últimos dois séculos foi um Estado conquistador de espaços. A ávida competição pela expansão levou, inclusive, a explosão de duas guerras mundiais e diversas outras localizadas na tentativa de abranger cada vez mais territórios, populações, mercados e matérias-primas.

[...] os limites territoriais do país delimitavam o centro de poder a partir do qual era exercido o controle sobre territórios externos por meio de um sistema de canais e barreiras que, sucessivamente, facilitavam e obstruíam o fluxo de produção e circulação. O imperialismo era, na realidade uma extensão da soberania dos Estados-nação europeus além de sua fronteiras. Finalmente, quase todos os territórios existentes puderam ser parcelados e o mapa mundial pôde ser codificado em cores européias: vermelho para território britânico, azul para franceses, verde para portugueses (id. , ib., p. 12).

Os grandes Estados-nação europeus desenvolvem-se enormemente nessa época. Contudo, a concretude, a rigidez desse modelo de soberania dura precisamente enquanto permanece a fase imperialista do desenvolvimento capitalista. O período histórico conhecido como Guerra Fria, que marca a disputa hegemônica entre as duas grandes superpotências imperialistas (EUA *versus* URSS), seria o ápice dessa fase. Dos diversos centros soberanos na disputa imperialista restam apenas dois a disputar as áreas geográficas do globo e as influências econômicas e políticas dos países restantes. Uma época onde esses dois pólos

limitavam-se mutuamente. Nesse caso já podemos evidenciar uma redução dos atores soberanos em um processo de passagem de uma soberania nacional para o global.

Nessa perspectiva imperialista, a crise da soberania do Estado-nação situa-se em dois declínios quase concomitantes. O declínio do sistema de colônias e o declínio do “socialismo real” (stanilismo) ou Segundo Mundo. Esses dois movimentos serão fundamentais para o deslocamento inicial dos paradigmas da soberania. Primeiro, os movimentos de libertação colonial que tiveram início no final da década de 1950 vão desencadear um desequilíbrio permanente na soberania dos Estados-nação. Esse movimento de extraordinária amplitude que tem seu ápice na Guerra do Vietnam – primeiro contra os franceses e depois contra os americanos – e evidencia “a impossibilidade de o Estado-nação estender as relações de força com fins expansionistas” (NEGRI, 2003). Portanto, aquele tipo ou forma de Estado-nação expansionista vai se deparar com uma realidade em que para a manutenção do domínio econômico e político cada vez menos será necessária a intervenção ou a manutenção da força militar e cada vez mais o uso da diplomacia, da informação e das chantagens econômicas. O Estado forte, protetor, defensor e invasor das ambições burguesas (e socialistas) agora se apequena frente às novas políticas de autodeterminação dos povos e as novas estratégias de domínio do capital. Esse movimento desloca, ou pelo menos ameniza, uma das principais características da soberania inerente ao Estado-nação: a exclusividade da força. Apesar dos recentes retrocessos americanos, o poder da guerra desloca-se na globalização cada vez mais para um poder de polícia do capital global, sob gestão compartilhada dos membros mais influentes.

O outro declínio de que falávamos – o fim da cortina de ferro – e vai intensificar essa crise do Estado protetor e soberano sempre alerta. O esmaecimento do mito da invasão comunista desarmará ainda mais as ideologias do Estado soberano como uma fortaleza imbatível. Nesse sentido, as novas estratégias militares e políticas de combate ao “terror” implementadas pelos EUA, principalmente após os atentados de 11 de setembro, podem ser vistas como uma tentativa de (re)construir um inimigo imaginário que daria sentido ao poder bélico do Estado declinante.

Entretanto, a queda do regime soviético relaciona-se com uma mudança estrutural muito mais profunda e que também vai afetar de modo determinante o lugar da soberania: as efetivas mudanças nas relações de produção capitalistas e no desejo subjetivo de liberdade que geram.

Efetivamente, grande parte dos estudiosos já começa a definir a crise do sistema soviético relacionando-a à passagem do fordismo ao pós-fordismo. Simplificando muito a afirmativa, pode-se dizer que as novas formas de produção, o trabalho imaterial, o *personal computer* e o grau de liberdade que ele implica colocam em grave crise um sistema rígido com o soviético (NEGRI, 2003, p. 53).

Essas transformações tão fundamentais da passagem do fordismo para o pós-fordismo – que veremos com mais clareza no próximo capítulo – ajudaram a enredar não somente o fim do Segundo Mundo como também questionaram os processos de constituição da soberania nos diversos outros Estados-nação. A centralidade da comunicação e de suas áreas conexas no desenvolvimento do capitalismo global impeliu o surgimento de uma hegemonia cada vez maior de um tipo de trabalho mais criativo, comunicativo, cognitivo e por isso mais “livre” (diga-se não menos explorado) que cria novas relações e subjetividades sociais que se chocam com as antigas formas de soberania. Na emergência deste tipo de trabalho a linguagem, não é mais um simples instrumento de comunicação, torna-se ela mesma uma força produtiva.

Essa centralidade retira do Estado a prerrogativa do controle sobre a cultura, a língua e sobre a informação “porque é atravessado continuamente por correntes antagônicas e por múltiplos *inputs* lingüísticos e culturais que retiram dele a possibilidade de colocar-se como hegemonia e de comandar o processo cultural” (NEGRI, 2003). A emergência de uma “sociedade da informação” global é uma das características do novo tempo que evidencia o declínio do Estado-nação. É uma sociedade da informação que se pretende irrestrita e sem estriamentos. Essa sociedade da informação já há algum tempo faz parte das agendas de debates internacionais demonstrando como sua importância tem crescido nestas últimas décadas. Não por mera coincidência justamente quando aconteciam as mudanças conjunturais que apontamos acima começaram os debates sobre os fluxos comunicativos.

Foi durante os anos 1970 e 1980 que o debate em torno do campo das comunicações e dos desequilíbrios de informação atingiram a comunidade internacional. Pela primeira vez a comunicação era debatida globalmente e a Unesco era seu principal locus sustentado pelos países não-alinhados, preocupados com “a comunicação em sentido único”, que caracteriza então as relações dos países desenvolvidos com os subdesenvolvidos (MATTELART e MATTELART, 2001). Em 1980, surge o primeiro documento fruto desses debates sobre os auspícios internacionais, que ficou conhecido como Relatório McBride.³ Já naquele momento o tal relatório expõe claramente a questão do desequilíbrio do fluxo informacional e norteia

³ Sean McBride (Prêmio Nobel e Prêmio Lenin da Paz) presidiu a comissão que elaborou o documento.

políticas para remediar tal situação, como a criação de políticas culturais e de políticas nacionais de comunicação. Diversos fatores levaram ao esvaziamento desse relatório, mas principalmente devido à intransigência dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha (justamente com Reagan e Thatcher à frente) que procuraram impor a todo custo sua política de *free flow of information* que mais tarde viria a ser hegemônica. Os embates políticos levaram, inclusive, em 1985, à retirada dos EUA da Unesco, por serem contrários à “politização” dos problemas da comunicação (id., ib.).

Atualmente o viés comercial ainda predomina nos discursos que as principais potências econômicas e organismos multilaterais fazem em relação à sociedade da informação, tentando extrair dela o máximo em livre circulação de informação e bens culturais, diminuindo assim, mais uma vez, o poder já declinante dos Estados nacionais para regular os fluxos comunicativos, assim como, atinge perigosamente as formas populares de gestão da comunicação.

Assim entendemos que basicamente três “crises” de controle afetam de maneira decisiva a soberania do Estado-nação contemporâneo. Uma crise bélica (ou uma crise de expansão), uma crise econômica e uma crise social comunicativa. Essas crises se interconectam mutuamente e se potencializam. Portanto, se o desenvolvimento do capital contemporâneo não necessita mais das armas, senão como um arquétipo, para impor seu domínio; se seus fluxos econômicos e financeiros não são mais regulados decisivamente pelo Estado (com a internacionalização do consumo e da produção, isto é, das relações do capital); e se a introdução das modernas tecnologias da comunicação – além de dinamizarem os fluxos econômicos – transpassam as fronteiras nacionais e transformam as relações de produção capitalistas e do trabalho do mesmo modo que criam novas relações sociais de subjetividade que a antiga forma de soberania não consegue mais controlar: a soberania desloca-se assim como o domínio do capital.

1.3 Impérios

A crise da soberania dos Estados-nação, contudo, não significa que a soberania propriamente esteja em declínio. Pelo contrário, uma série de estudos e hipóteses recentes procura dar conta do novo lugar de exercício da soberania e de suas novas dinâmicas; até mesmo para contestar tal crise. Conseguimos identificar três eixos teóricos principais que tentam explicar os caminhos do poder globalizado. Salientamos que esses eixos podem ser bastante flexíveis e por isso mesmo não pretendemos dar conta da sua variedade, e sim apenas identificar suas linhas centrais e reconhecer o papel que atribuem à comunicação.

O primeiro desses eixos pretende identificar nas relações de soberania uma linha contínua com as características dos Estados-nação imperialistas. A globalização (mundialização) seria uma continuação mais acentuada das estratégias de dominação capitalista baseadas nas características do imperialismo. Essas estratégias seriam capitaneadas por um conjunto de países desenvolvidos, tendo como principal líder e competidor a superpotência americana. “O imperialismo não é tão-somente um estágio – nem mesmo o estágio supremo – do capitalismo; constitui, ao contrário, seu caráter permanente” (AMIN, 2001). Assim, estaríamos adentrando em uma fase aguda da disputa imperialista pelo domínio global, e não mais por pequenos nacos do espaço, mais pelo domínio global. Essa nova fase se caracterizaria por ser

a mais perigosa do imperialismo de toda a história pois o que está em jogo hoje não é o controle de uma região particular do planeta, não importando o seu tamanho, nem a sua condição desfavorável, por continuar tolerando as ações independentes de alguns adversários, mas o controle de sua totalidade por uma superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos meios militares – à sua disposição (MÉSZÁROS, 2003, p. 53).

A soberania mundial, portanto, estaria concentrada na disputa entre os últimos senhores restantes do capital. No caso, as peças remanescentes do tabuleiro seriam a União Européia, que se unifica na tentativa de desequilibrar o jogo, e os Estados Unidos, que

tentam a todo custo manter sua hegemonia mundial, inclusive na deflagração de invasões e guerras a países substancialmente fracos política e militarmente, porém ricos em recursos naturais. Nesse sentido, a soberania dos Estados-nação não desapareceria por completo, mas ficaria extremamente subjugada aos interesses de um Estado-nação dominante que exerceria suas prerrogativas pelo seu vasto território. Tal domínio seria exercido por uma ou associação de velhas e novas práticas imperialistas – o poderio militar renovado, a chantagem econômica (por meio dos organismos internacionais e das corporações), a dominação tecnológica e cultural por meio da utilização das novas técnicas de informação e da comunicação, e a complacência das elites governantes. Nessa perspectiva, em muitos autores, a saída, ou pelo menos a resistência, é a constituição de um projeto nacional que se contraponha à dominação globalizada do Estado-nação dominante e que possa se constituir um campo de resistência política maior.

O segundo eixo teórico se caracteriza por ser mais demarcado do que o primeiro e desenvolve a proposta de uma transcendente soberania cultural. O mundo pós-Guerra Fria estaria dividido em civilizações, cada uma com a sua origem, sua religião e sua cultura. Os Estados-nação continuariam a ser os atores mais importantes nos assuntos mundiais, porém sua soberania estaria mais voltada para um espírito associativo de acordo com os fatores culturais e “civilizacionais” entre os povos. Estamos falando da teoria formulada inicialmente pelo americano Samuel Huntington que ficou conhecida como “o choque de civilizações”. O autor sustenta que, com o “fim dos embates ideológicos no mundo”, os conflitos agora teriam origem nos choques culturais, ou melhor, dos choques entre as civilizações. Nessa teoria a soberania e o poder do Ocidente estaria em declínio em relação as oito civilizações do gênero. Esse fato provocaria uma miríade de choques principalmente entre o Ocidente cioso da sua

manutenção hegemônica como civilização e as outras civilizações insurretas. Entretanto, afirma o autor, nenhuma civilização se chocará mais violentamente do que os países de predominância cristã do Ocidente com as nações muçulmanas que se estendem da África à Indonésia.

As pretensões universalistas do Ocidente o levam cada vez mais para o conflito com outras civilizações, de forma mais grave com o Islã e a China. Enquanto, em nível local, guerras de fratura principalmente entre muçulmanos e não-muçulmanos geram “o agrupamento de países afins”, a ameaça de uma escalada mais ampla e, por conseguinte, os esforços dos Estados-núcleos para deter essas guerras (HUNTINGTON, 1993, p. 5).

Essas afirmações ganharam destaque e foram vistas por alguns, principalmente depois dos atentados de 11 de setembro, preliminarmente como o cumprimento das alardeadas previsões catastróficas da teoria, e mais tarde, por outros, como o incentivo e a justificativa retórica dos governos ocidentais para se enveredarem na luta “do bem contra o eixo do mal” e começassem a tratar a civilização islâmica como um inimigo monolítico e “atrasado”. Inclui-se nessa perspectiva a nova modalidade das “guerras preventivas”, pois, se o confronto é iminente e de sobrevivência, ganha quem ataca primeiro. O choque de civilizações serviu, assim, como uma verdadeira teoria de justificação da atual escalada militar e política norte-americana classificada como a “nova ordem internacional” por seus governantes em busca da “paz duradoura”. Muitos críticos afirmam que por trás da retórica civilizacional se esconde a necessidade americana de retomar o controle da economia mundial por meio do último recurso diferencial que lhe resta: a força militar. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 8 de novembro de 2001, o próprio Huntington parece estar em sintonia com a nova ordem declarada e coloca mais “lenha na fogueira”: “Temo que, se o 11 de setembro uniu o Ocidente, a reação ao 11 de setembro vai unir o mundo muçulmano”.

Essa teoria assume sem medo das críticas uma visão eurocêntrica e ocidentalizada do mundo e parte do Ocidente para vislumbrar seu próprio horizonte. Assume para si a lógica da fabricação e a demonização do “outro” como parte integrante das identidades da cultural ocidental.

Aquelas [civilizações] que têm uma herança cristã ocidental estão fazendo progresso na direção do desenvolvimento econômico e da política democrática. Nos países ortodoxos as perspectivas de desenvolvimento econômico e político são incertas. Nas repúblicas muçulmanas, as perspectivas são sombrias (id., ib., p. 14).

O desenvolvimento dessas teses revitalizou com força os antigos argumentos de hegemonia cultural nos acontecimentos do mundo. As novas tecnologias da comunicação basicamente serviriam como a face mais evidente dessa disputa. A sua característica global e homogeneizadora dos valores e dos costumes causariam o retorno ao radicalismo moral e religioso como uma forma de autopreservação das culturas; daí o ressurgimento do fundamentalismo tanto árabe como cristão. Contudo essa perspectiva cultural estaria ligada mais às suas origens ancestrais do que às suas influências econômicas, políticas e comunicativas.

Um exemplo disso é a volta da idéia de que as causas da pobreza mundial e dos países do Terceiro Mundo, em especial da América Latina e da África, estariam mais ligadas às suas culturas do que à histórica espoliação econômica. Não teriam importância o colonialismo, o imperialismo e a dependência econômica, praticados anos a fio pelas grandes nações capitalistas e intensificados pela imposição das políticas neoliberais. A culpa pela pobreza seria do próprio pobre que cultivava hábitos culturais inferiores às “nações desenvolvidas”. Um neomalthusianismo cultural. Tais hábitos culturais arcaicos são os verdadeiros culpados pelo subdesenvolvimento. Baseiam-se sobretudo nas heranças religiosas (católicas, em vez de protestantes) que estimulam a corrupção, a falta

de iniciativa, a credence nas teorias “ultrapassadas” de esquerda, que impedem o livre-comércio, a desregulamentação trabalhista, as privatizações e, assim, o desenvolvimento econômico do país.

Recentemente foi editado no Brasil um libelo deste pensamento, o livro *A cultura importa*, que contém uma série de capítulos organizados, coincidentemente, por Samuel Huntington e Lawrence Harrinson (o mesmo que já havia tentado tal argumentação em 1985 com o lançamento de *O subdesenvolvimento é um estado de espírito*). O argumento não é só equivocado, mas cínico. Parte de premissas falsas e apóia-se em visíveis distorções e avaliações da história para produzir verdades ideologicamente úteis e impor soluções que perpetuariam a desigualdade. Surge uma questão: a cultura com relação à sua relevância ou a cultura que se quer importar. O objetivo do projeto é declarado por seus autores.

Até que ponto fatores culturais determinam o desenvolvimento econômico e político? Se o fazem, como remover ou mudar os obstáculos culturais ao desenvolvimento econômico e político, e favorecer o *progresso*? [grifo meu] [...] O desenvolvimento econômico, como sabemos, muda as culturas, mas essa verdade não nos ajuda se nosso objetivo for eliminar obstáculos culturais ao desenvolvimento econômico (HUNTINGTON e HARRINSON, 2002, p. 13 e 14).

Dessa forma, segundo os autores, seria possível chegar a uma mudança de hábitos rumo ao desenvolvimento, uma verdadeira cartilha de auto-ajuda capitalista, na qual o principal é aceitar as regras do livre-comércio: ideologia não praticada pelos principais países do mundo desenvolvido, mas imposta como dogma aos demais. Esse corolário de conceitos e teorias sobre a soberania “civilizacional” e sobre a cultura desenvolvimentista é a característica de um tipo de pensamento que evidentemente se alinha à manutenção “natural” da soberania econômica, cultural e política ocidental (Europa e Estados Unidos) sobre o mundo e procura dar-lhe sustentação teórica.

O terceiro eixo parece mais original em relação aos seus pares que soam como desenvolvimentos novos para formas de pensamento da realidade (antagônicos com certeza), porém já estabilizados. Original

também porque considera de forma mais decisiva a proeminência dos meios de comunicação nesse processo ao mesmo tempo que trabalha mais livremente com os conceitos do marxismo e da filosofia.

Esse eixo surge na esteira das transformações globais e busca novas definições para a questão da soberania e da sua transformação. Apesar de recente este novo rol de conceitos e metodologias já ocupa um lugar de destaque nos debates em torno da globalização. Sua premissa principal é a de que a soberania dos Estados-nação está em crise e isto “significa que a soberania se transfere do Estado-nação e vai para outro lugar” (NEGRI, 2003). O nome dado para esse outro lugar, ou melhor esse “não-lugar”, é “Império”. O termo “Império” seria um tipo de soberania em que não existem mais fronteiras e seu poder é exercido em todo o espaço do globo. Não há mais um “lugar de fora” desse domínio. “Nossa hipótese básica é que a soberania tomou nova forma, composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única. Esta nova forma global de economia é o que chamamos de Império” (HARDT e NEGRI, 2001).

Antonio Negri e Michael Hardt partem de uma metodologia que considera que “o capital e o capitalismo são categorias de uma relação, [...] de um relacionamento que compreende quem comanda e quem obedece, quem explora e quem é explorado, quem ordena e quem é mandado, quem subordina e quem é subordinado” (NEGRI, 2003). Nesse sentido as transformações de hoje não são fruto apenas do desenvolvimento do capital e do capitalismo, mas sobretudo dos mecanismos de reprodução dessa relação. O problema da soberania é justamente manter o controle sobre a reprodução das relações capitalistas de forma que mantenha suas características. Por isso é justamente a mudança dessas relações que fazem os mecanismos da soberania se deslocarem para fora do Estado-nação.

São as novas relações entre quem explora e quem é explorado que não se encontram mais plenamente no âmbito do Estado-nação e necessitam para a sua manutenção de uma ordem de soberania imperial. “Assim descobrimos novamente que são as lutas, dentro e contra o comando capitalista, que fazem a história e, em particular, que, eliminando o espaço de controle do Estado-nação, empurram para a constituição do Império” (id., ib.). Dessa forma, o principal motor para o desenvolvimento desse novo tipo de soberania seria o motor das lutas operárias contra o trabalho (com a transição do fordismo para o pós-fordismo), as lutas anticolonialistas e as lutas pela liberdade nos países do “socialismo real”. Portanto o Império surge em resposta à “passagem de uma nova composição social e uma nova conexão entre produção, reprodução e circulação dos bens e sinais” (id., ib.).

[...] o poder de mando do Império funciona em todos os registros da ordem social, descendo as profundezas do mundo social. O Império não só administra um território com sua população, mas também cria o próprio mundo em que ele habita. Não apenas regula as relações humanas como procura reger diretamente a natureza humana. O objeto do seu governo é a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como forma paradigmática de biopoder (HARDT e NEGRI, 2001, p. 15).

Diferentemente das antigas estratégias de soberania do Estado-nação, que se caracterizava em um primeiro momento como sendo a forma da disciplina (fordismo) e depois na forma do controle (pós-fordismo), o Império assume estratégias mais sofisticadas ao se projetar sobre todos os aspectos da vida. É um tipo de poder que abrange tudo e todos, é a materialização do mito “sistema” sem escape. Uma soberania que nos molda e cria em nós suas amarras. Uma “matrix” biológica em que o capital social faz o papel das máquinas.

Para os críticos desses conceitos, Negri e Hardt sustentam que os Estados-nação não desaparecem totalmente. Algumas das suas funções e a sua autoridade permanecem, mas não podem mais pretender exercer o papel soberano de autoridade suprema, como o faziam na era moderna. Alguns Estados ainda cumprem funções importantes na regulação política e econômica do mundo como notadamente os Estados Unidos, mas essas funções tendem a ser cada vez mais contestadas, obrigando-as a se transferirem para outros âmbitos.

Provavelmente seria mais justo dizer que as funções primárias dos Estado-nação – a regulamentação da circulação monetária, dos fluxos econômicos, das migrações, das normas legais, dos valores culturais e assim por diante – mantiveram sua importância, mas foram transformados pelos processos contemporâneos de globalização. [...] Agora o Império se põe acima dos Estados-nação como autoridade suprema e, de fato, constitui uma nova forma de soberania (NEGRI, 2003, p. 117).

Por isso, alertam os autores, não se pode confundir Império com imperialismo. O Império não seria o estágio final nem uma nova forma de imperialismo, cuja lógica tem o Estado-nação no papel central. O conceito de “Império” funciona com outra lógica que se sobrepõe aos Estados-nação. O Império é um sujeito soberano único, mas sua lógica de funcionamento abrangeria as três formas clássicas de governo: a monarquia, a aristocracia e a democracia.

A monarquia seria evidenciada nas instituições econômicas supranacionais, como a OMC, o Banco Mundial e o FMI, que exercem, por vezes, um poder monárquico dos negócios globais. No papel da aristocracia ficariam as corporações transnacionais e “os poucos Estados-nação dominantes que conseguem gerenciar os fluxos econômicos e culturais globais mediante uma espécie de governo aristocrático” (NEGRI,

2003). Já o modelo democrático seria representado pela ONU e seus organismos, mais em uma ambição de representação do que uma realidade palpável.

A constituição da soberania imperial, mesmo se caracterizando por ser um tipo de soberania mais abrangente e opressor do que as formas de soberania antecessoras, não deveria, segundo seus teóricos, “nos deixar saudosos das antigas formas de dominação” (HARDT e NEGRI, 2001), já que o Império oferece novas possibilidades para as forças de libertação. A tentativa de encontrar a transformação pela emergência de um projeto contestador só teria validade se articulado por um projeto de “Contra-Império”, na constituição “de uma organização política alternativa dos fluxos e intercâmbios globais” (id., ib.).

Nesse sentido o surgimento dos movimentos contra a globalização liberal articulados em âmbito global, principalmente após as manifestações de Seattle, e que têm como foco de atuação as reuniões e políticas dos organismos de regulação econômica mundial, estariam se configurando na resposta social à percepção de um novo tipo de soberania. Uma frase costuma ser invocada quando do acontecimento dessas manifestações e resume bem a gênese dessa também nova fase de mobilizações: “Tão transnacional quanto o capital!”.

A transnacionalidade desses movimentos e a constituição da soberania imperial não seriam possíveis sem a revolução das técnicas da informação e da comunicação nos últimos anos, pois além de dinamizar os processos de internacionalização da produção e dos fluxos de informação; a infra-estrutura da comunicação está, nessa fase, totalmente embutida nos processos de reprodução – e contra-reprodução – do capital contemporâneo, tornando-se central e modeladora. A comunicação tende a organizar cada vez mais o trabalho e as empresas em redes de unidades autônomas e cooperativas, em oposição ao antigo modelo central e vertical de produção, assim como possibilitou (de um ponto de vista organizacional) a reestruturação das formas de mobilização social – de vertical para as redes cooperativas tal qual sua arquitetura.

Outra importante característica da constituição imperial estaria no âmbito da organização do trabalho em que a condição comunicativa do produto dá outra dimensão as etapas da produção e do consumo que já não se caracterizam por serem fases distintas desse processo.

A transição para uma economia informacional envolve, necessariamente, uma mudança na qualidade e natureza do trabalho. Esta é a implicação sociológica e antropológica mais imediata da transição de paradigmas econômicos. Hoje a informação e a comunicação desempenham um papel fundamental nos processos de produção (HARDT e NEGRI, 2001, p. 310).

Com isso o trabalho, conceito essencial na transformação das relações sociais e de subjetividade, começa a perder sua centralidade material, e tende a ser cada vez mais atravessado pelos processos de comunicação. Um trabalho cada vez mais intelectualizado, comunicativo, coletivo e social, renovando as subjetividades, criando novas relações sociais e de resistência. Nota-se um deslocamento veloz das forças produtivas, das instâncias de produção de valor, em direção a atividades imateriais. Atividades que estariam no cerne da reprodução do capital contemporâneo.

Assim, adiante, observamos de forma mais decisiva as características a emergência de um trabalho imaterial (LAZZARATO e NEGRI, 2001) e de um capitalismo que tem sido denominado “cognitivo” (GALVÃO et al., 2003). Fenômenos que têm provocado intensos debates sobre a natureza e a forma do trabalho e do capitalismo presentes e que alteram as formas de organização do poder contemporâneo.

CAPÍTULO 2

TRABALHO, CAPITALISMO E COMUNICAÇÃO

2.1 Do fordismo ao pós-fordismo: a emergência do trabalho imaterial

No clássico filme *Tempos modernos*, Charles Chaplin expõe com humor as relações sociais que cercavam a indústria baseada no modelo fordista de produção em série. O cálculo centesimal do tempo de produção e esforço do trabalhador com a repetição dos movimentos na indústria. A relação de servidão do homem à máquina e o grau de

dependência da mesma é genialmente exposto na cena em que um dos operários cai dentro da máquina e parece ser “mastigado”, “engolido”, girando dentro de suas engrenagens e parando, inclusive, quando toca a sirene, para almoçar preso a ela, como se fossem um só. A indústria fordista representava a imagem de um tempo, as grandes fábricas, as multidões operárias, o trabalho segmentado e a produção em massa de mercadorias estandardizadas, forjavam as relações entre a vida e o capital. Esse tipo de indústria, as relações que ela mantinha com o trabalho de seus operários não diferia tanto da indústria que serviu como objeto de estudo da teoria marxista ainda em meados do século XIX. O “operário-massa” (NEGRI, 2003) era aquele que possuía apenas a sua força física de trabalho para vender ao patrão/proprietário e exercia funções, na maioria das vezes, apenas manuais, de repetições em série e altamente alienantes.

Tais características do trabalho e do trabalhador, como acreditavam os pensadores comunistas, possibilitavam ao indivíduo que vivia a experiência da exploração criar uma consciência de classe e organizar-se unitariamente por meio dos sindicatos e associações nas lutas contra a exploração do trabalho, com base em suas relações de solidariedade e comunidade emergidas de dentro das fábricas. Assim se desenvolveu a política de uma época e uma noção (que ainda vigora) “do pensamento marxista que via a emergência de classe (e de suas organizações) como uma consequência da relação de capital:

identificando os destinos dos trabalhadores aos da relação salarial” (COCCO, 2001b).

Essa idéia foi alvo de crítica, principalmente, de uma importante corrente de pensamento do movimento operário neomarxista italiano (da qual faziam parte, entre outros, Antonio Negri e Mario Tronti) que teve início no final década de 1950. Os *operaistas* não

identificavam como sendo esta a relação primordial na constituição e emergência de classe.

Os *operaistas* aplicaram, no calor da batalha político-social, os mesmos princípios metodológicos enunciados pela nova historiografia operária e, em particular, por E. P. Thompson – a classe não é nem uma forma abstrata, nem uma categoria da relação salarial. [...] A classe operária não emerge e não luta porque existe. Ao contrário, existe porque luta, se forma nos concretos acontecimentos nos quais ela se nega como força de trabalho e afirma a sua autonomia. Em termos mais *operaistas*, isto significa que a formação da classe é o fato da recomposição política enquanto negação de sua composição técnica (id., ib., p. 17).

Tal recomposição política não era “qualificada em função de nenhum papel histórico, de nenhum finalismo político, mas como processos de subjetivação coletiva, ainda que negativamente às bases materiais da composição técnica” (id., ib.). Isto é, os destinos da emergência da classe operária poderiam estar em outras demandas subjetivas, em vez de estarem presos às relações do trabalho industrial. Essa interpretação da problemática da emergência da classe inovou a forma de atuação sindical na Itália dos anos seguintes porque deslocava o eixo de atuação da militância para a identificação das novas configurações da subjetividade operária, em vez de limitá-la na conscientização forçada nas diretivas político-sindicais até então vigentes. Do ponto de vista teórico, esse deslocamento permitiu que a reflexão sobre as relações entre os trabalhadores e o capital se detivesse também sobre os demais aspectos da vida. Dessa forma, os *operaistas* tornavam-se livres para apreender e subordinar sua atuação de forma mais contundente às novas configurações da subjetividade operária e às transformações que se passavam na organização das fábricas e da produção. Isso foi importante porque introduziu outra metodologia investigativa em relação à composição de classe e sua ligação com os movimentos do capital.

A partir dessa premissa, o “autonomia operária” – nome dado à corrente dos *operaistas* no movimento sindical italiano – começou a debruçar-se sobre as transformações do regime de acumulação capitalista. Em um primeiro momento, essas modificações

apontavam a emergência de “duas sociedades do trabalho”: uma constituída pelos trabalhadores das seções centrais de produção (das grandes fábricas); a outra, pelos trabalhadores envolvidos nos diferente *gironi* da descentralização, da externalização e das formas emergentes de trabalho precário destinadas às novas gerações produzidas pela escolarização massiva (id., ib., p. 20).

Eram os primeiros movimentos de descentralização, automação e informatização da produção do que viria a ser identificado como pós-fordismo. Conseqüentemente essas mudanças provocavam modificações na qualidade e nas relações do trabalho dentro e fora das fábricas. Assim, os trabalhadores pertencentes à primeira seção do trabalho continuavam protegidos pela legislação trabalhista e pelos dispositivos de proteção do Estado, e os trabalhadores oriundos da segunda, ao contrário, estavam destinados a um regime de cada vez mais precarização e competitividade, excluído das seguranças legislativas (COCCO, 2001b). O “autonomia operária” começava a vislumbrar e identificar as transformações relativas às modificações do pós-fordismo que apontavam para “a emergência de uma nova composição técnica das forças de trabalho, a do ‘operário social’” (id., ib.).

A proposta de uma abordagem em termos de operário social recusava as teses da dualização como fruto da separação entre setores produtivos e setores improdutivos e articulava a centralidade produtiva de figuras sociais cujas dimensões produtivas não dependiam mais da inserção na relação salarial central. A dualização não era, naturalmente negada, mas interpretada como o novo instrumento de comando (id., ib., p. 21).

A passagem do conceito de “operário-massa” da fábrica fordista/taylorista – massacrado por um trabalho alienante, manual, desqualificado e submisso à maquinaria – para o de operário-social – ligado a um trabalho mais criativo, qualificado, cooperativo e comunicativo – identificava as modificações paradigmáticas no campo do trabalho, cujos efeitos ainda repercutem sobremaneira no entendimento da conjuntura econômica, social, política e cultural atual. Persistindo nesse tipo de análise sobre a composição de

classe, os *operaistas* conseguiram perceber que, ao mesmo tempo que existia uma relativa pacificação negociada nas grandes fábricas da Itália, o movimento operário era atropelado por uma incrivelmente nova dinâmica de lutas sociais, acionadas por estudantes universitários e secundaristas (inseridos no trabalho terceirizado), trabalhadores precários e desempregados, em torno de temáticas diretamente “salariais”, existiam também lutas articuladas na esfera da reprodução – lutas por moradias e serviços (id., ib.).

Portanto, como vimos, as teses sobre a dualização do trabalho eram recusadas como fruto de uma separação entre setores produtivos e improdutivos e, assim, tentava-se articular uma nova abordagem sobre a produtividade das figuras sociais (recém-surgidas) no plano das reivindicações, cujas dimensões já não dependiam tanto das relações centrais de base salarial.

Os *operaistas* perceberam que as reclamações sociais que não estavam diretamente ligadas às relações das fábricas também eram afetadas pela relação de capital na sociedade; relações que estavam em mudança. Dessa forma, os focos de resistência e de revolta poderiam ser múltiplos, heterogêneos e transversais – nem por isso considerados menos importantes – em relação à organização do trabalho e às pressões por benefícios sociais. As conseqüências desse tipo de abordagem foram enormes e estão completamente vivas e atuais para a compreensão da emergência dos movimentos sociais surgidos a partir das lutas contra os organismos econômicos internacionais, particularmente depois de *Seattle*, em 1999.

Segundo Cocco (2001a), dois fenômenos alimentaram esse processo de reestruturação nos processos econômicos dos últimos quarenta anos. O primeiro diz respeito a um movimento de “flexibilização defensiva”

dos processos produtivos na “procura de vantagens competitivas para reduzir e/ou restabelecer a disciplina da Organização Científica do Trabalho” (id., ib.). Isto é, ao mesmo tempo que buscava uma maior competitividade nos elementos produtivos (na substituição do trabalhador manual por máquinas automáticas), a fábrica também procurava se proteger da “microconflitualidade” decorrente das reivindicações operárias contra o tempo de trabalho na fábrica taylorista, por isso “o sonho do capital nos anos 70 era exatamente o de ter uma fábrica sem operários” (id., ib.).

O segundo fenômeno tem relação com a crescente desvalorização dos valores do trabalho na fábrica e o aparecimento, como já vimos, de um novo conjunto de movimentos sociais.

Ao mesmo tempo em que nos grandes pólos industriais começava uma verdadeira “fuga da fábrica” (freqüentemente das forças de trabalho mais qualificadas e dos militantes sindicais de base mais ativos), os movimentos sociais decorrentes do maio de 68 amplificavam as pressões sociais para a extensão do *Welfare State* (seguro-desemprego, bolsas para os estudantes, bolsas para formação profissional, controle dos preços dos serviços de base, ocupação de moradias etc. etc). A novidade dessas lutas sociais estava em evitar a lógica do conflito de tipo reivindicativo para abrir-se às práticas da autovalorização, isto é, à prática imediata dos objetivos [...] o que é interessante é que elas focalizavam a mesma evolução apontada pelas dinâmicas microconflituais nas grandes fábricas (id., ib., p. 96).

As dinâmicas “microconflituais” citadas em Cocco tencionavam a disciplina fordista/taylorista da fábrica não tanto por uma negociação de cunho unicamente salarial, mas sobretudo “a uma redução no cotidiano da carga de trabalho e à amplificação dos espaços de autonomia” (id., ib.). Para conter esse conflito permanente, a fábrica reestrutura-se tendo em vista dois vetores: a busca de uma maior competitividade com a automação, flexibilização e informatização dos processos produtivos ao mesmo tempo que procura frear a emergência das “dinâmicas microconflituais” que atrapalhava a Organização Científica do Trabalho. Nessa interpretação reside a síntese de um processo de luta por parte do operariado contra o tempo do trabalho disciplinado; isto é, o tempo fechado, linearizado, metódico, alienante, opunha-se à tentativa do tempo aberto, múltiplo e livre da diversidade da cooperação social, da subjetividade (id., ib.) e da comunicação, inerente à própria essência do ser humano.

Podemos dizer que no operário qualificado, o “modelo comunicacional” já está determinado, constituído, e que as suas potencialidades estão já definidas; enquanto que no jovem operário, no trabalhador precário, no jovem desocupado, trata-se ainda de uma virtualidade, de uma capacidade indeterminada, mas que já contém todas as características da subjetividade pós-industrial. A virtualidade desta capacidade não é vazia, nem a-histórica. Trata-se, ao contrário, de uma abertura e de uma potencialidade que têm como pressupostos e como origens históricas a “luta contra o

trabalho” do operário fordista, e mais recentemente, os processos de socialização, a formação e a autovalorização cultural (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 26).

Portanto, como podemos perceber, a passagem do fordismo para o pós-fordismo não é somente uma evolução produtiva na busca incessante pela competitividade, mas especialmente parte de um processo de luta para constituição (libertação) de novas formas de trabalho e subjetividades por parte dos indivíduos.

A difusão territorial dos processos produtivos não se limita, portanto, a meras lógicas de externalização e terceirização. Trata-se de algo mais complexo, que implica uma reversão da própria relação que liga a fábrica em seu meio entendido como território de relações sociais de cooperação. Por um lado, o mercado entrou na fábrica, obrigando-a a flexibilizar-se para acompanhar suas evoluções cada vez mais voláteis e imprevisíveis. Por outro lado, o próprio regime de fábrica generalizou-se à sociedade como um todo (COCCO, 2001a, p. 98).

As características dessa “nova” fase da fábrica e da economia estão “fundadas sobre o tratamento da informação” (LAZZARATO e NEGRI, 2001). A indústria fordista baseava sua estratégia na fabricação no produto e no controle dos mercados de matérias-primas (inclusive sobre o trabalho). Por causa de suas próprias características técnicas, não havia mobilidade de produção e inovação, por isso era necessária a introdução do consumo em massa de mercadorias estandardizadas e predeterminadas. Como diria Ford, o consumidor podia escolher entre um modelo de carro T-5 preto e outro T-5 preto (id., ib.). O fordismo fiava-se em demandas fixas e adequadas – já que este modelo tinha pouca capacidade de adaptação – e por isso havia pouca necessidade na existência de uma comunicação mais eficaz entre a produção e o mercado. Assim, a principal mudança estrutural envolve o sistema de comunicação entre a produção e o consumo de mercadorias; isto é, a passagem de informação entre a fábrica e o mercado, em um processo que tem se tornado cada vez mais agudo (HARDT e NEGRI, 2001). “Assim como os processos de industrialização transformaram a agricultura e a tornaram mais produtiva, a revolução da informação transformará a indústria, redefinindo e rejuvenescendo processos de fabricação” (id., ib.).

Essa revolução informacional faria parte do terceiro paradigma econômico que desde a Idade Média tem, a cada momento, definido o setor dominante da economia. No primeiro, a agricultura e o extrativismo predominavam; no segundo, a industrialização e a fabricação de bens ditavam as características. E, no atual, “a oferta de serviços e o manuseio de informações estão no coração da produção econômica” (id., ib.).

Nesse sentido, podemos reafirmar que a moderna infra-estrutura de comunicação contemporânea – que tornou possível o surgimento uma rede midiática global, a transnacionalização dos processos produtivos e a aparição de novos mecanismos de soberania do capital – tem exercido uma profunda centralidade nos processos de constituição do que se chama “globalização” econômica. Cada vez mais as dimensões econômicas, culturais, políticas e sociais da sociedade contemporânea são atingidas diretamente por um novo *status* da comunicação. A busca por um modelo alternativo à barbárie globalizada haverá de levar em conta a renovação de um projeto comunicativo que, como estamos vendo, deixou de ser um apêndice dos processos produtivos para ser a “máquina a vapor” da reprodução do capital moderno.

Um das características mais visíveis desse processo é a passagem para uma economia de serviços. Um dado importante é o fato de que o volume quantitativo de empregos no setor terciário da economia é atualmente muito maior do que os disponíveis no setor secundário. Com isso não afirmamos que a indústria deixará de existir ou perderá sua importância, mas que seus processos de produção tendem a ser cada vez mais atravessados pelo setor de serviços, tornando-os mais produtivos e submissos a esse setor.

Serviços incluem uma vasta gama de atividades, de setores ligados a educação, finanças, transportes, saúde e à publicidade e à mídia em geral. O mais importante, contudo, é que esses empregos, diferentemente dos da indústria fordista, “são caracterizados em geral pelo papel central desempenhado pelo conhecimento, informação, afeto e comunicação” (HARDT e NEGRI, 2001).

Para Cocco (2001a), na economia do pós-fordismo diferentes formas organizacionais coexistem (firma integrada, firma-rede, firma-virtual) ao mesmo tempo que perdem suas características específicas e suas capacidades padronizadoras dos espaços socioeconômicos (id., ib.). O que norteia essa heterogeneidade dos modos de produção, porém, é justamente “um regime de acumulação no qual a comunicação desempenha o papel central” (id., ib.). Assim o verdadeiro nó da economia contemporânea estrutura-se mais sobre a construção de um campo e de valorização de um trabalho comunicativo do que com a fabricação de coisas materiais, que se transformam em veículos da imaterialidade. A economia pós-fordista “se baseia sobre a produção e o consumo de informação. Ela mobiliza importantes estratégias de comunicação e marketing para reapreender a informação (conhecer a tendência do mercado) e fazê-la circular (construir um mercado)” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 43 e 44).

A transição para uma economia informacional envolve mudanças na qualidade e na natureza do trabalho. Essa redefinição do trabalho é determinada também na estratégia da indústria pós-fordista em se concentrar sobre o que se encontra no processo final da produção: a venda e a relação com o consumidor (LAZZARATO e NEGRI, 2001). Esse modelo está sempre mais preocupado com a comercialização e a financeirização do que com os processos produtivos. As fábricas praticamente não mantêm estoques e as mercadorias são produzidas na medida em que são comercializadas.

Este modelo envolve, portanto, não apenas um *feedback* mais rápido, mas também uma inversão da relação, porque, pelo menos em tese, a decisão do produto vem, de fato, depois da decisão do mercado, e como reação a ela. Nos casos extremos, a mercadoria só é produzida depois que o consumidor a escolheu e pagou por ela. De modo geral, entretanto, seria mais exato conceber o modelo como algo que busca uma contínua interatividade ou uma rápida comunicação entre a produção e o consumo. Este contexto oferece um primeiro exemplo em que a comunicação e a informação desempenham um novo papel central na produção (HARDT e NEGRI, 2001, p. 311).

Esse tipo de estratégia não seria possível sem o incrível avanço das tecnologias de comunicação, transportes e informação, que possibilitaram a interligação, a transnacionalização e a pulverização das etapas produtivas, porém “deve-se imediatamente acrescentar que esta é uma noção empobrecida da comunicação como mera transmissão de dados de mercado” (id., ib.). A comunicação e a informação desempenham um papel muito mais preponderante na reconfiguração do trabalho do que, certamente, os fluxos de interatividade entre a produção e o consumo.

Michael Hardt e Antonio Negri, além de uma série de outros autores,⁴ tratam esse tipo de trabalho atravessado pelos processos da comunicação, do conhecimento e da informação como “imaterial”; ou seja, “trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação” (id., ib.), ou ainda “o conjunto de atividades intelectuais, comunicativas, afetivas, expressas pelos sujeitos e pelos movimentos sociais” (NEGRI, 2003).

A partir dessa definição reconhecem três tipos de trabalho imaterial em que o uso cada vez mais amplo do computador tende progressivamente a redefinir as relações de produção, juntamente com todas as práticas e as relações sociais.

⁴ Esse conceito, conforme estamos lidando, surge inicialmente em 1991 na revista francesa *Futur Antérieur*, em artigo intitulado “Trabalho imaterial e subjetividade”, escrito por Maurizio Lazzarato e Antonio Negri. Após sua publicação, uma série de outros autores tem discutido e/ou adotado esse conceito, dentre eles estão, Giuseppe Cocco, Michael Hardt, Cristian Marazzi, Yann Moulier Boutang e Paolo Virno.

Hoje pensamos cada vez mais como computadores, enquanto as tecnologias de comunicação e seu modelo de interação se tornam mais e mais indispensáveis às atividades laborais. Um novo aspecto do computador é o fato de que ele pode modificar continuamente sua própria operação mediante seu uso. Mesmo as formas mais rudimentares de inteligência artificial permitem ao computador expandir e aperfeiçoar a partir da interação com o usuário e com o ambiente. O mesmo tipo de interatividade contínua caracteriza um amplo espectro de atividades produtivas contemporâneas, haja ou não emprego direto de *hardware*. A revolução de produção da comunicação e da informática transformou práticas laborais a tal ponto que todas elas tendem ao modelo das tecnologias de informação e comunicação. Máquinas interativas e cibernéticas tornaram-se uma nova prótese integrada a nossos corpos e mentes, sendo uma lente pela qual redefinimos nossos corpos e mentes (HARDT e NEGRI, 2001, p. 312).

O primeiro tipo de trabalho imaterial está mais relacionado ao que descrevemos nas páginas anteriores, no processo de incorporação das tecnologias da comunicação na produção industrial, de modo que a transforma cada vez mais em um serviço e inclina o trabalho material desenvolvido pelos operários na direção a um trabalho imaterial regulador e difusor dos fluxos comunicativos. O segundo tipo de trabalho imaterial estaria relacionado às “tarefas analíticas e simbólicas, que se divide na manipulação inteligente e criativa de um lado e nos trabalhos simbólicos de rotina do outro” (id., ib.). Finalmente a terceira espécie de trabalho imaterial é a produção de afetividade; isto é, a produção e a manipulação de afetos, que requer contato humano (virtual ou real). Esse tipo de trabalho produz o sentimento de conforto, bem-estar, satisfação, excitação ou paixão e está mais relacionado à indústria do entretenimento e de serviços de bem-estar em geral que, mesmo não produzindo nada essencialmente “material”, estão entre os setores mais lucrativos do mundo.

A característica mais importante, porém, da emergência do trabalho imaterial comunicativo na reprodução do capital reside no seu caráter eminentemente cooperativo “que não é imposto de fora, como ocorria em formas anteriores de trabalho, mas a cooperação é totalmente imanente à própria atividade laboral” (id., ib.). Dessa forma vemo-nos diante de questões que alteram as formas como teoricamente nos relacionávamos com as categorias do trabalho. Por exemplo, na economia política e no marxismo clássico a força de trabalho “é concebida como ‘capital variável’, isto é, uma força ativada e tornada coerente apenas pelo capital, porque os poderes cooperativos da força de trabalho [...] dão ao trabalho a possibilidade de se valorizarem” (HARDT e NEGRI, 2001). Agora, na constituição do trabalho imaterial, ainda é preciso cooperação para produzir valor, mas diferentemente de antes, esta cooperação não é obrigatoriamente fornecida pelo capital.

A produtividade, a riqueza e a criação de superávites sociais hoje em dia tomam a forma de interatividade cooperativa mediante redes linguísticas, de comunicação e afetivas. Na expressão de

suas próprias energias criativas, o trabalho imaterial parece, dessa forma, fornecer o potencial de um tipo de comunismo espontâneo e elementar (id., ib., p. 315).

Antonio Negri (2003) vai mais além. O filósofo observa que a emergência do trabalho imaterial e desta nova fase do capitalismo traz à tona a questão “do fim da dialética do instrumento”. Antes se entendia que o capital “instrumentalizava” o trabalho, pois fornecia ao trabalhador o instrumento do trabalho e como exercia o controle sobre o instrumento acabava por também controlar o trabalhador e o próprio trabalho. Agora, diz o italiano, “quando o cérebro humano se reapropria do instrumento de trabalho, então o capital não tem mais possibilidade de articular o comando sobre o instrumento: e portanto a dialética instrumental se exaure” (id., ib.).

Percebemos que a centralidade dos processos da comunicação nos processos econômicos e sobre a constituição do trabalho imaterial gera uma série de novas possibilidades e interpretações para os problemas da exploração da humanidade. Tal papel progressista da relação de capital, ao mesmo tempo que “libertou” as relações de trabalho para formas mais subjetivas e livres, tem gerado novas e renovado antigas formas exploração do trabalho. A experiência concreta parece induzir que a emergência de um trabalho mais qualificado, comunicativo, subjetivo e intelectual implica um crescimento correspondente, ou maior, de um trabalho com baixa ou nenhuma qualificação.

2.2 As consequências da economia informacional

Do ponto de vista da divisão geográfica e internacional do trabalho, os limites ficam menos claros, à medida que nas elites das grandes e médias metrópoles se constata o desenvolvimento do caráter imaterial do trabalho que desenvolvem, enquanto nas periferias e regiões pobres a dimensão imaterial do trabalho está menos aparente. Mesmo assim parecem haver algumas características em comum entre esses dois níveis de apropriação do trabalho imaterial: a sua integração a uma nova rede de produção e o seu caráter cada vez mais provisório, precário e flexível.

A empresa transnacional pós-fordista, diferentemente do estágio anterior, não oferece mais vínculo socioterritorial aos seus trabalhadores. Na busca incessante pela competição mundial na economia informacional, a empresa global perde continuamente o interesse pela lógica de produção de bens e adentra na

lógica da comunicação. Esse fenômeno fez renascer tipos de exploração que se supunha terem ficado no passado. A difusão das zonas de processamento de exportação (ZPES) – regiões de livre-comércio, sem impostos, onde são fabricados (montados) produtos eletrônicos, de vestuário etc. das empresas-marcas globais – prolifera-se pelos países pobres das Américas, da Ásia e da África, na tentativa de absorver um naco dos processos de descentralização produtiva das grandes empresas globais. O problema é que a contratação desses “serviços” depende da sua competitividade nos quesitos preço da força de trabalho e agilidade para entregar as encomendas. “A Organização Mundial do Trabalho estima que existam 850 ZPES no mundo, mais esse número provavelmente está mais próximo de 1.000, espalhadas em setenta países e empregando aproximadamente 27 milhões de trabalhadores” (KLEIN, 2002). Seguindo a lógica capitalista da lei da oferta e da procura temos uma combinação altamente explosiva, conforme podemos perceber na descrição abaixo feita pela jornalista canadense Naomi Klein.

Independente de onde as ZPES estejam localizadas, as histórias dos trabalhadores têm uma certa uniformidade mesmerizante: o dia de trabalho é longo – 14 horas no Sri Lanka, 12 horas na Indonésia, 16 no sul da China, 12 nas Filipinas. A grande maioria dos trabalhadores é composta de mulheres, sempre jovens, sempre contratados ou subcontratados da Coreia, de Taiwan ou de Hong Kong. Os contratados em geral atendem a pedidos de empresas sediadas nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, no Japão, na Alemanha ou no Canadá. O gerenciamento tem estilo militar, os supervisores cometem abusos, os salários ficam abaixo do nível de subsistência e o trabalho exige pouca habilidade e é tedioso. Como modelo econômico, as zonas de processamento de exportação de hoje têm muito mais em comum com as franquias de *fast-food* do que com o desenvolvimento sustentável, tão afastadas são elas dos países que as hospedam. Esses bolsões de indústria pura ocultam-se por trás de uma capa de transitoriedade: os contratos vem e vão quase sem aviso; os trabalhadores são predominantemente migrantes, distantes de casa e com pouca conexão com a cidade ou província onde as zonas estão localizadas; o próprio trabalho é de caráter precário, com frequência sem renovação de contrato (id., ib., p. 230).

Contraditoriamente, nesse sistema as empresas globais acabam tendo mais poder de controle sobre a produção do que se possuísem elas próprias as fábricas. Como não precisam se preocupar com a gestão do processo de produção e do trabalho, seu único intento é “escolher” aqueles “fornecedores” que lhes ofereçam o melhor preço para a fabricação de seus produtos. Essas fábricas e geralmente os países que as hospedam ficam reféns de uma situação de constante instabilidade, pois um simples aumento de salários, greves ou a aprovação de leis que protejam os trabalhadores e encareçam a produção faz com que essas empresas rapidamente transfiram suas encomendas para outros países. Assim, de um dia para o outro, milhares de trabalhadores podem ficar desempregados, sem que essas demissões acarretem, pelo menos, um ônus simbólico para essas empresas globais.

Essa sensação de impermanência atinge da mesma forma os trabalhadores dos países em que essas empresas, por assim dizer, têm sedes. Um primeiro deslocamento do trabalho nos países desenvolvidos ocorreu já há algumas décadas com o movimento de transferência das indústrias multinacionais para os países do Terceiro Mundo em busca de mão-de-obra e custos de produção mais baratos. Tal processo foi acentuado nos últimos anos com a transferência cada vez maior de empregos dos setores de vestuário e eletroeletrônicos para as zonas de processamento e exportação (ZPEs) e também pela abertura e vantagens comerciais que recebem para isso. Há pelo menos uma diferença central entre esses dois processos. O primeiro preservava a propriedade sobre as fábricas e apenas as transferia de lugar. Neste novo fenômeno, as fábricas são fechadas nos lugares de origem, e não são mais abertas por seus antigos donos em lugar nenhum. Preferem terceirizar a fabricação de seus produtos para aqueles que lhes ofereçam o melhor custo-benefício, mesmo que, muitas vezes, isso implique exploração de crianças e o pagamento de salários subumanos. Atualmente nos países desenvolvidos, na maior parte dos casos, se encontram apenas fábricas de pequeno porte e/ou responsáveis pela pesquisa e inovação dos produtos e os departamentos centrais das diversas diretorias, sobretudo as de *marketing* e comunicação. Dessa forma, a maior parte da disponibilidade de empregos concentra-se na distribuição e comercialização das empresas, principalmente no varejo. “O declínio da fabricação, bem como as ondas de *downsizing* e cortes no setor público, foram acompanhados do drástico crescimento no número de empregos no setor de serviços, a ponto de somarem 75% do total de empregos nos EUA” (KLEIN, 2002).

Por isso, é nas regiões do mundo desenvolvido que mais se pode perceber o efeito da passagem para a economia informacional e para o trabalho imaterial, no sentido de que é a partir desses pólos que as grandes estratégias de produção e de apropriação da comunicação são pensadas, irradiando-se e adaptando-se aqui e ali, a cada mercado que encontra. A tendência terceirizadora dos processos produtivos foi tão lucrativa para as empresas globais nos últimos anos que se estendeu a toda e qualquer atividade.

O ponto fraco da brilhante revelação “marcas, não produtos” pode ser visto cada vez mais em cada local de trabalho em todo o mundo. Todas as corporações querem uma reserva fluida de empregados de meio expediente, temporários e *free-lancers* para ajudá-las a manter suas despesas gerais baixas e suportar as reviravoltas do mercado. Como disse o consultor britânico do gerenciamento Charles Handy, as empresas seguras de si preferem se ver como “organizadoras” de grupos de contratados, em lugar de “organizações de emprego”. Uma coisa é certa: a oferta de emprego – do tipo estável, com benefícios, férias pagas, alguma segurança e talvez representação sindical – está saindo de moda no mundo econômico (id., ib., p. 257 e 258).

No setor de serviços a palavra “emprego” parece ter desaparecido do vocabulário dos empregadores. O que se oferece é uma ocupação temporária, de meio-expediente e sem benefícios. É o emprego-estudante ou, como afirma Klein, o “McEmprego”, que faz parecer que seus ocupantes não dependam dos contracheques, tratando-os como estudantes, em busca de experiência mesmo que já estejam há mais de uma década no setor. Essa estratégia de transitoriedade dos empregados favorece a competitividade, pois em poucos casos o que se paga é o mínimo oficial de cada região ao mesmo tempo que a empresa passa uma imagem subjetiva de jovialidade e saúde apropriada de seus jovens trabalhadores.

Muitas empresas só admitem pessoas até uma determinada idade forçando abertamente a transitoriedade. Isso acontece quando justamente a maior parte dos empregos disponíveis nos países desenvolvidos está no setor de serviços que, como vimos, é cada vez mais atravessado por habilidades comunicativas e afetivas. “Hoje, há quatro vezes e meia mais americanos vendendo roupas em butikues e lojas de departamento do que trabalhadores costurando-as e tecendo-as” (id., ib.). A Wal-Mart, por exemplo, não é apenas a maior varejista do mundo, mas também a maior empregadora dos Estados Unidos.

A Wal-Mart e a GAP, por exemplo, encomendam sua produção a ZPES espalhadas pelo hemisfério Sul, onde os bens são produzidos principalmente por mulheres adolescentes por volta dos vinte anos de idade, que ganham salário mínimo ou menos que isso e vivem em dormitórios exíguos. Esses bens – camisas, roupas para bebês, brinquedos e *walkmans* – são depois vendidos por outra força de trabalho, concentrada no Norte, que também é em grande parte composta de jovens que ganham aproximadamente o salário mínimo, a maioria deles na adolescência ou com vinte e poucos anos de idade (KLEIN, 2002, p. 264).

Embora sob muitos aspectos seja incomparável o trabalho realizado pelos jovens nas ZPES com os realizados nos *shoppings* pelos jovens do hemisfério norte, há inegavelmente um padrão: a busca pelo menor preço pago a força de trabalho e aos processos produtivos. Assim como os empregos das fábricas, que antes empregavam adultos, estão se reconfigurando em empregos para adolescentes no Terceiro Mundo, no Primeiro Mundo “as empresas de marca têm dado legitimidade à idéia de que os empregos nos setores de *fast-food* e varejo são descartáveis e inadequados para adultos” (id., ib.). Portanto, se as mudanças nas características do trabalho contemporâneo o deixaram mais qualificado, subjetivo, comunicativo, as mudanças nos processos produtivos o revelam cada vez mais precário, flexível e temporário. Isto é, na economia informacional, as características do trabalho tendem a se parecer com as características de sua força modeladora: a comunicação.

Todavia, o enxugamento realizado nos salários, na exploração do trabalho e dos processos de produção, parece ter uma função estratégica nesse novo modelo de reprodução do capital. Isso nos diz muito sobre sua nova condição – a aplicação dos lucros exorbitantes nos processos de constituição simbólica da comunicação. É a disputa cada vez mais feroz pela construção social da marca que tem levado as empresas globais a concentrarem seus investimentos nas diversas formas de publicidade e de *marketing* do que na competição real dos preços, até mesmo porque as empresas que investem na construção das marcas, por meio da comunicação, afirmam não estarem vendendo simples produtos e bens materiais, mas identidades, espíritos e sentido social. Só assim é possível explicar como simples tênis de marca podem valer preços exagerados, quando seus custos de produção material saem por muitas vezes menos. Vendem desejos, identidades, e não calçados e roupas, por exemplo.

Tal estratégia faz com que seus resultados de venda se multipliquem porque transformam seu produto material em um simples veículo de mensagem de um “espírito”, de uma subjetividade, de uma ideologia.

[...] um seletivo grupo de corporações vem tentando se libertar do mundo corpóreo dos produtos, passando fabricantes e produtos a existir em outro plano. Todo mundo pode fabricar um produto, raciocinam eles. [...] Essa tarefa ignóbil, portanto, pode e deve ser delegada a terceiros cuja única preocupação é atender às encomendas a tempo e dentro do orçamento (e o ideal é que fiquem no Terceiro Mundo, onde a mão-de-obra é quase de graça, as leis são frouxas e isenções fiscais são obtidas a rodo). As matrizes, enquanto isso, estão livres para se concentrar em seu verdadeiro negócio – criar uma mitologia corporativa poderosa o bastante para infundir significado a esses toscos objetos apenas assinalando-os com seu nome (KLEIN, 2002, p. 46).

Assim, a lógica parece a seguinte: gastar o mínimo possível em produção, pagamentos de salários, distribuição etc. para concentrar todos os esforços e investimentos na produção simbólica da marca corporativa, pois a competitividade nesta área é que se define a sobrevivência, ou não, de um negócio. “De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 1998, o crescimento nos gastos globais com publicidade supera hoje o crescimento da economia mundial em um terço” (KLEIN, 2002).

Esse fenômeno de aplicação de capital na geração de um bem imaterial simbólico, como é a capacidade de atração de consumidores gerada por uma marca (em síntese, uma imagem visual ou um nome), irrompe nos últimos 25 anos e tem tomado proporções cada vez maiores, de forma a invadir todos os aspectos da vida e da cultura.

Para melhor evidenciar esse processo, será útil voltar no tempo para verificar como surgiu a constituição da publicidade e do conceito da marca nos caminhos da economia moderna. É interessante perceber que a constituição de valores imateriais e significados, por meio da comunicação de massa, sempre foi importante e auxiliadora para processos de acumulação de capital. Entretanto, em algum momento, a comunicação desloca-se de sua tarefa auxiliadora e se sobrepõe aos processos produtivos na reprodução do capital.

Nesse sentido, entender o desenvolvimento da publicidade ajuda a encontrar algumas pistas desse fenômeno. Assim, vamos nos ater ao trabalho magnífico sobre a emergência das marcas no capitalismo global desenvolvido pela jornalista Naomi Klein (2002), pois nos parece ser a evidencia concreta daquilo que estamos querendo provar.

Embora pareçam ter o mesmo significado, publicidade e marca são coisas distintas. Podemos separá-las, se pensarmos que a marca é a fachada, o caráter essencial de uma corporação moderna, aquilo que as “marca”. É por meio da marca que as empresas criam a “sua personalidade”, aquilo com que querem captar a empatia do consumidor. Ela pode ser engraçada, séria, tradicional, moderna etc. Já a publicidade é o veículo utilizado para levar esse objetivo para o senso comum.

As primeiras campanhas de *marketing* de massa começaram na segunda metade do século XIX (id., ib.) e trabalhavam mais com a publicidade do que com a constituição de uma marca. A primeira função desse tipo de publicidade era informar aos consumidores a chegada de algumas invenções e convencê-los de que suas vidas seriam melhores se usassem, por exemplo, carros, telefones, luz elétrica. “Muitos desses novos produtos traziam marcas – e algumas delas estão aí até hoje – mas isso era quase incidental” (id., ib.). Por serem novidades, isso praticamente já bastava como publicidade.

Os primeiros produtos baseados no conceito de marcas surgem praticamente nessa mesma época como uma necessidade de distinção entre os produtos standardizados de fábricas diferentes. A marca tornou-se uma necessidade para a competição entre produtos, de certa forma, eram idênticos. “Assim o papel da publicidade mudou, passando do fornecimento de informes sobre produtos para a construção de uma imagem em torno de uma variedade identificada de um produto” (id., ib.).

Surge o conceito publicitário do *branding*, isto é, a capacidade de identificar, de “marcar” fortemente um produto, um bem material com qualidades imateriais, formas de vida, emoções, identidades humanas;

enfim, de apropriar um produto ou uma marca de algum valor cultural ou social. A primeira tarefa do *branding* foi dotar de nomes próprios bens cotidianos como açúcar, arroz, farinha, sabão, cereais – produtos que antes eram comprados a peso (pois não possuíam distinção). Essa estratégia foi tão bem-sucedida que, muitas vezes, até hoje, costumamos chamar alguns produtos pela sua marca, e não pelo que realmente são. Alguns produtos praticamente já perderam seu nome-significado e hoje são comumente lembrados unicamente por sua marca predominante.

Em sua maioria, as campanhas publicitárias do final do século XIX e início do XX usavam um conjunto de fórmulas pseudocientíficas rígidas: os concorrentes jamais eram mencionados, usavam-se somente declarações assertivas e os títulos tinham que ser grandes, com muito espaço em branco – de acordo com um publicitário da virada do século, “um anúncio devia ser grande o suficiente para causar impacto, mas não poderia ser maior do que estava sendo anunciado” (KLEIN, 2002, p. 30).

Com o passar do tempo, a publicidade foi se tornando cada vez menos científica e mais espiritual. Isto é, as marcas podiam expressar um sentimento, empresas inteiras podiam incorporar um significado. Na década de 1940 surgiu a consciência da marca, que agora não era apenas um nome, um *slogan* de um produto ou empresa, e sim sua personalidade. Assim, acreditava-se, toda empresa podia ter uma identidade de marca. O publicitário deixou de ver a si mesmo como um mero vendedor de produtos e passou a se considerar um filósofo do comércio na busca pelo verdadeiro significado da marca. “O que pareceu ser de importância fundamental, uma vez que as corporações podem fabricar produtos, mas o que os consumidores compram são marcas” (id., ib.).

Mesmo assim levou algum tempo até que a onda da publicidade invadissem a arena da produção industrial. Durante muito tempo as empresas ainda acreditavam que o seu negócio era a fabricação de produtos, nos quais a comunicação era apenas uma auxiliadora das vendas. Porém nos anos 1980 chega a hora da virada e uma evidência vem à tona com a compra da Kraft pela Phillip Morris por 12,6 bilhões de dólares – “seis vezes o que a empresa valia no papel” (KLEIN, 2002). Décadas e décadas de *marketing* e publicidade havia agregado muito mais valor a empresa do que seus rendimentos anuais. A mudança significativa estava em atribuir um valor tão alto de dinheiro a algo que antes tinha sido tratado como abstrato e não quantificável – exatamente uma marca. O que ocorre nesse momento é uma fissura entre o mundo material e o mundo imaterial da economia. O valor pago a uma marca bem-sucedida, bem-aceita pelos consumidores; isto é, a uma lembrança, um sentido construído por meio dos mecanismos de propaganda e comunicação era mais alto

do que os bens materiais produzidos por um determinado negócio. O preço de uma empresa seria medido, a partir de então, muito mais pela penetração da sua marca do que pela sua capacidade de venda e produção. Portanto, para que as empresas alcançassem uma boa cotação em ações e valores no mercado, os investimentos teriam que ser cada vez mais direcionados à publicidade, em suma, à comunicação de massa e à construção das marcas.

Esse processo leva a uma louca espiral, pois agora “os gastos com propaganda eram mais do simples estratégias de venda: eram investimentos em capital puro” (id., ib.).

Não é surpreendente que isto tenha levado a um aumento considerável na inflação das identidades de marca, um projeto que envolvia muito mais do que alguns cartazes e inserções na TV. Tratava-se de extrapolar em acordos de patrocínio, sonhar com novas áreas nas quais “ampliar” a marca, bem como perpetuamente sondar o *zeitgeist* para garantir a essência escolhida para a marca ressoasse carmicamente com seu mercado-alvo [...] essa mudança radical na filosofia corporativa lançou os fabricantes em um frenesi de fomento a cultural à medida que se apoderavam de cada canto da paisagem sem marca em busca do oxigênio necessário para inflar suas grifes. No processo, quase nada ficou sem uma marca (KLEIN, 2002, p. 32).

A lógica é a seguinte: para se manter uma marca em evidência, é necessário sempre mais e mais propaganda. É “a lei dos retornos decrescentes, quanto mais publicidade dos concorrentes houver, mas agressivamente as marcas devem ser divulgadas para que consigam se destacar” (id., ib.). Na tentativa de se tornarem mais vistas e ligadas aos desejos das pessoas à publicidade, invade toda a sociedade e tenta absorver todos os aspectos da vida.

Os recentes destaques incluem inovações: gim Gordon experimentou perfumar salas de cinema britânicas com aroma de baga de junípero; tiras do perfume “CK Be” da Calvin Klein foram colocadas no verso de envelopes de ingressos para concertos; e em alguns países escandinavos você pode fazer interurbanos “gratuitos” com anúncios interrompendo sua conversa ao telefone [...] adesivos publicitários em frutas promovendo seriados cômicos da rede ABC, propaganda da Levi’s em banheiros públicos. [...] Já podemos encontrar publicidade nos bancos de parques nacionais, bem como em cartões de usuário de bibliotecas públicas, e em dezembro de 1998 a Nasa anunciou planos de colocar anúncios em suas estações espaciais. A ameaça contínua da Pepsi de projetar sua logomarca na superfície da Lua ainda não foi materializada, mas a Mattel pintou uma rua inteira em Salford, na Inglaterra, com um rosa “cor de chiclete berrante” – casa, pórticos, árvores, rua, calçada, cães e carros, todos forma acessórios nas comemorações televisionadas do Mês Cor-de-rosa da Barbie (KLEIN, 2002, p. 33).

Porém, em todo esse processo da investida imaterial das marcas, houve um momento em que tudo pareceu ir por ladeira abaixo. Esse episódio aconteceu em 2 de abril de 1993 e foi chamado nos círculos publicitários de “Sexta-Feira de Marlboro”. Nesse ano a Phillip Morris anunciou que cortaria os preços dos

cigarros Marlboro na tentativa de fazer frente à concorrência das marcas mais baratas que estavam ganhando mercado. Esse processo, que poderia ser visto como natural da competição capitalista, pode ser comparado à crise da bolsa de valores de Nova York em 1929 para os gurus da publicidade. Ora, “se uma marca de ‘prestígio’ como Marlboro, cuja imagem fora cuidadosamente preparada, cuidada e melhorada com mais de um bilhão de dólares em publicidade, estava tão desesperada a ponto de concorrer com produtos sem marca” (id., ib.), então todo o conceito e as teorias da marca tinham perdido o valor. Os consumidores haviam visto a propaganda e a ignoraram. O tal Homem de Marlboro montando seu cavalo e olhando o horizonte no entardecer do Grand Canion – que mais tarde viera morrer de câncer no pulmão – era a campanha publicitária de maior duração da história. Um verdadeiro totem publicitário, exemplo de sucesso durante muito tempo. Portanto, se o Homem de Marlboro não surtia mais efeito, o capital das outras marcas também haviam se perdido. “No dia em que a Phillip Morris anunciou seu corte nos preços, os preços das ações de todas as marcas nacionais afundou: Heinz, Quaker, Coca-Cola, PepsiCo, Procter and Gamble e RJR Nabisco. As ações da Phillip Morris foram as que mais caíram” (id., ib.).

O pânico tomou conta dos departamentos de *marketing*, pois o efeito Marlboro significava o retorno das empresas para uma economia de produtos. O que estava acontecendo na verdade era que “os compradores conscientes, duramente afetados pela recessão, estavam começando a dar mais atenção ao preço do que ao prestígio outorgado a seus produtos pelas campanhas publicitárias” (id., ib.). Para superar essa fase, a maior parte das empresas decidiu atrair consumidores de outras formas, como na distribuição de brindes, a realização de promoções, concursos; enfim, tudo o que pudesse cativar aqueles consumidores subitamente caprichosos. Pela primeira vez na história o volume de recursos aplicados na propaganda americana caiu 5,5% para as cem maiores empresas (id., ib.). Os publicitários, desesperados, sustentavam que a volta para um mercado de produtos inevitavelmente levaria muitas empresas à falência. A concorrência na base de promoções e preços implicaria uma constante diminuição dos lucros. O problema da Marlboro, diziam, não havia sido o excesso de propaganda, mas a escassez. Para sair da crise era preciso não diminuir o investimento nas marcas, mas, ao invés disso, aumentá-lo.

Assim, “algumas marcas observavam de lado enquanto *Wall Street* declarava a morte da marca” (id., ib.). Algumas empresas apostaram no conselho dos departamentos de *marketing* e, em vez de se voltarem para o mundo real dos preços investiram em formas cada vez mais agressivas de *branding*. Essas empresas foram

as que levaram mais ao extremo o conceito de “gestão da marca” aderindo-o ao próprio tecido de sua própria arquitetura.

Tudo era publicidade para a marca: estranho léxico para descrever funcionários (parceiros, associados, jogadores de time, membros da tripulação), canções da empresa, CEO *superstar*, atenção à fanática coerência do *design*, uma propensão a construção de monumentos e declarações de missão no estilo Nova Era. Ao contrário das marcas nacionais clássicas, como a Tide e a Marlboro, esses logos não estavam perdendo aceitação, estavam a ponto de quebrar todas as barreiras no mundo do marketing – tornando-se acessórios culturais e filósofos de estilos de vida. Essas empresas não vestiam sua imagem como uma camiseta barata – sua imagem estava tão integrada a seu negócio que os outros vestiam suas camisetas. E quando as marcas caíram, essas empresas sequer perceberam – eram intensamente ligadas à marca (KLEIN, 2002, p. 40).

Dessa forma, depois do episódio da “Sexta-Feira de Marlboro” reinou a teoria de que mais do que publicidade as marcas precisavam ser integradas aos estilos de vida ou até mesmo criá-los, em um processo de apropriação do real, da cultura, para tornar-se representativo e até mesmo confundido com os processos de subjetivação normais de uma sociedade.

Naomi Klein chama esse efeito de o “paradigma da Nike” – já que essa foi a primeira empresa a apostar fortemente neste tipo de ação estratégica – logrando resultados fabulosos, pois o lucro que costumava satisfazer a empresa que “produz seus próprios produtos” é de 100% sobre o custo da produção. Hoje com a “venda da marca” esse lucro saltou para estratosféricos 400% acima do custo (KLEIN, 2002). A Nike aperfeiçoou o paradigma da “corporação oca”, ou seja, as empresas que não possuem fábricas, têm setecentos fornecedores pelo mundo e gastam seu dinheiro em *marketing*, patrocínio, e os demais processos envolvidos na construção subjetiva da marca. Assim é possível entender o porquê de um contrato vitalício assinado pelo craque Ronaldinho com a Nike ter valores astronômicos.

Cada vez mais, a medida de uma marca bem-sucedida é o quanto ela se estende para outras áreas. Não se é uma marca de qualidade, mas se pode transformar-se numa empresa aérea, numa linha de móveis, num restaurante temático. [...] O melhor exemplo disso é a Virgin. A Virgin é mestre na construção do casulo da marca. Richard Branston, presidente da empresa, orgulha-se de não estar vendendo um reles produto, mas sim o tipo de pessoa que quer consumir os produtos. Ele vende a pessoa Virgin, a identidade Virgin, o tipo de pessoa que tem uma certa atitude na vida, que gostaria de viajar num avião Virgin e casar-se em um vestido de noiva Virgin (KLEIN, 2003a, p. 178).

Esse estilo de *branding* da vida suportaria as recessões e os imprevistos do mercado e tornaria a marca tão importante quanto os produtos essenciais à vida humana. O que se assiste, nesses últimos quinze anos, é à marca engolir o próprio produto com desejo de fazer parte da cultura externa. “Trata-se de cobiçosamente infiltrar idéias e iconografias culturais que suas marcas podiam refletir ao projetar essas idéias e imagens na cultura como ‘extensões’ de suas marcas” (KLEIN, 2002). O que a marca quer hoje é não patrocinar apenas a cultura, mas ser a própria cultura. Não quer apenas patrocinar o evento esportivo, mas ser o próprio evento. Não quer divulgar sua marca em um festival de música, mas ser o próprio festival, a própria música.

Porém uma marca por si só não consegue produzir nenhum tipo de valor simbólico. Ela é basicamente apenas um nome e/ou uma imagem visual. Para que adquira uma identidade, uma personalidade, um espírito, uma subjetividade, a economia informacional precisa dos significados que são gerados na sociedade. Isto é, para se projetar na vida das pessoas e cativá-las, a marca e a publicidade precisam captar os comportamentos, os valores, a moral, a opinião, as formas de vida que nascem da interação da vida em sociedade, e a partir daí apropriar-se de um sentido específico para a sua estratégia de infiltração. Isto quer dizer que a sociedade consumidora intervém ativamente na constituição do produto material/imaterial. Ela é ao mesmo tempo consumidora e produtora de produtos e valores. Portanto o produto torna-se “uma construção e um processo social de ‘concepção’ e inovação” (LAZZARATO e NEGRI, 2001).

O fato de que o trabalho imaterial produz ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico demonstra como a produção capitalista tem invadido toda a vida e superado todas as barreiras que não só separavam, mas também opunham economia, poder e saber. O processo de comunicação social (e o seu conteúdo principal: a produção de subjetividade) torna-se aqui diretamente produtivo porque em um certo modo ele “produz” a produção (id., ib., p. 47).

Portanto, se a produção atual é diretamente produção de relação social, a matéria-prima do trabalho imaterial é a subjetividade e a ideologia. A produção de subjetividade cessa

por ser apenas controle (pela reprodução das relações mercantis) e torna-se diretamente produtiva, porque na sociedade pós-fordista o seu objetivo é construir o consumidor. A necessidade de consumir não é mais produzida indiretamente pelo produto, mas diretamente por dispositivos específicos que tendem a identificar-se com o processo da “comunicação social” (id., ib.).

Dessa forma, a produção de valor na economia informacional necessita continuamente dos “estados gerais da sociedade”, do seu “saber socializado” e dos seus processos de interação. É nesse sentido que o exemplo das “marcas” é o que encontramos para caracterizar de modo mais prático e visível a emergência do trabalho imaterial, a passagem para uma economia informacional e a descoberta de um novo paradigma do capital.

2.3 A intelectualidade da massa ou o *General Intellect*

Como vimos no desenvolvimento deste capítulo, o trabalho imaterial se encontra no cruzamento – interface – desta nova relação produção/consumo (LAZZARATO e NEGRI, 2001). É por meio da emergência desse novo tipo de trabalho que é organizada e ativada essa relação. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial reside no fato de que ela não se esgota no ato de consumo, já que o que é consumido é essencialmente seu conteúdo informativo e cultural que dura enquanto permanecem vivos os códigos que pretende transmitir na sociedade. Portanto, se é produção de subjetividade da sociedade que ativa tal consumo imaterial, então a “necessidade de consumir, a capacidade de consumir, a pulsão a consumir não são mais produzidas indiretamente pelo objeto, mas diretamente por dispositivos específicos que tendem a identificar-se com o processo de constituição da comunicação social” (id., ib.). Assim, a

produção de relação social, de subjetividade, passa a ser diretamente produtiva na construção do consumidor/produto imaterial.

Tais características atuais da reprodução do sistema capitalista trouxeram à luz dos debates textos que, por muitos, até há algum tempo não eram considerados de muita importância na obra do pensador alemão Karl Marx: os *Grundrisse*. Dois motivos levaram a esse descrédito: a intransigência por parte de alguns pensadores em reconhecer nesses trabalhos um Marx “autêntico”, isto é, por considerarem esses textos apenas idéias mais livres de sua obra mais importante e definitiva sobre *O capital* e também, em contrapartida, a publicação deveras tardia dessa coletânea de textos. Até 1953 só existiam no mundo ocidental três ou quatro exemplares da obra editada pela primeira vez em Moscou no ano de 1939.

Assim, durante muito tempo os *Grundrisse* permaneceram obscuros para grande parte do público-leitor. A sua redescoberta por um número considerável de autores tem levado a uma série de novas interpretações e reflexões, principalmente acerca do tema do desenvolvimento do trabalho e do atual estágio do capitalismo. No Brasil, todavia, lamentavelmente ainda não dispomos de uma edição em português da íntegra dos textos. A obra mais acessível em nossa língua sobre os *Grundrisse* é fruto do monumental trabalho de Roman Rodolsky (2001), que em 1948, exilado nos Estados Unidos, se depara com um exemplar dos *Grundrisse* em uma biblioteca de Nova York e logo percebe que essa obra poderia revolucionar o entendimento sobre o método e sobre a obra de Marx. Porém Rodolsky percebe também que a sua complexidade e as suas mais de mil páginas limitariam a circulação a fechados espaços da intelectualidade. Inicia assim uma dedicada análise sobre o conteúdo dos textos, relacionando-os com o restante

da obra de Marx, no intuito de abrir e revitalizar suas idéias a um número maior de leitores.

A passagem que mais desperta o interesse dos pesquisadores é o trecho sobre o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, o “fragmento sobre as máquinas”, porque elas apresentam um Marx visionário sobre o desenvolvimento da produção industrial, as características do trabalho e da acumulação de capital em uma fase adiantada. Tentaremos, assim, recolocar os marcos dessa discussão tendo como base o trabalho de Rodolsky.

O que distingue radicalmente o capitalismo “em relação a todos os modos anteriores de produção é o seu caráter universal, o seu impulso sistêmico a uma permanente revolução das forças produtivas materiais” (RODOLSKY, 2001). As formas pré-capitalistas de produção nunca conseguiram por seus métodos primitivos desenvolver o trabalho além do necessário à subsistência da vida. Por isso, o sentido histórico do capital é transcender esse objetivo na criação de um trabalho excedente e supérfluo com o objetivo de valor de uso. Dessa forma, o capital cumpre um duplo encargo “ao desenvolver sem precedentes as forças produtivas sociais, de um lado, e as necessidades e capacidades de trabalho dos homens, de outro” (id., ib.).

A “missão histórica do capital”, diz uma passagem particularmente expressiva dos Grundrisse, “se completa, de um lado, quando as necessidades estão tão desenvolvidas que o trabalho excedente (que produz acima e além das necessidades) passa a ser, ele mesmo, uma necessidade geral, que surge das próprias necessidades individuais; de outro lado, quando a disciplina estrita do capital, pela qual passaram sucessivas gerações, desenvolveu uma laboriosidade universal que foi apropriada por novas gerações”, finalmente, “quando o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, impulsionado continuamente pelo capital – em sua ilimitada busca de enriquecimento e nas únicas condições sob as quais esta busca pode realizar-se –, alcançou tal ponto que a posse e a conservação da riqueza geral exigem um tempo de trabalho menor para a sociedade inteira; [então] a sociedade se relacionará cientificamente com o processo de sua reprodução, em meio a uma abundância crescente: deixará de existir o trabalho no qual o homem faz aquilo que as coisas podem fazer em seu lugar [...]. Em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital impele o trabalho a

ultrapassar os limites de sua necessidade natural, criando os elementos materiais para o desenvolvimento de uma rica individualidade, multilateral na produção e no consumo. O trabalho, nesse caso, não se apresenta como trabalho, mas como desenvolvimento pleno da própria atividade (id., ib., p. 352).

O que Marx aponta na passagem anterior é justamente a emergência de um trabalho rico em individualidades – tal qual a emergência do trabalho imaterial – na produção e no consumo justamente quando as forças produtivas alcançam um determinado ponto de desenvolvimento. Nessa etapa deixaria de existir o trabalho no qual as “coisas” podem assumir o lugar do homem.

Para Rodolsky, as idéias contidas nos *Gundrisse* sobre a maquinaria, embora escritas há mais de um século, apresentam uma das visões mais audaciosas já produzidas pelo espírito humano. Nos *Grundrisse*, essa é a fase potencialmente revolucionária porque “se a sociedade, tal como é, não contivesse, ocultas, as condições materiais de produção e circulação necessárias a uma sociedade sem classes, todas as tentativas de criá-la seriam quixotescas” (id., ib.).

As condições dadas para isso podem ser encontradas na análise que Marx faz da introdução e do desenvolvimento da maquinaria no capitalismo. Diz ele que, de um lado, o desenvolvimento do sistema de máquinas automáticas reduz o trabalhador a um mero apêndice do processo de produção, a uma ferramenta parcial; de outro, esse mesmo desenvolvimento cria as condições para que o dispêndio de esforços se reduza a um mínimo, assim no lugar do trabalho segmentado surge outro “multifacetado e intercambiável” (id., ib.). Com o desenvolvimento da grande indústria, a criação de riqueza se tornaria menos dependente do tempo e da quantidade de trabalho usados e passaria a depender mais da capacidade dos agentes acionados durante o tempo de

trabalho imediato que sua produção exige. Tal capacidade não teria nenhuma relação com o tempo do trabalho imediato, mas sim “estado geral da ciência e do progresso técnico, ou da aplicação da ciência à produção” (id., ib.).

O trabalho já não aparece tanto confinado ao processo de produção, pois o homem se comporta como supervisor e regulador em relação a este processo. [...] Apresenta-se ao lado do processo de produção, em vez de ser seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como pilar fundamental da produção e da riqueza não são nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, mas sim sua força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio sobre ela graças à sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social (RODOLSKY, 2001, p. 354).

É nessa passagem que encontramos a definição do que Marx afirma ser o estágio do *General Intellect*, ou da “intelectualidade das massas” como “o pilar fundamental da produção e da riqueza” do desenvolvimento contemporâneo do capital. O desenvolvimento do sistema capitalista chega ao ponto de começar a apoiar-se em uma estrutura criada por seu próprio desenvolvimento, uma espécie de “inteligência social mínima”, em que todos minimamente têm uma compreensão da natureza e do domínio sobre esta pela sua vivência societária. Assim, o tempo de trabalho e o critério da medida desse tempo representam menos como elementos quantificadores da produção, pois sendo agora o trabalho organizado em formas comunicativas e lingüísticas, e o saber sendo algo cooperativo, a produção dependerá sempre mais da unidade de conexões e de relações deste trabalho intelectual e lingüístico (NEGRI, 2003).

Nessa fase, segundo Marx, o trabalho se torna cada vez mais trabalho de supervisão das máquinas. Isso gera aos indivíduos uma enorme quantidade de tempo livre. Tal redução do trabalho da sociedade a um mínimo passa a corresponder à formação artística, científica etc. dos indivíduos. Trata-se agora de desenvolver

livremente as individualidades. Porém, “tendência do capital é sempre, de um lado, criar tempo disponível e, de outro, convertê-lo em mais trabalho” (id., ib.), pois sua riqueza consiste na apropriação direta do valor resultante do mais-trabalho. Essa tendência cria uma contradição que liberta o trabalho da antiga relação de capital.

Se tem êxito o primeiro objetivo, experimenta uma superprodução; o trabalho necessário será interrompido, pois o capital não pode realizar mais-trabalho algum. Quanto mais se desenvolve essa contradição, tanto mais evidente fica que o desenvolvimento das forças produtivas não pode permanecer confinado à apropriação de mais trabalho alheio. A própria massa trabalhadora deve apropriar-se de seu mais-trabalho. Fazendo-o – e por isso o tempo disponível deixará de ter uma existência antitética –, o tempo de trabalho necessário encontrará sua medida nas necessidades do indivíduo social, e o desenvolvimento da força produtiva social será tão mais rápido que, embora a produção seja calculada em função da riqueza comum, crescerá o tempo disponível de todos, pois a riqueza real é a capacidade produtiva desenvolvida por todos os indivíduos. *O tempo de trabalho deixa de ser a medida da riqueza, e o tempo disponível assume esse papel* (id., ib., p. 355).

Para Rodolsky se no *General Intellect* o “roubo do trabalho alheio” deixa de ser a medida da riqueza e esta passa a ser o tempo disponível finalmente estão dadas às condições para o surgimento de uma sociedade alternativa. Já que pela primeira vez o desenvolvimento técnico dos processos produtivos, em vez de degradar, subordinar e despersonalizar o trabalhador, desta vez o liberta da “serpente de seus tormentos” (id., ib.) e desenvolve ao trabalhador sua autonomia.

Para Antonio Negri (2003), porém, o capital agora assume uma função parasitária; isto é, se o que o torna produtivo é a socialização do trabalho na captação de valores pré-constituídos, então a função de comando se organiza como ameaça de bloquear a informação. “Em suma, o capital parasitário é aquele que extrai valor, sobretudo da interrupção dos movimentos de conhecimentos, de cooperação, de linguagem” (id., ib.).

Recordemos que uma das características básicas do trabalho imaterial é o seu caráter cooperativo – cooperação que não é mais fornecida obrigatoriamente pelo capital – para a produção do valor. Essa característica não é mais dada de “fora” pelo capital, mas se constitui como parte integrante do novo *status* desse trabalho intelectual, comunicativo e lingüístico. Ao mesmo tempo, o “fim da dialética do instrumento” no trabalho imaterial reduz o comando do capital sobre os processos produtivos. Assim, “para viver e reproduzir-se, no âmbito da intelectualidade da massa o capitalismo é obrigado a chantagear a sociedade e a bloquear os processos sociais de produção toda vez que apresentem excedente no que concerne ao seu comando” (NEGRI, 2003).

Nesse sentido, a comunicação social desempenha um papel de primeira importância, pois é ela que permite a produção intensificada e acelerada do *General Intellect*. É por meio da comunicação que o capital tenta controlar os fluxos de conhecimento, cooperação e informação para perpetuar sua reprodução.

Portanto, se é a partir da centralidade da comunicação na constituição da “intelectualidade da massa” que o capital se reproduz, também será a partir da comunicação e da subjetivação apropriada pela emergência da multidão que a resistência e a libertação dos processos de socialização do saber se irradiarão. Assim como a fábrica foi o terreno da luta contra a exploração do trabalho, os processos de comunicação e de reapropriação da subjetividade serão a arena dos embates com a chegada deste novo paradigma.

Dessa forma, a comunicação social do início do século XXI se caracteriza por abrigar dois movimentos antagônicos que se digladiam em busca de hegemonia dentro dessa lógica reprodutiva. Um movimento autoritário, de comando sobre sua infra-estrutura,

bem como sobre a produção dos bens imateriais, de interligação e fusão com os diversos setores econômicos, de concentração e monopólio dos processos comunicativos e informacionais; e outro, de reapropriação do sentido e da subjetividade, que se pretende anárquico, livre, cooperativo, solidário, “pirata”.

CAPÍTULO 3

A VOLTA DOS “PIRATAS” CONTRA O MONOPÓLIO INFORMACIONAL E COGNITIVO

Ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão.

(Ditado popular)

3.1 A volta dos piratas

O corre-corre e o tumulto no centro da cidade têm uma explicação. É a luta dos trabalhadores contra a apropriação e o monopólio de sua própria produção de subjetividade e conhecimento. Conhecidos comumente como camelôs, esses trabalhadores da economia informal, vendem de CDs de músicas, fitas de vídeo, DVDs e programas de computador a roupas e acessórios de marcas famosas, todos devidamente “pirateados” para o desespero da propriedade intelectual e do investimento feito em comunicação e publicidade pelas megacorporações.

Por produtos “pirateados” devemos entender aquelas mercadorias que se espelham e se apropriam das qualidades, formas e dos conteúdos dos modelos originais, mas que não pertencem à cadeia produtiva e de distribuição do capital que as geriu. Mais do que greves e paralisações, os maiores problemas inerentes à competição capitalista atual são resultado dessa apropriação “indevida” da moderna propriedade, dessa retomada popular das patentes corporativas e dos direitos de propriedade imaterial. Constitui-se em um dos *fronts* de luta que têm ferido gravemente a reprodução do capital contemporâneo neste início do século.

A simbologia com os verdadeiros piratas como Barba Roxa, Morat Reis e John Ward (WILSON, 2002) talvez esteja no fato de que estes, para roubar suas vítimas e inimigos, erguiam, em seus mastros, bandeiras amigas e, quando descoberto o embuste, as trocavam por uma caveira cruzada por ossos, para desespero dos assaltados. Esses personagens – os piratas dos séculos XVII e XVIII – são pouco conhecidos pela história oficial, porém desafiaram todo um sistema político e econômico vigente quando se apropriavam dos bens

resultantes dos roubos e massacres praticados pelas metrópoles europeias no período do colonialismo. Os piratas eram tidos como constituintes de uma comunidade desterritorializada, sem lugar fixo e, por isso, transformaram-se no terror dos reinos cujas riquezas atacavam. O mais conhecido deles foi o capitão Barba Roxa, que de tanto atacar os navios do sultão Selim acabou nomeado governador de Argel e lá acabou protagonizando uma experiência única de sociedade que abrigava todos os perseguidos e excluídos da época. Essa sociedade foi descrita pelos europeus como o “domicílio de vilões, antro de ladrões, lar de piratas, ponto de encontro de renegados” (id., ib.), mas também poderia ser caracterizada por ser refúgio de místicos, pederastas, fumantes de *kif* (maconha), rebeldes irlandeses, judeus hereges e espões britânicos; enfim, todos os degredados, renegados e fugitivos de uma época, formando uma verdadeira comunidade insurrecionária. Deram início a uma utopia pirata que o historiador Peter Wilson considera um dos berços do Iluminismo e da democracia moderna.

Em sua reencarnação moderna, esses “piratas” do século XXI também participam de uma comunidade invisível, insurrecionária e desterritorializada. Tão invisível e transgressora quanto procurada e reprimida como a comunidade dos antigos piratas. São os “piratas” do trabalho informal que assustam cada vez mais o capital parasitário da “inteligência da massa”. Utilizam, de certo modo, a mesma estratégia secular: parecer com o inimigo para roubar-lhe o roubo. Muitos dos produtos “pirateados” são idênticos aos “verdadeiros” e criam seu valor justamente na estratégia da semelhança e no “roubo” dos seus significados apropriados e “construídos” socialmente por meio das estratégias de comunicação (*marketing*, publicidade e *branding*). O uso de aspas se aplica pelo fato de que o conceito entre o produto verdadeiro e falso é legitimado pelo Estado – agente do grande capital informacional – que endossa essa relação na perspectiva de garantir o *status* da propriedade imaterial moderna. Contudo, se entendemos que com a chegada do pós-fordismo e da economia informacional o consumidor é cada vez mais chamado “a dar forma aos produtos”, isto é, a produzir a riqueza imaterial do que é consumido – que só se realiza a partir da sua vinculação cultural, subjetiva e cognitiva por meio das práticas comunicativas e de cooperação do trabalho imaterial –, podemos afirmar que esse roubo nada mais é do que um roubo de uma pilhagem anterior. Portanto, a dimensão entre o que é falso e verdadeiro existe apenas no aparato do capital reconhecido pelo Estado e nas ideologias repressoras dos produtos “pirateados” que se difundem no seio da sociedade.

Isso fica evidente quando percebemos que somente por meio da “pirataria” as camadas mais pobres da população podem fazer usufruto dos signos de valorização social que são construídos pelos meios de comunicação, assim como também participar da socialização do conhecimento e da subjetividade essenciais na sociabilidade moderna. Logo, o que os monopólios imateriais chamam de “pirataria” podemos caracterizar como um movimento da “inteligência coletiva” que procura se libertar do controle do capital parasitário sobre os fluxos de seu desenvolvimento, constituindo-se em um primeiro processo de ruptura.

Um efeito prático dessa resistência exemplifica-se no fato de que a Nike, maior empresa de material esportivo do mundo, estima que somente no Brasil 40% dos seus produtos (entre eles o monopólio sobre os uniformes da seleção brasileira de futebol e do Flamengo) são “pirateados”.⁵ A Nike provavelmente é uma das empresas “de marca” que mais cresceram utilizando estratégias de apropriação da subjetividade, da identidade alheia para produzir seu valor imaterial. Quando tentamos imaginar ou relembrar algum

⁵ FESTA do lado de dentro; caça aos piratas do lado de fora. *O Globo*, 16 fev. 2004. Na matéria mencionada, fica evidente a relação promíscua entre o Estado e a empresa, já que por uma incrível coincidência enquanto a empresa lançava o novo uniforme da seleção brasileira em uma festa no Maracanã, a polícia federal, do lado de fora, apreendia dos camelôs exclusivamente as camisas falsificadas com o escudo da Nike.

comercial de TV dessa empresa, logo podemos pensar em jogadores de basquete americanos e suas “enterradas” incríveis. Essa associação nada tem de natural. Desde a década de 1980, diversas empresas, entre elas a Nike, têm se especializado em se apropriar da “personalidade” da juventude pobre, negra e urbana americana, que tem no basquete seu esporte favorito. Esse processo começa na busca do capital informacional por “significado e identidade”, sobretudo quando perceberam, a partir da década de 1990, a explosão do mercado para uma juventude que cresceu e se educou conjuntamente com a revolução das tecnologias da comunicação. “Seus pais podem ter freqüentado brechós, mas os filhos, como ficou claro, ainda estavam dispostos a pagar para ser aceitos” (KLEIN, 2002). Dessa forma, para vender era preciso parecer *cool*, alternativo, jovem, moderno, e as empresas foram beber na fonte.

Grandes gravadoras como a BMG agora contratam “turmas de rua” da juventude negra urbana para divulgar discos *hip-hop* em suas comunidades e sair em missões guerrilheiras de colar cartazes e pôsteres. [...] Tão focalizada é a Nike em se apropriar do estilo, atitude e imagem da juventude negra urbana que a empresa tem sua própria palavra para essa prática: *bro-ing*. É quando profissionais de *marketing* e estilistas da Nike levam seus protótipos aos bairros pobres de Nova York, Filadélfia ou Chicago e dizem, “Ei, *bro*, dá uma olhada nos nossos tênis”, para avaliar a reação a novos estilos e criar um certo alvoroço. [...] A Nike tem conseguido imprimir sua marca a quadras de basquete onde faz *bro-ing* através de seu braço filantrópico, PLAY (Participate in the Lives of Youth). A PLAY patrocina programas esportivos em áreas pobres em troca de visibilidade para seu logotipo, incluindo logos gigantes no centro de quadras de basquete urbanas recapeadas. Em áreas mais elegantes da cidade esse tipo de coisa seria chamado de publicidade e o espaço teria um preço, mas neste lado dos trilhos a Nike não paga nada e registra os custos como donativo (id., ib., p. 99).

Poderíamos citar dezenas de outros casos de corporações que utilizam práticas semelhantes na criação do valor para seus produtos. Empresas e produtos que querem parecer modernas, transgressoras, *clubbers*, radicais, familiares. Cada identidade corresponde ao nicho de mercado pretendido. Isso ocorre porque essa é a forma atual do capital informacional e parasitário que tem na apropriação da subjetividade um modelo de produção imaterial. Por esse motivo, a Nike – depois de revender essa apropriação subjetiva por valores astronômicos – “esperneia” quando essa mesma juventude negra americana e seus congêneres pelo mundo vão comprar aquilo que de certa forma os pertencem e optam por produtos “pirateados” quando se deparam com o preço da sua própria riqueza nas lojas formais. Na época do *cool* mutante, das modas que se transformam a cada segundo (já que é a inovação que leva ao consumo), a pior coisa que pode acontecer ao capital informacional é um dia ser *cool*, vestir-se de “pirata”.

Entretanto, provavelmente o caso mais emblemático e discutido de “pirataria” seja o da falsificação de CDs de música, porque acrescenta o problema dos direitos do autor que remete o assunto a uma complexidade maior ainda. Já estamos acostumados a ver artistas em comerciais de TV e em visitas ao Congresso alardeando os danos da “pirataria” em seus bolsos. Apela aos consumidores que gostam de suas músicas para que não comprem CDs fora das lojas “credenciadas”. Porém, muitos artistas – como Lobão e Beth Carvalho – têm tentado denunciar as próprias companhias como as maiores piratas do comércio musical, na medida em que rejeitam a numeração dos CDs com o objetivo de falsificar as tiragens e assim sub-remunerar os autores.

Essa denúncia, na realidade, é apenas a ponta do *iceberg* de um sistema cultural de apropriação “pirata” no qual os artistas são reféns da propriedade um *establishment* cultural global em que a exclusão significa, na maioria das vezes, o desaparecimento midiático. O processo é bem simples – como as companhias só investem em artistas que possibilitam rápido retorno financeiro aos seus

investimentos publicitários, a pasteurização toma conta da cultura musical e o artista é obrigado (ou não) a se adaptar e submeter seu processo de criação à lógica do retorno rápido daquilo que é sucesso garantido. A proposta cultural que opta pelo risco do novo, geralmente, acaba excluída desse circuito e, assim, procura espaços alternativos para a sua socialização e criação coletivas.

Na medida em que essa diversidade se torna emergente, sem dono ou proprietário individual, ela rapidamente é apropriada pelo sistema corporativo cultural em um círculo vicioso infundável. Uma vez apropriada, essa diversidade cessa de ser diversidade, cessa de ser criação e cooperação coletiva, esgota a resistência de sua livre socialização e transforma-se em propriedade de um monopólio imaterial que tende a formatá-la industrialmente. Dessa forma, o que o capital toma para si é a mediação da cultura, o resultado da nossa subjetividade, na qual ele participa como parâmetro de hegemonia com o objetivo de controlar os fluxos de socialização cultural e cognitiva mais amplos e assim obter sua reprodução. É esse domínio sobre a socialização da cultura, da comunicação e da subjetividade que precisa ser rompido e que a “pirataria” faz avançar.

Voltemos à campanha dos artistas contra a falsificação. O que na realidade esses artistas acabam pedindo para boa parte dos seus fãs é a impossibilidade de adquirir seu trabalho, pois, como todo negócio capitalista, o preço do CD é regulado pela sua procura. Como se constitui em um monopólio – sobre o trabalho imaterial – a lógica é piorada aos extremos já que, sem competição, mais vale vender um produto a X do que quatro a $X/4$. Assim, a barreira econômica de consumo imposta pelo preço do CD justifica a lógica que mantém seu próprio valor. Nesse sentido, a atuação da “pirataria” devolve o monopólio ao mundo real, se apropria do seu investimento informacional e destrói sua lógica de maxirreprodução, fazendo-o reduzir o preço dos CDs quando crê que o prejuízo será maior que o lucro. Além disso, permite a participação de setores excluídos economicamente na socialização da cultura e da economia imaterial de uma forma extremamente transgressora.

Do ponto de vista do trabalho, as empresas alegam que o país perde milhões de empregos formais com a falsificação. Ainda não existem pesquisas confiáveis nesse sentido, mas a lógica caminha no sentido contrário. Os trabalhadores que hoje se ocupam de vender e revender produtos “piratas”, na verdade foram “expulsos” do trabalho formal com a extinção dos postos de trabalho na indústria, na agricultura e pela eterna recessão econômica. O setor de serviços, ao contrário, superdimensionado não consegue absorver a demanda por empregos. Empregos, que muitas vezes, exigem uma escolaridade e uma especialização quase impossíveis para boa parte da população apartada dos mecanismos públicos e privados de educação média e superior. Assim, a opção por essa atividade acaba sendo uma questão de sobrevivência e que muitas vezes gera rendimentos muito maiores do que um emprego formal de baixa qualificação e com horários fixos. Nesse sentido, a existência do trabalho “pirata” permite a sobrevivência de camadas da população que de outra forma estariam vivendo na mais completa miséria, engordando os índices oficiais. O que se verifica é a existência de uma população invisível que não está nas estatísticas oficiais de emprego e tão pouco nas de pobreza extrema. A possível constatação de que a “pirataria” cria mais e melhores postos de trabalho – mesmo que sem os consagrados direitos trabalhistas – seria insuportável para o aparato do Estado e do capital.

No que diz respeito à obra dos artistas, finalmente a pirataria cria um interessante paradoxo. Segundo a legislação de direito autoral, existem dois tipos de propriedade intelectual fundamentais: patrimonial e moral. Na maior parte das legislações, apenas por inovação recente ou por inerente valor de uso social os aspectos patrimoniais podem ser alienados. Porém, os aspectos morais de uma obra, isto é, a associação entre a obra e o nome do seu criador é indestrutível. Nesse caso, o autor é o maior interessado no uso dela,

mesmo que, imediatamente, não ganhe um tostão por isso. No caso dos CDs de música, os direitos – morais e patrimoniais –, ao serem alienados para uma gravadora, participam da mesma sorte do seu suporte material. É portanto a forma de remuneração dos direitos autorais por tiragem – que vimos como sendo pouco transparente – que é afetada pela “pirataria”. Entretanto, essa é apenas uma das formas de remuneração dos artistas. Se, por um lado, a reprodução ilegal de cópias afeta os lucros das gravadoras, por outro, potencializa a disseminação e socialização da obra do artista – cujo direito moral permanece – em amplas camadas da sociedade. Assim, um bom número de compositores e cantores “já percebem que devem franquear suas produções para livre cópia, especialmente através da internet, como modo de alimentar o seu próprio mercado de apresentações ao vivo – verdadeiro momento de remuneração do seu trabalho” (DÓRIA, 2003).

Portanto, esse perigo ao capital reside justamente na ação inconsciente da luta pela sobrevivência dos trabalhadores da economia informacional: o desafio imposto às regras da propriedade privada dos bens imateriais. Essa dinâmica é criadora de novas dinâmicas de socialização da cultura, da comunicação e da cognição, alterando a forma como os próprios autores e artistas percebem a propriedade. Esse fenômeno ficará ainda mais forte, como veremos mais adiante, a partir do aparecimento da rede mundial de computadores.

Ao capital resta a chantagem econômica para que o Estado exerça seu poder de polícia e crie leis que criminalizem a ação da “pirataria”, perseguindo os trabalhadores como os piratas insurrecionais de antigamente. Ao mesmo tempo que investe na criação de mecanismos tecnológicos que garantam a irreprodutibilidade alheia da sua propriedade, caminha para uma cada vez mais perversa oligopolização do mercado imaterial.

3.2 A reação da propriedade: rumo ao monopólio sobre a vida

Vimos no segundo capítulo que, com o desenvolvimento das forças de produção, o capital passa a depender cada vez menos do trabalho imediato e do tempo em que é desenvolvido. Nessa perspectiva, o grande pilar de sustentação da produção e a riqueza é a existência de um corpo social, isto é, a sua compreensão e seu domínio sobre a natureza (LAZZARATO e NEGRI, 2001). Dessa forma, só o mais absoluto controle sobre os fluxos de comunicação, cooperação e socialização do conhecimento determina a capacidade que esse capital tem de se reproduzir. É justamente desse controle proprietário que o capital extrai a sua maxirreprodução. É essa garantia sobre o uso exclusivo dos bens culturais, comunicativos e cognitivos como uma música, uma imagem, uma frase, um filme, uma marca, um símbolo visual, um livro, um conhecimento tecnológico, uma descoberta científica; enfim, de todo o gênio humano, bem como da sua infra-estrutura de distribuição informacional e comunicativa que sustenta o desenvolvimento do capital moderno.

Nesse sentido, a única proteção viável para o desenvolvimento do capital é o exercício da sua soberania proprietária sobre o mundo imaterial. Se no início do capitalismo industrial a propriedade privada dos meios de produção garantia a lógica do sistema de reprodução do capital, agora no capitalismo informacional e cognitivo é, de novo, a propriedade privada que garante sua reprodução. Contudo, dessa vez, é a propriedade privada dos meios de produção imaterial, dos fluxos de socialização do trabalho que garantem a realização do sistema.

Um exemplo sintomático desse fenômeno foi a aprovação, pela Suprema Corte dos Estados Unidos, de uma lei que estende por mais vinte anos os direitos autorais. Essa lei aprovada pelo Congresso Americano em 1998 foi motivada porque os desenhos

animados desenvolvidos por Walt Disney entrariam em domínio público a partir de 2003. Com isso, ninguém mais seria obrigado a pagar *royalties* para reproduzir – em camisetas e pijamas, por exemplo – a figura do Mickey Mouse e de outros personagens da Disney Company (uma das cinco maiores companhias de comunicação do mundo). Conhecida como Lei Mickey Mouse, sua aprovação logicamente representou uma vitória para as companhias de mídia **que alegavam precisar “de mais tempo para proteger um setor vital da economia norte-americana, estimado em 500 bilhões de**

dólares”.⁶ Pela antiga lei americana, o rato e sua turma já deveriam ter o acesso público garantido por ultrapassarem mais de setenta anos da sua criação, porém a lógica do sistema parece impor limites cada vez mais longevos. Os autores da ação – uma coalizão de editores e indivíduos – argumentam que a extensão dos direitos autorais não estimula novas criações, ao mesmo tempo que desrespeita o espírito da lei original, que prevê “tempo limitado” para tais direitos, já que nos últimos quarenta anos houve onze prorrogações dos direitos autorais.

Dessa forma, as leis de “propriedade intelectual” vão se tornando progressivamente a pré-privatização de toda a criação, pois se toda idéia nova é produto da combinação, interação, adaptação, reflexão das pessoas sobre seu tempo sobre idéias antigas (com proprietários), então toda criação pode ser considerada, do ponto de vista do capital, uma idéia “pirata”. É um cenário pessimista o descrito, mas a avidez do capital pela propriedade do mundo das idéias, do conhecimento, da cultura e da subjetividade não parece mesmo indicar uma conjuntura favorável à livre criação humana. Ao contrário, é justamente o controle obsessivo sobre os fluxos de criação e inovação que garantirá sua sobrevivência nesse novo *status* da economia e do poder. Em outras palavras, é a “subsunção do real” (COCCO, 2001a), da sociedade, do tempo de vida nas relações de capital que determina a lógica de sua reprodução. A crise não é mais de produção, mas, sobretudo, de comando, de administração da propriedade imaterial.

Vejamos outros exemplos mais explicativos. Enganam-se aqueles que crêem que esse fato ocorre somente na área de serviços e de bens culturais. A questão da propriedade imaterial atinge, da mesma forma, setores tidos como propriamente materiais. No Brasil, assim como em outros países tropicais, centenas de “pesquisadores”, principalmente estrangeiros oriundos de países ricos, se embrenham clandestinamente nas florestas no intuito de “descobrir” plantas e animais, cujos compostos podem ter algum uso de valor comercial (nos ramos da medicina, cosmética, alimentos etc.). Muitas vezes se valem dos conhecimentos ancestrais passados ingenuamente por tribos indígenas e comunidades locais para alcançar tais objetivos. Foi o que ocorreu com o esdrúxulo caso do registro da “patente” do cupuaçu – fruta-base da alimentação dos povos da Amazônia. Existem várias patentes sobre a extração do óleo da semente do cupuaçu, sobre a produção do chocolate de cupuaçu e sobre a própria semente da fruta. Quase todas as patentes foram registradas pela empresa Asahi Foods Co., de Kyoto, Japão. Nos EUA, existe inclusive uma empresa chamada Cupuacu International.⁷ Essas empresas têm até mesmo sob sua suposta propriedade os usos sobre a marca “cupuaçu” e ameaçam processar produtores europeus que utilizem o termo, ou

⁶ AGÊNCIA REUTERS. Lei de direitos autorais é mantida por mais 20 anos nos EUA. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 jan. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u27112.shtml>>.

⁷ Acesso em 20 jan. 2004. Mais detalhes sobre o caso disponíveis em: <<http://www.amazonlink.org/biopirataria/cupuacu.htm>>.

compostos da fruta em seus ingredientes. Não demorará e as próprias tribos amazônicas começarão a ter que pagar *royalties* para consumirem suas frutas ancestrais.

Essa é a forma que o capital encontra para revidar a prática da “pirataria” em sentido contrário, quando da apropriação descarada daquilo que é comum. Dessa forma, a tônica da resistência ao capitalismo é a permanente tentativa de resgate dos bens comuns, sobretudo sobre seus instrumentos de socialização do conhecimento, da cultura e dos mecanismos de comunicação, dos constantes seqüestros na forma da propriedade privada que o capital realiza.

Para os capitalistas modernos, o pensamento parece ser o seguinte: para que ser um mero agricultor, se agora simplesmente é possível se apropriar (ou “criar”) do vegetal (ou do animal) que vai gerar o produto e cobrar *royalties* de quem usar sua “propriedade”? Dessa forma, o capital se expande sobre toda a vida, criando propriedade sobre todas as formas do conhecimento sobre natureza, da mesma forma que mercantilizou inicialmente abstrações como a terra e o próprio trabalho na emergência da economia de mercado (POLANYI, 2000).

Outro exemplo nítido dessa questão gira em torno dos produtos geneticamente modificados, os famosos transgênicos. Empresas do setor de agronegócios têm investido pesadamente em pesquisas de alterações genéticas, com o intuito de acelerar e incrementar os ciclos de produção. Visam melhorar a resistência de suas culturas às pragas, assim como incrementar a qualidade e a aparência dos produtos.

Como se não bastasse a falta de estudos sobre o impacto dos transgênicos para a saúde das pessoas e no meio ambiente em geral, os alimentos geneticamente modificados revelam outra discussão também relevante e que parece ser, no caso, a questão de fundo do problema: a propriedade sobre a produção do conhecimento. Nesse caso, a propriedade sobre seres vivos, cadeias genéticas e fórmulas biológicas. O problema logicamente não reside na pesquisa biotecnológica *per se*, que é extremamente importante, mas na questão do seu uso, a quem pertence sua propriedade e orientação; isto é, na sua função e na difusão dos seus benefícios.

Isso remete ao caso da empresa norte-americana Monsanto, uma das maiores multinacionais de agronegócios do mundo. A empresa deixou de ser uma empresa de alimentos para resumir sua atuação no investimento em pesquisa com a intenção de “criar” novos vegetais mais resistentes a pragas, mais vistosos e com ciclos de produção mais curtos. Assim esperam convencer países e produtores a adotar seus produtos geneticamente modificados. No momento, espera introduzir seu principal produto: sementes de soja geneticamente modificadas. Conhecida como *Roundup Ready*, a semente transgênica da Monsanto – que já é utilizada em larga escala em vários países, inclusive no Brasil – é mais resistente aos herbicidas à base de glifosato, o que torna a produção mais rápida e menos susceptível a pragas, contudo as conseqüências do seu uso para o consumo e para o meio ambiente não foram ainda suficientemente estudadas. Mesmo assim na retórica legalista dos transgênicos reside a afirmação de que esses alimentos são a solução para o problema da fome no mundo e não cansam de repetir as teorias malthusianas sobre o descompasso do crescimento populacional com a produção de alimentos. O tom alarmista parece esquecer que o real problema da fome não é a escassez de alimentos, mas sim sua má distribuição. No mundo de hoje, os alimentos só chegam àqueles mercados que possuem poder de compra, por isso vários países, principalmente da África e da Ásia, enfrentam esse terrível flagelo de forma dramática. Ao mesmo tempo que se somam a esse fator outros que impedem o desenvolvimento em grande escala de suas próprias agriculturas, tais como a chantagem econômica exercida pelos organismos internacionais e as barreiras comerciais que impedem que esses países possam vender sua produção agrícola competitivamente no mercado externo.

A Monsanto espera vencer todas as resistências e incentivar a adoção de suas sementes, cujo monopólio da tecnologia detém. Isso quer dizer, na prática, que qualquer agricultor que fizer uso das sementes geneticamente modificadas em suas plantações deverá pagar uma taxa à Monsanto. O problema, contudo, não reside apenas no monopólio de um conhecimento considerado por muitos como questionável. A grande questão é que, uma vez incorporado ao meio ambiente, o produto geneticamente modificado se “espalha” simplesmente porque é natural a sua interação com os animais, insetos e outras plantas, que servem como alimentação e adubo. Isso faz com que a distinção entre os alimentos orgânicos (sem modificação genética) e os geneticamente modificados seja cada vez mais impossível de se definir. Dessa forma, o que antes era natural vai aos poucos se tornando também geneticamente modificado, e, assim, o que antes era bem comum vai da mesma forma se tornando monopólio.

Para provar essa constatação, vejamos o caso mundialmente conhecido do agricultor canadense Percy Schmeiser, de 72 anos, que tem contra si um processo movido pela Monsanto.⁸ Acusação: “piratear” sementes geneticamente modificadas. Depois de cultivar canola por mais de cinquenta anos, Schmeiser foi surpreendido por uma notificação da empresa em 1998, acusando-o por infringir a lei de patentes, quando sua lavoura de canola foi contaminada por sementes transgênicas. As sementes foram parar na plantação de Schmeiser carregadas por agentes como vento, pássaros, ou caminhões que passavam na estrada a partir das propriedades vizinhas. Além das poluições que afetam a natureza em geral, esta parece estar sendo atacada por outra mais poderosa e invisível: a poluição genética. Atualmente está cada vez mais difícil de identificar se o que consumimos foi ou não geneticamente modificado. A frase do presidente de uma empresa de alimentos orgânicos que teve que retirar seus rótulos de “sem organismos geneticamente modificados” é taxativa: “Descobrimos traços no milho que foi cultivado organicamente por dez a quinze anos. Nenhum muro é alto o bastante para conter essas coisas” (KLEIN, 2003b).

Segundo Schmeiser,⁹ os agricultores canadenses começaram a usar as sementes transgênicas porque acreditaram que seriam mais nutritivas, teriam melhor qualidade e menor necessidade de produtos químicos. No entanto, conta o agricultor, depois de quase três anos, as sementes necessitavam cinco vezes mais de agrotóxicos, e a produção era 15% menor que a convencional, com metade da qualidade. Para o agricultor, as desvantagens dos transgênicos incluem ainda o contrato arbitrário que os produtores são obrigados a assinar com a Monsanto se quiserem usar seus produtos. Um agricultor não pode usar sua própria semente ano após ano; ele deve comprar a semente, a cada ano, da Monsanto. Além disso também deve comprar o herbicida da própria Monsanto e pagar à companhia cerca de US\$ 45 por hectare/ano como taxa de tecnologia. Para completar a total subordinação do agricultor, a Monsanto chega a ponto de obrigá-lo a dar livre acesso aos seus campos para que inspetores da companhia possam averiguar o cumprimento do contrato.

O governo da província de Ontário e uma coalizão internacional de ONGs pediram para serem ouvidos no processo de Schmeiser. Será a primeira vez no mundo que uma corte suprema se pronuncia sobre engenharia genética em *commodity* agrícola *versus* o direito do agricultor convencional, o que poderá ter reflexos sobre casos parecidos no mundo inteiro. Em julgamentos anteriores, em outras instâncias, decidiu-se que o agricultor era o culpado pela contaminação e que deveria ressarcir a Monsanto de seus “prejuízos”. É como se, de repente, pudéssemos ser presos em nossas casas e acusados de um crime que desconhecemos, tal qual o personagem de Kafka em *O processo*.

⁸ Vítima da Monsanto vira réu. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/en/blue/2004/01/272719.shtml>>.

⁹ Para conhecer a história completa, consultar: <<http://www.percyschmeiser.com/>>.

Essa cisão entre o monopólio do mundo das idéias, do conhecimento e o mundo da produção real de bens materiais se torna ainda mais dramática se a relacionarmos com o domínio da infra-estrutura de comunicação global, das tecnologias que permitem a socialização desse conhecimento e da cultura. Os avanços tecnológicos das técnicas de informação e comunicação evoluíram, nos últimos anos, no sentido de uma conjugação de veículos e técnicas que criaram uma rede complexa e global, que conglomerava empresas de produção de comunicação (imprensa, rádio, televisão, cinema e, agora, internet), empresas de distribuição de produtos, a indústria da informática e o vasto setor das telecomunicações (MORAES, 2001). Dessa forma, a indústria conglomerada das comunicações e do entretenimento, coerentemente com a nova fase do capital, é o setor mais próspero da economia mundial.

Por essa razão, o jornalista Ignacio Ramonet (2003) está correto em afirmar que hoje é cada vez mais difícil estabelecer “distinções nítidas entre o mundo da mídia, o mundo da comunicação, o mundo do que poderíamos denominar cultura de massa e o mundo da publicidade. Cada dia existem menos fronteiras entre esses três setores” (id., ib.).

Imagine a seguinte cena: Um filme está para ser feito em Hollywood. Seus produtores, neste momento, discutem os possíveis encaminhamentos. Caso o filme tenha um perfil de superprodução ele poderá ser feito pela Warner Bros. Ou então, a escolha pode recair em um estúdio "independente" como a New Line ou a Castle Rock. Em ambos os casos, as locações usadas serão as do Radford Studio Center. A exibição na TV a cabo ocorrerá na HBO e, passados alguns anos, na TNT. Já a TV CNN (nas versões americana, latina e internacional) e a rede de rádios CBS (21 emissoras próprias e 585 afiliadas) farão a cobertura jornalística de seu lançamento. Quando o filme chegar à TV convencional, sua exibição estará garantida na rede de TV CBS (7 emissoras próprias e 200 afiliadas). Os desdobramentos são inúmeros. A Hanna-Barbera fará um desenho animado para ser exibido na Cartoon Network. Uma continuação, em forma de série televisiva, será apresentada na WB TV. As fitas de vídeo serão distribuídas pela CBS/Fox. A trilha sonora sairá em CDs da Warner Music. A DC Comics (editora de Super Homem e Batman, por exemplo) poderá criar uma história em quadrinhos. Revistas como Time, Fortune, People e Sports Illustrated farão reportagens explorando diferentes ângulos do filme. Por fim, a pré-estréia será um super espetáculo com a presença dos times de beisebol Atlanta Braves e de basquete Atlanta Hawks. Não, caro leitor, não se trata de uma associação entre diferentes empresas na área da comunicação e entretenimento. Todos os nomes citados pertencem a uma mesma *holding* e seus empresários não terão muito trabalho em formar este imenso *pool* (GINDRE, 1998, p. 1).

O quadro descrito acima tem se agravado sobremaneira, principalmente com a chegada de uma tendência no que diz respeito às tecnologias da comunicação e da informação: a convergência digital. Isto é, o desenvolvimento de uma tecnologia que permite unificar as técnicas da comunicação em apenas um código de uso. As linhas que

separavam a televisão do rádio e a informática da telecomunicação finalmente desaparecem. Para se entender melhor, utilizaremos o esquema de Ramonet (1999a) que separa, em termos de comunicação, três sistemas de símbolos: a escrita, o som e a imagem. Cada um desses elementos induziu a adoção de um sistema técnico. A escrita desembocou no trabalho editorial, na gráfica, no livro, no jornal, na linotipo, na máquina de escrever etc. Assim como o som resultou na linguagem, no rádio, no gravador, no telefone e no disco. A imagem produziu a pintura, a gravura, as histórias em quadrinhos, a fotografia, o cinema, a televisão, o vídeo etc. (id., ib.). Logo, o que a revolução digital faz é convergir esses três sistemas de símbolos em um único equivalente. Portanto, se a escrita, o som e a imagem se expressam em bits, e os bits veiculam igualmente o texto, o som e a imagem um mesmo "canal", isso muda completamente a forma como entendemos os veículos de comunicação que passam a ter funções que antes pertenciam a suportes diferentes. Isso está transformando inteiramente o mundo das comunicações e do entretenimento e está proporcionando rapidamente a fusão-concentração da maior parte das empresas desses setores.

Atualmente, as empresas do setor eletrônico fundem-se com empresas de telefonia, de transmissão a cabo ou editoras, para passar a constituir megagrupos de uma mídia integrada. O faturamento das indústrias de comunicação, em seu sentido mais abrangente, que era de cerca de 1 trilhão de euros em 1995 (cerca de 2,08 trilhões de reais), passaria, em cinco anos, para 2 trilhões de euros (4,15 trilhões de reais), representando 10% da economia mundial [...] Os gigantes da informática, da telefonia e da televisão avaliam que os lucros do futuro se encontram nessas fabulosas jazidas que se abrem diante de seus olhos por meio da tecnologia digital. Mas também sabem que, a partir de agora, seu próprio território deixou de ser seguro e que, com os instintos de um tiranossauro, os mastodontes de setores vizinhos estão de olho nele. Nos últimos dez anos, uma guerra de brutalidade invulgar vem sendo travada, sem dó nem piedade, no campo das indústrias culturais. A empresa que operava com telefones quer agora fazer televisão e cinema, a que mexia com informática mergulha nos vídeo games, uma outra que distribuía água agora quer dominar a telefonia celular, a televisão paga e as gravadoras de música (RAMONET, 1999a, p. 1).

Esse fenômeno concentrador é característico das novas formas de reprodução do capital na economia informacional, já que a real competição capitalista desenvolve-se hoje por meio das infra-estruturas da informação e da comunicação. Além disso, a convergência digital tem facilitado a união da produção de conteúdos de uma mesma empresa para seus diversos suportes, tornando o processo de administração empresarial midiático relativamente mais fácil. Atualmente, é comum que jornalistas, radialistas e artistas em geral trabalhem para veículos de uma mesma empresa, produzindo um mesmo conteúdo reaproveitado de diversas maneiras, barateando o custo da produção. As empresas produtoras de bens essencialmente materiais começam a perceber que, se não se envolverem na constituição da comunicação de massa, correm o risco de desaparecer na feroz competição global. Como investem cada vez mais quantias em instrumentos de informação, publicidade e comunicação, acabam por notar que estão no “negócio errado” ou que não participam competitivamente em suas áreas, no que diz respeito às estruturas de produção imaterial. Dessa forma, as próprias empresas de mídia têm buscado fusões, parcerias e *joint-ventures* para tornarem-se mais hegemônicas em seus setores e na tentativa de abranger outros.

A convergência digital serve de lastro para vastas intersecções tecnoprodutivas, que tendem a se multiplicar nos próximos anos, associando computador, internet, portais de conteúdo e de empresas, televisão aberta, TV a cabo, TV via satélite, televisão interativa, rádio, telefonia fixa e móvel, transmissão de dados, mídia impressa, agências de notícias, comércio eletrônico, publicidade e serviços *on-line*, música, vídeo, cinema e produtos editoriais (MORAES, 2001, p. 36).

Contudo, ao mesmo tempo que ocorre todo esse processo de reconfiguração midiática e “infotelecomunicacional” (id., ib.) na profunda concentração dos aparatos técnicos, suportes, produtos, serviços e conteúdos em megacompanhias mundiais, o aparecimento de um novo meio pela rede mundial de computadores permitiu, como nunca antes foi possível, a disseminação de práticas democráticas de socialização da comunicação, da cultura e do conhecimento que rompem com o cerco da propriedade imaterial e com o monopólio sobre a produção de comunicação. Esse estranho paradoxo parece ser o paradigma de uma época em que a disputa pelo desenvolvimento da globalização passa necessariamente pelos usos das novas tecnologias da comunicação e informação. De certa forma, foi a partir do aparecimento da internet que uma série de novas práticas de socialização da cultura, de produção da comunicação e de organização dos movimentos sociais tem se constituído. É por meio desse novo meio que as utopias têm se renovado na criação de mecanismos de cooperação e solidariedade entre os mais diferentes povos e movimentos sociais, criando finalmente a percepção da possibilidade de uma globalização transformadora. Dessa forma, o desenvolvimento da internet, contrariando a lógica da concentração imaterial do capital contemporâneo, tem desafiado continuamente os pressupostos da reprodução do capital moderno.

3.3 A internet como paradigma do paradoxo: na fresta da lógica do capital

A internet é, basicamente, uma rede de redes de computadores capaz de trocar dados, arquivos e comunicar entre si livremente. Surgiu há mais de trinta anos e se desenvolveu conjuntamente com os processos de transformação dos mecanismos de soberania e das relações de capital e trabalho que

descrevemos nos capítulos anteriores. Curiosamente, iniciou-se como parte dos programas de desenvolvimento militar dos Estados Unidos para a construção de um potente sistema de comunicações e de informática. Contudo,

nunca existiu aplicação militar da Internet; houve financiamento militar da Internet, que os cientistas utilizaram para fazer seus estudos de informática e para criar suas redes tecnológicas. A eles agregou-se a cultura dos movimentos libertários, contestatórios, que nela buscavam um instrumento de liberação e de autonomia em relação ao Estado e às grandes empresas (CASTELLS, 2003, p. 257).

Dessa forma, a internet já nasce como um movimento contraditório. Inicialmente, por meio de um investimento militar, surge um veículo de comunicação especialmente democrático. Justamente é o desinteresse pelo Estado e *a posteriori* do próprio capital que possibilita o desenvolvimento de uma tecnologia apartada dos mecanismos de propriedade do conhecimento. São os cientistas interessados em formar uma rede de pesquisa aberta, solidária e cooperativa e os *yuppies* do começo da informática que formatam as primeiras características da rede de computadores. Também contraditoriamente é na maior economia do mundo – em que residem os principais conglomerados de comunicação, entretenimento e informação – que começa a surgir um meio de comunicação radicalmente democrático, horizontal, participativo e, de certa forma, anárquico.

Ironicamente, em 1972, o Pentágono ofereceu a antepassada da internet – a arpanet – à AT&T que estudou o projeto e chegou à conclusão de que aquela tecnologia não tinha aplicação comercial e por isso nunca seria rentável, devolvendo a oferta. Essa informação é interessante porque, se comparamos com a história do rádio, podemos notar como o desenvolvimento popular de uma tecnologia pode ser barrado pelos mecanismos de controle do Estado e de propriedade do capital. No início do século XX, há quase exatamente cem anos, explodia a utilização do rádio. Inicialmente a tecnologia era vista somente como um telégrafo sem fio para envio de mensagens comerciais, políticas e militares.

Todavia, o rádio se popularizou, fazendo com que muitas pessoas passassem a montar seus próprios transmissores e receptores em casa, transformando o sistema radiofônico em uma rede de redes de rádios, como uma internet sonora e rudimentar. Não existia até então “o paradigma passivo que relegava ao proprietário de um aparelho o papel de simples espectador. Ao contrário, surgiam por toda a Europa e os Estados Unidos clubes de radioamadores, formando comunidades de usuários, todos se comunicando entre si” (GINDRE, 2003). Esse cenário era tão potencialmente revolucionário que fez com que o teatrólogo alemão

Bertold Brecht escrevesse uma série de artigos – publicados postumamente em um livro intitulado *Teoria do rádio* – no qual propunha a criação de uma ágora moderna, onde o rádio substituiria, de maneira figurada, a praça grega. Uma metáfora que voltou a ser repetida com o aparecimento da internet.

O uso anárquico do rádio também possibilitou seu emprego em atividades políticas, especialmente a partir de sindicatos de trabalhadores, particularmente nos países que percebiam a sombra crescente do autoritarismo. Por exemplo, na Áustria foram montadas emissoras autogeridas por mineiros, que produziam sua própria dramaturgia e jornalismo, reunindo os trabalhadores em um esforço coletivo de simultânea produção e audiência (id., ib.).

Logicamente que esse uso do rádio começou a não ser bem visto pelo Estado, uma vez que permitia o surgimento de formas de organização social cada vez mais “informadas” e “comunicativas”. Do ponto de vista dos detentores do capital, começou-se a perceber que o rádio poderia ser um importante instrumento de fomento do consumo em massa.

A reação não tardou. No plano mundial, foi criada a Associação Internacional de Radiotelegrafia (AIRT), atual União Internacional de Telecomunicações (UIT), onde apenas os governos nacionais poderiam se fazer representar. A AIRT reproduziu a lógica típica da modernidade (e dos Estados-nação), ao afirmar que um bem de uso público deve ser colocado sob a “custódia” do Estado, visto como único representante possível e legítimo do conjunto da sociedade. Dessa forma, a distribuição das concessões de cada país ficava a cargo dos próprios governos e a transmissão sem permissão passou a ser enquadrada como crime. Até mesmo o uso de equipamentos de recepção que não fossem regulamentados era passível de punição (GINDRE, 2003, p. 4).

Podemos ao menos imaginar como teria sido fabuloso para o desenvolvimento da sociedade se o rádio houvesse atingido o intuito proposto por Brecht. Desde então, todo o uso do espectro eletromagnético passou a ser de propriedade do Estado, que o repassa ao controle do capital organizado. Qualquer tentativa de furar esse bloqueio passou a ser considerado um crime, mesmo que sem o intuito comercial. Não à toa, as rádios comunitárias e livres são comumente chamadas pelos conglomerados de comunicação de estações “piratas”, em uma extensão do termo a tudo aquilo que atenta contra a propriedade capitalista, principalmente na sua reapropriação imaterial. É interessante notar como a palavra “pirataria” encontra-se sempre relacionada à usurpação de uma propriedade cujo capital não exerce mais o pleno controle material. Dessa forma, a comunidade dos “piratas” começa a se multiplicar, na medida em que avança o controle do capital sobre o mundo imaterial.

A internet teve mais sorte que o rádio e os demais meios técnicos de comunicação. Desenvolvida em uma época em que o uso de computadores era relativamente pequeno

(por isso sem um viés comercial muito estruturado) e sem relação com os demais meios de comunicação – até então hegemônicos –, a internet não teve interessados diretos, senão seus próprios pesquisadores que não a viam com o potencial que tem hoje. Por isso, a internet desenvolveu-se a partir de uma arquitetura informática aberta e de livre acesso desde o início. “Os protocolos centrais TCP/IP, criados logo após a recusa da AT&T, distribuem-se gratuitamente e à sua fonte de código era acessível a qualquer pesquisador ou técnico” (CASTELLS, 2003).

Assim, pode-se dizer que os produtores da tecnologia da internet foram fundamentalmente seus próprios usuários, seus próprios consumidores que a mudavam na medida em que criavam novos usos e rumos, sem as imposições autoritárias do Estado e do capital. Dessa forma, pela primeira vez, um meio de comunicação desenvolve-se livremente por meio de seus próprios criadores e usuários. Exemplo nítido dessa criação interativa foi a criação do correio eletrônico, a maior aplicação atual da internet. Os cientistas trocavam mensagens entre si tentando encontrar novos desenvolvimentos para a tecnologia, quando perceberam que a própria troca de mensagens é que havia de ser desenvolvida. A partir de então, a potente interação entre um número cada vez maior de usuários e a tecnologia proporcionou o surgimento de outros desenvolvimentos como as listas de discussão, os *blogs* (colunas de opinião, notícias, diários pessoais que utilizam textos e imagens virtuais) que fazem tanto sucesso hoje, os bate-papos *on-line* (*chats*), os *sites* etc.

Há mil exemplos desse tipo de relação. Hoje os usuários modificam constantemente a tecnologia e as aplicações da Internet. Esta é a velha história da tecnologia [...]. Com a Internet, no entanto, fez-se mais, pois a flexibilidade e a ductilidade dessa tecnologia permitem o efeito de retroação em tempo real (CASTELLS, 2003, p. 259).

Em 1994 é criado o programa de navegação *world wide web*, também um código aberto que permitiu a internacionalização da internet, antes confinada aos usuários dos Estados Unidos com a antepassada Arpanet. Assim, desde o início da sua mundialização, a internet encontra-se sob um regime único de autogestão da tecnologia, pois seus códigos são, foram e seguem sendo abertos, e isso está na base da capacidade de inovação tecnológica da internet. Assim, qualquer tentativa do capital e do Estado em barrar a interação democrática de seus usos é rapidamente desarmada pelos próprios usuários na criação de novos espaços e desenvolvimentos.

Vejamos o caso do Napster, um programa criado em 1999 pelo estudante Shawn Fanning, de 19 anos na época, que permitia a livre troca e o compartilhamento de arquivos de música. O Napster pôs em xeque a poderosa indústria fonográfica mundial porque simplesmente descartou a sua mediação na socialização dos conteúdos. O modelo do programa era bem simples, as músicas – em formato MP3 – eram disponibilizadas pelos usuários por meio de seus próprios computadores, que, na medida em que interagiam entre si, aumentavam o número de arquivos disponíveis para *download* – o Napster chegou a ter 1 milhão de títulos arquivados e 50 milhões de usuários –, e conseqüentemente as trocas entre os usuários. O sistema não tinha intuito comercial, o processo virtual era parecido ao ato de forma uma cinemateca entre amigos ou emprestar para cópias caseiras as antigas fitas K-7 de música. Esse tipo de prática sem intuito comercial na teoria está muito longe do que o capital informacional até então chamava de “pirataria”.

Contudo, com a disseminação do programa, apenas três meses depois o grupo Mettlica se sentiu prejudicado e pediu para que suas músicas fossem retiradas do Napster (MALINI, 2003). Processado pelas gravadoras que acusavam o programa de “pirataria” e de violação dos direitos autorais, Fanning resistiu o quanto pode por meio de liminares na Justiça americana, até que finalmente foi obrigado a entrar em acordo com as empresas, que determinaram que as músicas passariam a ser pagas pelos usuários que as quisessem (id., ib.). Contudo, esse revés do Napster apenas incentivou o desenvolvimento e o uso de novas formas de compartilhamento de arquivos e conteúdos na internet. Os usuários do Napster simplesmente migraram para programas similares e continuaram a fazer uso do compartilhamento de músicas. Além disso, a maior parte dos novos programas segue uma estratégia diferente do Napster, que funcionava como se fosse um servidor central para os usuários. Vacinados pelo processo movido pelas empresas fonográficas, os usuários desenvolveram programas em que essa figura desaparece. Agora, nos novos programas, não existe um

“controlador” central, alguém para quem as empresas possam apontar o dedo. Esses programas incentivam e facilitam o compartilhamento P2P (*peer-to-peer*), em que um usuário interage diretamente com o computador do outro, sem precisar passar por um servidor central na rede.

A comunicação *peer-to-peer* vai pôr em crise as formas e os atores que controlam os fluxos de informação na *web*, por meio dos servidores. Na comunicação P2P, dois computadores somente são considerados *peers* (iguais) se se comunicam um com o outro desempenhando papéis semelhantes. Por exemplo, um *desktop* (computador pessoal) numa rede interna de uma empresa se comunica com o servidor central na condição de cliente. Eles não são *peers*, na medida em que cumprem papéis diferentes: o servidor principal servindo ao computador-cliente. Na memória do servidor é onde se encontram arquivados os programas que o usuário do computador-cliente vai poder acessar sempre que necessitar. Nas trocas dos arquivos P2P não são utilizados servidores centrais pois a rede é composta inteiramente de computadores *peers* (iguais) que se completam mutuamente, funcionando cada qual e ao mesmo tempo como servidores e cliente, um “servindo” a outro (MALINI, 2003, p. 173 e 174).

Dessa forma, os próprios usuários da internet têm reinventado novas formas de socialização dos bens imateriais, escapando do cerco da propriedade intelectual. Somente na avaliação da Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos (APDIF), qualquer suposição de números de “infratores” em relação à “pirataria” na internet nunca será exata. A APDIF estima que existam cerca de 12 mil *sites* “ilegais” somente no Brasil, que constantemente são renovados e reinseridos na Internet.¹⁰ Um reflexo desse fenômeno “pirata” mutante parece ser a nova estratégia das grandes gravadoras em processar os usuários para desencorajá-los a continuar copiando, e não os instrumentos (programas) de compartilhamento da rede que se mostraram impossíveis de controlar.

Em setembro do ano passado, 260 usuários, entre eles uma menina de 12 anos, foram processados nos Estados Unidos por fazer uso do programas de compartilhamento de músicas na internet. A indústria fonográfica estima perdas de 700 milhões de dólares ao ano no mundo inteiro por causa das trocas na rede.¹¹ Uma das principais cadeias de lojas de discos – a Tower Records – recentemente pediu concordata nos Estados Unidos. Presente em dezenove países do mundo, a cadeia foi o símbolo das grandes *megastores* de CDs e DVDs. Sua fórmula consistia em abrir até a meia-noite todos os dias e oferecer um catálogo de 180 mil itens. As vendas da rede foram abaladas justamente com o crescimento dos serviços de compartilhamento de músicas na internet. Para Jerry Reisman, advogado da área da música, a Tower não é a única com problemas. Segundo ele, a Virgin também estaria enfrentando dificuldades com a concorrência, citando a pirataria como

¹⁰ INDÚSTRIA fonográfica deve rever modo de fazer negócios. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 set. 2003.

¹¹ Ver nota 10.

o maior problema do setor.¹² E acrescenta: “Os maiores interessados em CDs são os adolescentes, que antigamente compravam em lojas como a Tower, o que eles não fazem mais. Eles estão pegando as músicas na internet sem pagar”.¹³

Para Cocco, a economia da doação está contida na fresta da contradição da lógica do capital atual: por um lado, as empresas da nova economia precisam *acelerar a difusão* dos seus produtos, pois quanto maior é a aceleração do lançamento das mercadorias, maior é o seu valor no mercado. Mas, para isso ocorrer, a condição é a *desaceleração da socialização*, ou seja, que a maioria das pessoas não consuma o produto na mesma velocidade do seu *upgrade*. Onde reside a brecha? Justamente na socialização – imbuída por uma lógica cooperativa pública – desrespeita-se a propriedade do produto intelectual por meio da difusão de cópias “ilegais”, reduzindo valor dos produtos, mas não sua riqueza, na medida em que muitos desses produtos são as bases para se criarem outros, que por sua vez seriam francamente permitidos, por meio de um método primário da socialização do trabalho, marcado pela abundância das trocas e doações (*copyleft*) e não pela escassez do conhecimento (*copyright*). *Conter os fluxos desses novos movimentos sociais, que não são só organizam a luta, mas também produzem riqueza – eis o objetivo do capital* (MALINI, 2003, p. 154).

Outros dispositivos, além dos de compartilhamento de arquivos, que também se propõem a romper com a lógica da “desaceleração da socialização”, ganham cada vez mais abrangência na rede. É o caso da luta pela utilização do *software* livre como instrumento de desmonopolização dos instrumentos da informática, assim como da disseminação do conceito de *copyleft*,¹⁴ forma de compartilhamento de qualquer conteúdo desde que seja ressaltado o nome do autor. O uso cada vez mais amplo do *copyleft* no ambiente da internet é a realização de uma comunidade cooperativa da criação, em que os instrumentos de reflexão e cultura não pertencem a ninguém, tal qual a arquitetura da rede.

Outra forma de romper com a propriedade são as experiências de criação de *sites* de comunicação cooperativa que visam a combater os monopólios da informação, da comunicação e da cultura. Somente a rede do *Indymedia* está espalhada por mais de 160 cidades, abrangendo os cinco continentes. Constitui-se em uma verdadeira agência de

¹² BLOOMBERG NEWS. Tower Records pede concordata nos EUA. Pioneira das megaredes de vendas de CDs e DVDs sucumbe à concorrência da pirataria digital. Rio de Janeiro, *O Globo*, 10 fev. 2004.

¹³ Ver nota 12.

¹⁴ O termo é uma ironia ao *copyright* e denota bem o antagonismo com relação à propriedade imaterial. Para combater a cópia de direita, faça a cópia de esquerda.

noticiais global, sem que para isso haja uma estrutura muito elaborada ou hierarquia entre os participantes (voluntários). O que os une são a cooperação, a solidariedade, o compartilhamento de informações de interesse comuns e a denúncia de um mundo privatizado. Sua ênfase é a cobertura sobre os movimentos sociais, particularmente, sobre os movimentos de ação direta, em especial os movimentos globais e sobre as políticas às quais se opõem. A estrutura do *site* do *Indymedia* permite que qualquer um disponibilize textos, vídeos, sons e imagens, tornando-se um meio democrático e descentralizado de difusão de informações. Não há hierarquia, anúncios nem controle editorial. Quem faz essa rede são mutirões de voluntários, sob a idéia de que todos são testemunhas, portanto todos podem ser jornalistas. Existe uma revalorização da experiência, da narrativa, do relato, do protagonismo social como fonte de veracidade da informação, uma crítica ao modelo objetivo e imparcial da grande mídia.

Na substituição da antiga forma narrativa pela informação, e da informação pela sensação reflete-se a crescente atrofia da experiência. Todas essas formas por sua vez, se distinguem da narração, que é uma das mais antigas formas de comunicação. Esta não tem a pretensão de transmitir um conhecimento, pura e simplesmente (como a informação o faz); integra-o à vida do narrador, para passá-los aos ouvintes como experiência (BENJAMIN, 1989, p. 107).

Além disso, essa dinâmica da internet tende a se irradiar para as outras tecnologias, principalmente com a chegada do paradigma digital. Exemplo disso são as discussões acerca da TV digital que prometem gerar um poderoso embate entre as formas de controle da propriedade e os anseios pela otimização dos fluxos de cooperação e socialização dos bens imateriais.

Para alguns autores, em maior ou menor grau, essa nova fase se mostra com um potencial progressista, quase redentor. A hegemonia dessa sociedade interligada em rede reforça uma concepção libertadora da comunicação, da tecnologia e da ciência. A construção de uma sociedade da informação seria também a construção de uma sociedade de mais liberdade. Uma era em que as ditaduras e as mentiras do poder republicano não conseguiriam mais se impor face às liberdades criadas por meio das tecnologias informacionais. Transparência, horizontalidade, flexibilidade, autonomia, fluidez das informações e das

decisões são os paradigmas que reorganizam todo o processo de constituição democrática e das relações sociais. Nessa concepção, a democracia pode encontrar seu pleno se incorporar em seus processos políticos às técnicas de decisão coletiva que a comunicação permite sem sair de casa. Com o desenvolvimento da rede mundial de computadores estaríamos a caminho de uma “ciberdemocracia” ou de uma “cibersoberania”. A internet, segundo esses autores, cria as “novas ágoras *on-line*, permitindo que novos modos de informação e de deliberação política venham à luz, completando o quadro de uma sincronização da democracia com a sociedade da informação” (LÉVY, 2003), da mesma forma como Brecht vislumbrou na emergência do rádio.

Na era do planeta unificado, dos conflitos mundializados, do tempo acelerado, da informação desdobrada, das mídias triunfantes e da tecnociência multiforme e onipresente, quem não sente que é preciso repensar os objetivos e os meios de ação política? A integração plena das escolhas técnicas no processo de decisão democrática seria um elemento-chave de necessária mutação da política. As sociedades ditas democráticas, se merecem seu nome, têm todo o interesse em reconhecer os processos sociotécnicos como fatos políticos importantes, e em compreender que a instituição contemporânea do social se faz tanto nos organismos científicos e nos departamentos de pesquisa e desenvolvimento das grandes empresas, quanto no Parlamento ou na rua (LÉVY, 1993, p. 195).

Já outros autores não vêem com tanto otimismo a chegada dessa sociedade da informação. Observam que o paradigma “tecnoinformacional” é o pivô de um projeto político que tem a função de garantir o rearranjo geoeconômico do planeta em torno de valores da democracia de mercado e de mundo unipolar (MATTELART, 2002). A eminência da sociedade da informação seria apenas mais uma faceta do domínio econômico sobre o humano. Em resumo, essa sociedade da informação, da forma como tem sido construída nos acordos internacionais, teria como principal objetivo dinamizar as relações de consumo entre os povos e o grande capital criando novas formas de dominação ideológica e cultural. Por trás do discurso modernizador e salvacionista da sociedade da informação, dizem, “esconde-se um ideal que não passa de um novo projeto de ocidentalização mundial vestido em novos trajes” (id., ib.). Na sociedade da informação, esconde-se uma retórica na qual “o conceito de liberdade de informação se confunde com liberdade de mercado, liberdade de expressão com liberdade de expressão comercial, diversidade cultural com pluralidade de oferta de serviços a consumidores possuidores de livre-arbítrio; o *global democratic marketplace*” (id., ib.).

A liberdade de comunicação não deve sofrer qualquer proibição. As reservas que podem ser feitas em relação a essa concepção da liberdade são logo tachadas pelos grupos de pressão de tentativas de restauração da censura. Somente a sanção exercida pelo consumidor sobre o mercado de livre-oferta deve reger a circulação dos fluxos culturais e informacionais. O princípio de auto-regulação tira a legitimidade de toda a tentativa de formulação de políticas públicas nacionais e regionais no assunto. Não encontram acolhida nem sequer as interrogações sobre o papel que deve desempenhar o Estado em uma coordenação dos sistemas de informação e comunicação tendo em vista a preservação dos canais de expressão cidadã em relação às lógicas de segregação diante do mercado e da técnica (id., ib., p. 156).

Os debates em torno da sociedade da informação evidenciam o papel central e contraditório assumido hoje pela comunicação de massa. Contradição viva que se expressa na internet fortemente por causa da sua capacidade de continuar propiciando novas formas de resistência e de socialização do trabalho imaterial mesmo frente a uma realidade econômica que quer, a todo custo, reduzi-la a um mero instrumento de controle sobre os fluxos de socialização do conhecimento, da cultura e da comunicação. Nesse sentido, a internet é um meio em disputa que tanto pode se constituir em um ambiente de oposição ao controle do capital quanto pode reforçar os mecanismos de propriedade imaterial.

Contudo, o que parece ser mais interessante é que essa operação de resistência tecnológica não é organizada – no sentido de obedecer a comandos hierárquicos de resistência –, mas cooperada de forma livre e natural, no sentido mais belo do termo “anárquico”. Por isso, quando os pesquisadores repetem incessantemente que a internet tem um caráter anárquico, que sua arquitetura tecnológica é anárquica, às vezes se esquecem de que o que faz essa arquitetura tornar-se realidade são os usos que dela são extraídos e desenvolvidos. Uma tecnologia por ela mesma não cria nada, não modifica as relações sociais, nem tampouco os comportamentos, porque antes quem a cria é o homem e, dessa forma, quando a constitui, a organiza conforme seus anseios, sua perspectiva de mundo e sociedade, assim, seu desenvolvimento também segue essa linha.

Vale dizer que aquilo que as pessoas faziam, ela continuam fazendo com a Internet: para quem as coisas andavam bem, ficaram ainda melhores, e para quem elas iam mal, continuam igualmente ruins. Quem tinha amigos, também os tem na Internet e quem não os tinha, tampouco os tem na Internet. [...] A Internet é um instrumento que desenvolve, mas não muda os comportamentos; ao contrário, os comportamentos apropriam-se da Internet, amplificam-se e potencializam-se a partir do que são (CASTELLS, 2003, p. 273).

Dessa forma podemos afirmar que boa parte do desenvolvimento da internet é produto da constante repulsa pela propriedade, pelas formas de controle, soberania e comando, assim como dos anseios pela socialização coletiva do trabalho, pela cooperação livre dos indivíduos, pela liberdade do agir cultural, comunicativo e político que tem se desenvolvido muito fortemente nos últimos anos como forma de ativismo.

São as novas formas de exploração capitalista, de soberania, de viver, trabalhar e sentir o mundo que movimentam as esferas de resistência na internet e que conferem a ela esse caráter anarquista, de recusa. Parte do mesmo princípio que tem norteado as novas formas de organização e mobilização social e que a internet dinamizou e transporece.

CAPÍTULO 4

A VOLTA DOS “ANARQUISTAS” CONTRA O CAPITAL GLOBAL

Ninguém luta contra a liberdade; no máximo, luta-se contra a liberdade dos outros (MARX, 2002, p. 49)

4.1 A gênese do movimento dos movimentos e o conceito de multidão

Claramente, nos últimos anos, as formas de organização social têm se redefinido em uma espantosa velocidade. Pouco a pouco, protesto após protesto, esses novos agires políticos têm se constituído em poderosos instrumentos de denúncia, de resistência e de criação de sociabilidades alternativas. Por isso, para melhor entendermos as transformações contemporâneas, resta debater as conexões que suponhamos existir entre as novas relações de capital – e de comunicação – com o surgimento desses “novos” movimentos sociais em escala global. “Novos” não no sentido do seu aparecimento mas naquilo que trazem como novas dinâmicas de atuação, no uso dos instrumentos de comunicação, de interpretação da política, da soberania e no anseio de uma outra globalização.

As perguntas ficam no ar enquanto lemos, vemos e ouvimos os noticiários. Por que não se constituem unitariamente em torno dos aparelhos sindicais e partidários? Por que surgem justamente na alternativa dessas tradicionais formas de organização operária e popular? Por que baseiam sua atuação no questionamento aos organismos, acordos e corporações internacionais eliminando seu intermediário natural: o Estado? Por que seus protestos mais parecem com festas “surreais” e blocos carnavalescos? (CHRISPINIANO, 2002) Por que não existe um programa unificado, mas sim uma miríade de negações e propostas?

Os grandes meios de comunicação, a todo o momento, retratam esses fenômenos sociais como o resultado de uma ideologia “sem rumo”, órfã do Muro de Berlim, da falta de alternativas ao sistema econômico hegemônico e que por isso estes movimentos se resumem a ser, apenas, de negação às “virtudes da globalização”; em suma: “protecionistas egoístas decididos a prejudicar os pobres do mundo” (KLEIN, 2003b), segundo declaração de um diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC). Estamos nos referindo aos movimentos que a grande mídia batizou como “antiglobalização”, em uma apropriação evidentemente estratégica de captura, que desqualifica e distorce os objetivos desses atores sociais. A mídia mundial apenas

conseguiu perceber na fúria dos protestos o seu caráter de recusa, de ser contra; o que eles entenderam prontamente como um gesto “antiglobalização”. Para essas corporações a globalização é a representação, cujos discursos reproduziram incessantemente, do mito progressista, redentor e irreversível, de uma fase definitiva da internacionalização da economia mundial. Assim, ser contra essa lógica globalizante significava estar na contramão da história, da humanidade, e desta maneira, transmitem a idéia de que esses movimentos a medida em que se posicionavam como “antiglobalização” também estavam “anti” a própria idéia de humanidade.

A ironia do rótulo ‘antiglobalização’ criado pela mídia é que nós, nesse movimento, estamos transformando a globalização em uma realidade, com mais sucesso talvez do que o mais multinacional dos executivos corporativos ou o mais incansável dos viajantes (id., ib. p. 11).

Dessa forma, o que a grande mídia não conseguiu perceber foi que esses movimentos na verdade não eram “antiglobalização” mas “contraglobalização” em uma perspectiva muito mais sutil, do que uma mera negação, que se pretende criadora de uma outra globalização, de uma ordem contraglobalizadora, que ao invés de internacionalizar a exploração e os fluxos econômicos, universalize os direitos fundamentais do ser humano, a preservação ecológica e a liberdade.

Por outro lado, essa postura mistificadora dos meios de comunicação ressalta a ingenuidade daqueles que vêem na globalização (econômica) um novo e “único” momento do desenvolvimento humano, uma vez que todo o questionamento ao modelo não passa de uma mera recusa “natural” ao progresso. Por isso, ao contrário do que apostaram os pensadores “neoliberais”, acreditamos que o surgimento desses fenômenos não é o resultado natural da suposta derrocada das ideologias alternativas do pós-Guerra Fria, mas sim os espelhos de uma nova configuração da sociedade enredada pelas transformações por que passou o desenvolvimento do capitalismo e das tecnologias da comunicação nas últimas décadas, assim como, evidentemente, os novos estágios da política e da soberania.

A crise dos partidos comunistas ocidentais e do comunismo soviético (como crise do modelo socialista de emancipação do trabalho, que é, contrariamente ao que se afirma, não o xequê do socialismo, mas a sua realização), a crise das formas de representação (como forma do político) e a das “tecnologias disciplinares” (como forma de controle) encontram a sua genealogia no não-trabalho do *General Intellect*. Se foi no “trabalho” que a organização da sociedade, do poder e as suas formas de legitimação encontravam um fundamento e uma coerência, hoje estas funções são dadas separadamente e atravessam formas de legitimação antagônicas (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 39).

Desse modo, vimos como os mecanismos de comunicação e informação infiltraram-se e dinamizaram o desenvolvimento dos meios de reprodução do capital e como isso causou a redefinição das relações de trabalho, produção e soberania. Assim, sustentamos que esses novos desenhos da organização social contemporânea constituem-se na mais clara evidência dessas transformações em andamento.

Atualmente, como tentamos demonstrar, assistimos à emergência de um trabalho cada vez mais imaterial, isto é, atravessado continuamente pelos dispositivos da comunicação, da informação e do conhecimento. É a partir da apropriação e do controle sobre os fluxos da socialização desse trabalho, isto é, sobre a constituição da “inteligência da massa” que o capital moderno busca a sua maxirreprodução. Para chegarmos até aqui foram efetivas as lutas “contra” o tempo e a qualidade do trabalho empreendidas pelos operários da indústria fordista, assim como os anseios progressistas e expansionistas inerentes ao capital que finalmente dinamizaram os meios de produção e “libertaram” o trabalhador do chão das fábricas, deslocando-o para as funções de gestão, de distribuição e de produção de valores imateriais, subjetivos e afetivos. Dessa forma, este “novo” trabalhador “mais criativo” possui uma capacidade maior de se reapropriar do instrumento/utensílio do trabalho, uma vez que “no trabalho produtivo imaterial, o instrumento é o cérebro” (NEGRI, 2003).

Se a qualidade e a forma do trabalho mudam, portanto também se transformam as relações de cooperação, unidade e solidariedade entre os explorados. Se antes, no fordismo, todos desempenhavam um papel relativamente semelhante na fábrica, com base em um trabalho monótono, repetitivo, de força física e atenção, constituindo-se em uma comunidade territorial subjugada sob uma mesma forma, sob um mesmo *modus operandi* subjetivo, agora, no capitalismo da “inteligência da massa”, o trabalho é composto por uma multiplicidade de singularidades, de comunicação, de capacidades de produção imaterial se e constitui uma “comunidade” sem uma base territorial definida subjugada sob formas diferentes de exploração e controle – sem que entre elas não deixe de existir um único *modus operandi*, agora, global.

Porém, ao mesmo tempo que a soberania e a exploração global operam sob configurações específicas para cada território, a capacidade de expressão da liberdade do trabalho é potencialmente maior, uma vez que existe uma habilidade (e possibilidades) de reapropriação da produção imaterial mais desenvolvida do que na forma de produção anterior. Portanto, se no trabalho imaterial reside uma capacidade de reapropriação dos fluxos de socialização – como vimos nos movimentos “piratas” e na economia do compartilhamento –, o contra-ataque do capital só pode ser a reafirmação e a intensificação da propriedade privada sobre o bem imaterial, de comando sobre o bem comum e, assim sobre a própria vida.

Em contrapartida, se esse trabalho imaterial é ativado pela cooperação entre os indivíduos e se é apenas pelo controle dos fluxos de cooperação que o capital se reproduz, então a cooperação libertária, subversiva, é somente aquela em que é livre a associação, sem propriedade ou comando, que se forma na solidariedade, no acordo

produtivo consensual entre as partes. Desse modo, a resistência ao capital dos novos agires políticos é a sua recusa permanente da forma propriedade, da forma controle, da forma comando e esta recusa só é eficaz se subjetivada nas relações de cooperação, solidariedade e resistência entre aqueles que lutam pela reapropriação da produção imaterial, do bem comum, e no fundo, da vida.

É nesse sentido que ressurgiu com força, nos últimos anos, um conceito que tenta explicar e ser coerente com essa nova configuração da emergência trabalhadora e popular e que coloca em xeque tradicionais referentes da política, da economia e da sociologia como: povo, massa e proletariado. Retomando os estudos do filósofo holandês Spinoza, Hardt e Negri (2001) sustentam que diferentemente dos conceitos anteriores este novo conceito “é uma multiplicidade, um plano de singularidades, um conjunto aberto de relações, que não é nem homogênea nem idêntica a si mesma, e mantém uma relação indistinta e inclusiva com os que estão fora dela” (id., ib.). O conceito de “multidão” é a possibilidade da existência do singular com o múltiplo.

De fato, é no momento em que o conceito de multidão é confrontado com as novas formas de organização do trabalho e da sociedade, quando é analisado como forma de composição técnica e política de classe – é somente então que é possível reconstruir o conceito de multidão, já não mais simplesmente em termos políticos (como acontecia nas correntes republicanas do século XVI ao XVIII), mas justamente como indicador material, ontológico, de uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo, da sociedade e – o que mais importa – da subjetividade (NEGRI, 2003, p. 144 e 145)

Antes de Spinoza o conceito de multidão aparecia sempre com caracterizações negativas e era definido essencialmente como a falta da ordem em uma multiplicidade de sujeitos. Era uma matéria que se apresentava para ser formada, moldada. A aposta de Spinoza parte da lógica inversa, é justamente seu caráter indeterminado, múltiplo,

autônomo e ao mesmo tempo coletivo que transforma a multidão em subversiva potência de liberdade.

Por isso, as outras categorias apenas significavam uma representação, determinadas historicamente, que tentavam reduzir esta potência do conceito de multidão. O conceito de povo surge com o aparecimento do conceito da soberania nacional. Antes de ser a “base originária da nação, o conceito moderno de povo é, na verdade, produto do Estado-nação” (HARDT E NEGRI, 2001). Por isso o Estado vive em uma profunda tensão permanente em face da irrupção da multidão contra os mecanismos que querem submetê-la ao estatuto do uno. Para os teóricos do Estado-nação moderno a multidão significa o caos, a desordem, a guerra de todos contra todos, uma situação que só é aplacada com um estabelecimento de um contrato que aliena o poder da multidão para um poder transcendente, soberano. Por isso toda nação precisa fazer da multidão povo para representar-se e exercer suas categorias de segurança e propriedade.

Também o conceito da multidão como massa está relacionado com uma etapa específica do desenvolvimento do capitalismo e a sua organização em classes. “Neste caso a multidão é descrita como um conjunto massificado, confuso e indistinto, todavia capaz de uma força de choque e/ou de resistência” (NEGRI, 2003). Mesmo que já apareça sob uma forma mais indeterminada, de onde surgem dinâmicas explosivas, ainda existe uma operação submete a força da multiplicidade dos indivíduos em um extrato de vontade geral e sob uma perspectiva exclusivamente da produção do capitalismo.

Em nossa opinião, a multidão é uma *multiplicidade* de singularidades que não pode encontrar *unidade* representativa em nenhum sentido; povo, ao contrário, é uma unidade artificial que o Estado moderno exige como base da ficção de legitimação; por outro lado massa é um conceito que a sociologia realista assume na base do mundo capitalista de produção (seja na figura liberal, seja

naquela socialista de gestão do capital), em todo caso uma unidade indiferenciada. Para nós, ao contrário, os homens são singularidade, uma multidão de *singularidades* (NEGRI, 2003, p. 43).

As novas categorias políticas da emergência do conceito da multidão estão mais relacionadas com aquilo que é *comum* do que a representação da *unidade*. Essa emergência está intrinsecamente relacionada com as relações de capital contemporâneas, nas transformações do trabalho e no surgimento do *General Intellect*. “Podemos dizer que a força-trabalho pós-moderna ocorre na forma de multidão”, contudo, “a idéia da multidão como tentamos reconstruí-la, tem, pelo contrário (sem retirar sua dimensão produtiva), a enorme vantagem de nos mostrar a potência das singularidades de expressar-se em todas as direções, de mostrar-se como proliferação da liberdade”(id. ib., p. 145). Por isso o conceito de multidão, quando se propõe a ser expressão das singularidades subjetivas, produtivas e sociais que atuam como um conjunto em cooperação (que não reduz as diferenças) contra as determinações de qualquer tipo de redução unitária do poder ou do capital (seja como povo ou massa), acaba por ligar-se profundamente com as novas dinâmicas que transparecem a partir dos movimentos sociais da globalização.

Portanto, em linhas gerais, são essas as relações que norteiam a nova arquitetura das formas de mobilização social. Uma configuração que rejeita a hierarquia, o comando e a delegação. Uma organização na qual irrompe uma série de novas singularidades ativadas mediante a solidariedade e a livre cooperação entre os indivíduos.

Assim, a principal expressão desses movimentos sociais, e não poderia deixar de ser diferente, acontece principalmente nas suas relações com a produção de comunicação, cultura e conhecimento no seu uso e reapropriação. A comunicação,

transforma-se, nesse sentido, no principal espaço de organização, potencializando a mobilização, a cooperação produtiva de subjetividade e singularidade, da construção dos discursos e dos fatos, pois

o tornar-se revolucionário dos sujeitos é o antagonismo constitutivo da comunicação, isto é, que libera as máquinas da subjetivação de que o real é o hoje constituído. A revolta contra o controle e a reapropriação da máquina da comunicação são operações necessárias, mas não suficientes; se a revolta e a reapropriação não se encarnam em um processo de liberação da subjetividade que se forma no interior próprio das máquinas de comunicação [...]. A unidade do político, do econômico e do social é determinada na comunicação; é no interior desta unidade, pensada e vivida, que os processos revolucionários podem ser conceituados e ativados (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 40).

Dessa forma, a estética dos protestos globais é a sua pura representação do anseio pela libertação da subjetividade dos mecanismos da comunicação corporativa, do senso comum, das regras “naturais” do sistema, da subjetividade moldada, da hipocrisia reinante. Por isso os protestos são uma mistura de diversas formas de manifestação, onde a libertação da arte e da cultura se conectam firmemente na sugestão política da ação, cabendo de festas no meio de auto-estradas (como símbolo da reapropriação do espaço público) a sabotagens urbanas (como cobrir grandes monumentos com faixas de protesto), da desobediência civil pacífica (como sentar-se no meio da rua para evitar a passagem de autoridades) à ação direta de enfrentamento com a polícia (seja ela ritualizada ou não na tentativa de evidenciar os mecanismos de repressão do poder), de ações para atrair a grande mídia (como a exibição de grandes bonecos e pessoas fantasiadas em uma mistura de protesto e carnaval) a jogar futebol na rua durante as manifestações – em uma simbiose de diversão e denúncia ecológica. É a multidão que explode, liberta-se.

O que é relatado como confrontos ameaçadores são com frequência eventos alegres, tanto experiências em formas alternativas de organizar sociedades como uma crítica aos modelos existentes. Na primeira vez que participei de uma dessas contra-reuniões de cúpula, lembro de ter tido a sensação de que algum tipo de portal político estava sendo aberto [...] Essa abertura pouco tem a ver com a vitrine quebrada do McDonald's local, a imagem que tanto agradou às câmeras de televisão; é algo mais: uma sensação de possibilidade, um sopro de ar fresco, oxigênio correndo pelo cérebro. Esses protestos – que na verdade são maratonas de uma semana intensa de educação em política global, sessões de estratégia que ocorrem tarde da noite com tradução simultânea para seis idiomas, festivais de música e teatro de rua – são como um universo paralelo. Da noite para o dia o lugar se transforma em uma espécie de cidade global alternativa onde a urgência dá lugar à resignação, a arte está em toda parte, os estrangeiros dialogam, e a perspectiva de uma mudança radical na política não parece uma idéia estranha ou anacrônica mas o pensamento mais lógico do mundo (KLEIN, 2003b, p. 22 e 23).

Assim, a estratégia é dar vida aos protestos, é refazer a subjetividade mediante o desejo de liberdade reprimida. É como se os protestos fossem grandes catarses da utopia roubada pela privatização da vida, como se a possibilidade de um “outro” mundo pudesse surgir nas poucas horas da livre cooperação dos movimentos no enfrentamento aos mecanismos da propriedade absoluta do capital.

Dessa maneira, é a partir de coalizões específicas que variam entre perspectivas ideologicamente mais amplas como o ressurgimento de diversos coletivos anarquistas quanto a preocupações mais cotidianamente concretas como: o não-pagamento das dívidas externas dos países subdesenvolvidos, transgênicos, acordos de livre comércio, direitos humanos e trabalhistas, cidadania, minorias e etnias, meio ambiente, ecologia, desenvolvimento sustentável, defesa do consumidor, cooperativismo, habitação, economia popular, reformar agrária, Aids, sexualidade, crianças e adolescentes, religiões, combate à fome, emprego, comunicação e informação, arte e cultura, etc; que são articulados os laços de cooperação na rede de comunicação das singularidades da multidão. Todos esses grupos de afinidade formam uma imensa teia com diferentes metodologias de ação, diferentes horizontes estratégicos e diversos raios de abrangência

(MORAES, 2001). Por isso, a expressão “movimento dos movimentos” expressa, de forma mais correta, a dinâmica desses atores, pois identifica as diferenças e as peculiaridades de cada um desses segmentos organizados, dinâmicos, instáveis que, dependendo do alvo e da conjuntura, atuam unidos. Contudo, o que ativa a cooperação solidária da rede, o seu espírito *comum*, é cada vez mais a resistência a todas as formas de privatização da vida, esse é o elo entre as diversas campanhas que convergem nas grandes manifestações contra os organismos econômicos internacionais.

4.2 O início em Chiapas e os dias de ação global: o reviver anarquista

A revolta indígena liderada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), na região de Chiapas, sul do México, é o início simbólico dessa nova forma de interferência política global. Foi uso da internet como forma de ativismo político em âmbito global que começou a impulsionar uma rede cooperativa de movimentos e coalizões. Enquanto a maior parte da imprensa mundial desconhecia as reivindicações e objetivos do levante, o líder do grupo, o subcomandante Marcos, com um *laptop* no meio de uma mata tropical, informava ao mundo sobre as condições de vida da população indígena no México, os objetivos do movimento e conclamava o mundo a se juntar a eles na luta contra o neoliberalismo. Uma luta que em outras épocas ficaria relegada à contenta local, agora ganhava expressão mundial pela simples utilização de um computador portátil. Com a ajuda de algumas ONGs, a mensagem dos zapatistas espalhou-se rapidamente e começou a formação de uma imensa rede de solidariedade. O sucesso da intervenção Zapatista na net fez com que outros movimentos começassem a seguir seu exemplo e comessem a utilizar as novas tecnologias da comunicação como uma forma de constituir novos intercâmbios e cooperações, se interligando a teia originalmente formada pelo EZLN.

Dessa forma, a internet constituiu-se nos últimos anos na mais poderosa ferramenta de mobilização e articulação que os movimentos sociais já tiveram em toda a História, permitindo que pequenos grupos ou grandes coalizões de movimentos sociais,

pudessem, em cidades diferentes divulgar seus discursos e articular ações conjuntas ou simultâneas, sem a necessidade de uma pesada estrutura de organização e de comunicação para isso (CHRISPINIANO, 2002). A partir daí, outros mecanismos de utilização da comunicação pela multidão começaram a ser adotados e potencializados, como por exemplo, o surgimento das redes de mídia independente, as formas virtuais de socialização do conhecimento e da cultura, assim como, o aparecimento da economia de compartilhamento, o *copyleft*, etc.

Além desse importante fator da reapropriação dos mecanismos da comunicação, os Zapatistas também evidenciaram uma importante característica da multidão. Ao contrário das formas tradicionais de política, os Zapatistas não se dispunham a tomar o poder, mas a negá-lo, a refazê-lo em outras bases. Essa é uma marca importante desses novos atores sociais, a multidão que irrompe pelas ruas do mundo não almeja, de certa forma, a tomada do poder (até porque ela já o detém na medida em que o constitui), mas fundar seu próprio espaço político na negação da sua opressão. Isso fica evidente quando percebemos que é ecoado nos protestos globais não se resume a uma cartilha de reivindicações para o poder, mas a sua própria transformação em processo. É essa relação da emergência da multidão com o poder que é potencialmente destrutiva nesta etapa do capitalismo.

O limite da soberania reside na própria relação entre quem comanda e quem obedece. O poder da multidão não consiste tanto na possibilidade de destruir essa relação, mas de esvaziá-la, de eliminá-la, de fazê-la desaparecer por meio de uma negação radical. A multidão é a negação da relação. É a multidão, de fato, que produz e reproduz o mundo (NEGRI, 2003, p. 154).

Assim, começaram a ser organizados os chamados “Encontros Intergalácticos” – o primeiro ocorreu em Chiapas, em 1996 – com o objetivo de estreitar os laços de cooperação e solidariedade entre os diversos movimentos contra as políticas neoliberais no mundo. Cerca de 3.000 militantes viajaram ao México para se reunir com outros ativistas de todo o mundo (KLEIN, 2002). Já em 1997, esta cooperação ativada pela internet já dava sinais da sua organização solidária quando os principais países agrupados na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) elaboraram, a portas fechadas, um projeto de acordo multilateral de investimentos, o qual visava a impedir que os Estados favorecessem as empresas de controle nacional e suprimir as restrições impostas às empresas multinacionais em países subdesenvolvidos. Graças à

mobilização desses grupos na internet foi possível mobilizar contra esse projeto milhares de organizações e associações de defesa dos países subdesenvolvidos no mundo inteiro e, após um ano de intensas denúncias, o projeto foi abandonado (COMPARATO, 2000). Esse repentino sucesso da internet como forma de mobilização e denúncia desencadeou um movimento de intensa associação e intercâmbio entre um número cada vez maior de movimentos, agrupamentos e pessoas. Os últimos anos do século XX são marcados pelo aparecimento de um numeroso contingente de novas formas de atuação social, principalmente nos países do primeiro mundo e na juventude. Os Estados Unidos assistiram o reaparecimento de um movimento jovem e universitário que, a princípio, se preocupou contra a exploração dos trabalhadores pobres do Terceiro Mundo pelas companhias de marca, para depois, relacionar este problema à própria política econômica americana. Assim

à medida que as conexões foram se formando ao longo das linhas nacionais, surgiu um programa diferente, que envolvia a globalização mas buscava tomá-la das garras das multinacionais. Acionistas éticos, *culture jammers*, participantes do Reclaim the Streets, organizadores de McSindicatos, ativistas hackers de direitos humanos, combatentes universitários de logos e vigilantes corporativos da internet começaram a exigir alternativas centradas no cidadão ao domínio internacional das marcas. Essas demandas [...] estão formando uma resistência – tanto de alta tecnologia quanto popular, tanto focalizada quanto fragmentada – que é tão global, e tão capaz de ação coordenada, quanto as corporações multinacionais que tentam subverter (KLEIN, 2002, p. 474).

Assim, a rede de cooperação continua a se expandir e no mesmo ano de 1997 acontece o Segundo Encontro Intergaláctico, em Barcelona. Lá acontece a fundação da Ação Global dos Povos (AGP), que possibilitada pela facilidade de comunicação entre os diversos movimentos sociais do Terceiro Mundo e os ativistas da Europa e dos Estados Unidos, torna-se um dos mais importantes instrumentos de cooperação e mobilização dos protestos globais, mas logicamente não único. A principal característica da AGP é ser uma coalizão global de movimentos e por isso acreditamos que a AGP foi pioneira na adoção de novas experiências de mobilização que hoje estão disseminadas. A filosofia organizacional da AGP é o símbolo das novas formas de mobilização social da multidão, pois é baseada na descentralização radical e na autonomia como princípio. Devido a isso, suas estruturas centrais são mínimas e servem apenas para disseminar as formas de cooperação e os dias de

mobilização. A partir daí, espera-se escapar da centralização e dos autoritarismos ideológicos que permeavam as formas de organização dos tradicionais movimentos de esquerda e estreitar as ligações entre os participantes pelo reconhecimento da sua liberdade política.

Dessa forma, é possível perceber que a recusa pela hierarquia, pelo comando, é reflexo também de uma crítica em relação às antigas formas de organização, que limitavam a autonomia dos indivíduos e acabam por reproduzir elites de comando e disciplina dentro dos próprios movimentos. Assim, as votações são evitadas aos extremos nas deliberações políticas das coalizões. As decisões são sempre tomadas a partir do consenso, que em nenhum momento é forçado, mesmo que isso signifique uma perda de tempo e de organização.

Os cruzamentos estavam bloqueados desde as 6 da manhã, mas os delegados em reunião souberam que os manifestantes, tinham se esgueirado para dentro das barricadas policiais antes das 5 da manhã. Com essa nova informação, a maioria dos oradores achou que era hora de desistir dos cruzamentos e se unir à marcha oficial ao Ellipse. O problema foi que nem todos concordaram: um punhado de grupos de afinidade queria ver se podia bloquear os delegados quando sássem da reunião. O meio-termo encontrado pelo conselho foi eficaz. “Esta bem, ouçam todos”, gritou Kevin Danaher em um megafone. “Cada cruzamento tem autonomia. Se um cruzamento quer continuar com o bloqueio, tudo bem. Se quiser partir para o Ellipse, tudo bem também Vocês decidem”. Isso foi impecavelmente justo e democrático, mas não criou outro problema – não fazia o menor sentido (Klein, 2002, p. 485).

No caso da AGP, entre os participantes estão o mexicano Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), o brasileiro Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o movimento de agricultores de Karnatak da Índia, os ecologistas ingleses do Reclaim The Streets, os italianos do Ya Basta!, os americanos do Direct Action Network e do Ruckus Society, entre dezenas de outros grupos de afinidade. Grupos extremamente heterogêneos quando a sua composição, objetivos, formas de atuação, de organização interna e de

ideologia mas que identificam como *comum* a luta que travam contra as políticas internacionais de privatização da vida.

Por isso, a AGP não tem sede, funcionários, ideologia estritamente definida, personalidade jurídica. A sua virtualidade é extrema, justamente porque não é uma entidade, mas uma “estrutura” de cooperação de singularidades. Por isso, nenhuma organização ou pessoa pode representar a AGP, nem a AGP pode representar qualquer organização ou pessoa, evitando-se a institucionalização do movimento, a utilização do movimento pelas entidades e resguarda-se a identidade inicial dos movimentos. Uma rede de coordenação dos protestos, atos e intercâmbio de lutas e reflexões. Os seus principais objetivos, segundo seus próprios princípios políticos, são:¹⁵

- Inspirar o maior número possível de pessoas, movimentos e organizações a agir contra a dominação das corporações através da desobediência civil não-violenta e de ações construtivas orientadas pelos povos.
- Oferecer um instrumento para coordenação e apoio mútuo em nível global para aqueles que resistem às regras das corporações e ao paradigma de desenvolvimento capitalista.
- Dar maior projeção internacional às lutas contra a liberalização econômica e o capitalismo global.
- Uma rejeição muito clara ao capitalismo, ao imperialismo, ao feudalismo e a todo acordo comercial, instituições e governos que promovem uma globalização destrutiva.
- Rejeitamos todas as formas e sistemas de dominação e de discriminação incluindo, mas não apenas, o patriarcado, o racismo e o fundamentalismo religioso de todos os credos. Nós abraçamos a plena dignidade de todos os seres humanos.
- Uma atitude de confronto, pois não acreditamos que o diálogo possa ter algum efeito em organizações tão profundamente antidemocráticas e tendenciosas, nas quais o capital transnacional é o único sujeito político real.
- Um chamado à ação direta, à desobediência civil e ao apoio às lutas dos movimentos sociais, propondo formas de resistência que maximizem o respeito à vida e os direitos dos povos oprimidos, assim como a construção de alternativas locais ao capitalismo global.
- Uma filosofia organizacional baseada na descentralização e na autonomia.

Esses princípios enumerados pela AGP resumem as principais características dessas novas formas de atuação que se baseiam na cooperação solidária entre os grupos de

¹⁵ Informações colhidas no *site* da AGP. <<http://www.agp.org>>

afinidade e movimentos sociais na busca de alternativas a globalização; em uma rejeição muito clara a todas as formas de propriedade, comando, controle, discriminação e hierarquia; na adoção estratégica da negação do poder tanto em suas formas de representação política quanto nos espaços da ação de uma subjetividade desobediente.

Caso estivéssemos no início do século XIX e nos deparássemos com esses princípios e declarações de hoje, poderíamos pensar, sem muitas dúvidas, que se trata de um coletivo de anarquistas. Por isso, cremos que as transformações nas relações de trabalho, a irrupção a multidão, naquilo que se afirma como reapropriação da liberdade, da cooperação livre e produtiva do trabalho, da singularidade que se expressa no conjunto, nas práticas políticas não hierárquicas e do experimento da democracia direta junto com a autonomia, parecem também possibilitar o renascimento de uma forma de organização política própria do anarquismo. Cada movimento e organização tem sua própria ideologia e dinâmicas internas – dentro do MST, por exemplo, é hegemônica uma inspiração marxista-maoísta – contudo na sua forma cooperada, exterior em um primeiro momento, as práticas anarquistas predominam na formação de frentes autônomas e solidárias de cooperação política. A falta de hierarquia entre os segmentos participantes, a defesa pela completa autonomia dos grupos e pessoas, o chamado à desobediência civil, ação direta e a falta de um projeto de transformação mais “científico” e processual, remontam, de certa forma, os princípios anarquistas de meados do século XIX.

As semelhanças não param aí, pois a completa recusa pela propriedade privada e o chamado à cooperação e à democracia direta das comunidades, como forma do desenvolvimento harmônico da sociedade, eram os pilares da utopia anarquista. Qualquer forma de governo, hierarquia, propriedade, comando, controle ou de qualquer tipo de estrutura, só serviria para a opressão da liberdade. Por isso, os anarquistas rejeitam,

inclusive, a formação de partidos políticos, “pois estes acabam com a espontaneidade de ação, burocratizando-se e exercendo alguma forma de poder sobre o resto da população. Eles também temem as estruturas teóricas na medida em que estas podem se tornar autoritárias e ‘sentenciosas’”, conforme o famoso anarquista italiano Enrico Malatesta.¹⁶

De algum modo, a derrocada da experiência dos regimes comunistas no Leste Europeu, bem como da China e dos demais países, principalmente em relação à falta de liberdade que seus regimes geraram, acabou por solidificar práticas que rejeitam qualquer formalização de estruturas de comando. Por isso, esses movimentos, mesmo que muitas vezes extremamente heterogêneos, cooperam por anseios de liberdade que não são apenas estratégia política, mas prática direta e intrínseca desses movimentos.

A AGP teve a idéia de organizar os dias de ação global. Estes dias coincidiriam com as datas das reuniões dos organismos internacionais e serviriam para demonstrar o contraponto, a rejeição e a negação global às suas políticas. Nesses dias, a rede organiza-se e age como desejar e onde estiver, surgem protestos simultâneos contra os efeitos da globalização econômica e das políticas do organismo em questão em todo o mundo. O famoso protesto de Seattle, 1999, ao contrário do que se pensa, era o terceiro desses dias¹⁷ e foi

¹⁶ Enrico Malatesta. Definição de anarquia. Disponível em: <<http://www.geocities.com/CapitolHill/Lobby/3526/erricod.html>>.

¹⁷ O primeiro foi batizado como M16 – 16 de maio de 1998. Protestos por ocasião do segundo encontro anual do G-8 (os sete países mais ricos e a Rússia), realizado em Birmingham, Inglaterra e do segundo encontro ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio), em Genebra, quando se celebrava os cinquenta anos do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Houve também a *Money or Life*, uma caravana de bicicletas que partiu da Alemanha e se somou aos protestos em Genebra. O segundo dia de ação global foi o J18 – Reunião do G-8 em Colônia, Alemanha, em 18 de junho de 1999. Ações massivas paralisam o centro financeiro de Londres; com participação marcante do Reclaim The Streets. Também dentro dos eventos do J18 foi organizada a Caravana Intercontinental, com mais de quatrocentas pessoas de todo o mundo que

chamado de N30 – o termo faz referência sempre ao mês e o dia do ato. No caso de Seattle: mês de novembro; dia 30 (CHRISPINIANO, 2002).

Em Seattle, pela primeira vez houve uma grande organização para os protestos. Uma espécie de centro de convergência dos grupos de afinidade foi criado para preparar as atividades, debater as estratégias de enfrentamento, assim como para hospedar os participantes – era o Direct Action Network – que mais tarde viria a ser uma organização permanente. Convocadas por meio da internet, milhares de pessoas foram às ruas da cidade americana protestar contra a conferência ministerial dos membros da Organização Mundial do Comércio. A incredulidade dos ministros e delegados das corporações financeiras veio à tona frente às barricadas erguidas nas ruas de Seattle. De onde vieram essas pessoas? Por que estão contra nós? O que nos fizemos? Eram as perguntas mais ouvidas após as manifestações que impediram a continuação das reuniões da OMC naqueles dias. Mesmo que os reais motivos da interrupção da cúpula ainda hoje provoquem dúvidas – pois existe um boato que interessaria aos Estados Unidos a sua paralisação – o fato é que o crédito foi dado aos movimentos que transformaram Seattle em uma cidade sitiada, em um mistura de

percorreram doze países europeus em onze ônibus. Ativistas e camponeses hindus, colombianos, mexicanos, brasileiros etc. iam protestando contra a globalização econômica, a dívida, acordos comerciais, alimentos geneticamente modificados e a recolonização do Sul.

intifada jovem americana e festas *punks*. Os protestos na rodada do milênio da OMC ficaram conhecidos como a Batalha de Seattle. Uma coalizão da diversidade autônoma, da qual participaram ecologistas, ONGs, sindicalistas e os novos ativistas, somando 50 mil pessoas, interrompeu as negociações já no segundo dia da cúpula. Entre os ativistas, ficaram nítidas duas tendências, de um lado, os grupos do Black Bloc, favoráveis à destruição de propriedade privada e de um postura de enfrentamento mais contundente – símbolo da volta de um anarquismo de confronto direto – e, de outro, os adeptos de uma intervenção pacífica. O século finalmente estava começando.

Após esses acontecimentos, os protestos globais ganham dimensão política e midiática e começam as expectativas em relação aos próximos encontros dos órgãos internacionais. Inicia uma mobilização constante, que se faria presente no ano seguinte em Quebec, na Cúpula das Américas, em que a principal atração foi a montagem de uma catapulta medieval de onde os manifestantes jogavam ursinhos de pelúcia por cima das cercas que isolavam o centro de convenções.

As recentes jornadas de ação global contra a Cúpula das Américas, realizada em Quebec, não foram a “reedição em miniatura” de Seattle, mas um grande passo à frente. Dezenas de milhares e irmãos e irmãs (e não poucos milhares) construíram o conflito que gerou um consenso e foi eficaz na prática do objetivo: obstruir a máquina propagandista do neoliberalismo mercantil de Bush e das *corporations* (DOCUMENTO DOS TUTE BIANCHE, 2002).

A mesma estratégia surreal e de retomada da subjetividade contra o sistema foram usadas em Washington, em abril de 2000. Bonecas gigantes de papiermâché tomaram as ruas em passeatas acompanhadas por batuques descompassados e pessoas de todas as

idades tentaram bloquear os acessos dos delegados ao encontro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional sentando-se nas ruas molhadas pela chuva fina que caía.

Menos de cinco meses depois outra reunião do FMI, em Praga, na República Tcheca reúne jovens do mundo inteiro. José Chrispiniano (2002), então formando de jornalismo na USP vai ao encontro com o objetivo de escrever um livro-reportagem como projeto final do seu curso e retorna com um belo testemunho dos acontecimentos. Acompanhou a organização desde a montagem do centro de convergência¹⁸ responsável pelos preparativos do protesto até as últimas marchas. O centro de convergência é o lugar onde são disseminadas as informações e organizadas as tarefas, funcionam sob uma coalizão de grupos sob os mesmos princípios, que funcionam com voluntários e equipes que cuidam de tarefas específicas, de forma autônoma. Lá durante mais de uma semana, uma comunidade alternativa se desenvolveu. Uma cozinha alternativa veio da Holanda para oferecer comida ecologicamente saudável aos participantes, uma célula de um grupo de mídia independente foi formado com as pessoas que chegavam para acompanhar os protestos e táticas de defesa para evitar a repressão policial ensinadas. No meio disso ainda aconteciam inúmeras palestras sob temas mundiais e um festival de música alternativa.

Oficialmente são mais de duzentas manifestações entre ilegais, banidas e falsas [...] Existem até duas manifestações, nos dias 27 e 28, marcadas especificamente para protestar contra a destruição da Amazônia brasileira [...] Porém a grande estrela da festa é apenas umas das duzentas: a macha ilegal do dia 26, que pretende cercar a reunião do FMI com o BIRD, banida pelas autoridades municipais sob a alegação que geraria muitas complicações no tráfego da cidade (CHRISPINIANO, 2002, p. 53)

Antes dos protestos acontece o ensaio da Samba Band, “um grupo de batuque com a intenção de criar uma ‘cacofonia contra o capital’ durante os protestos” (id., ib.). Apenas

¹⁸ Mais informações ver <<http://inpeg.ecn.cz>>

mais uma das diversas formas de expressão que desfilam nas passeatas no que Chrispiniano batizou de “guerrilha surreal”.

Na frente da igreja estava montado o equipamento de som e uma barraquinha, de onde o DJ comandava a trilha musical. Atrás dela ativistas e imprensa tiravam fotos na escada da igreja. Uns por trabalho, outros por recordação [...] Os grupos comunistas tradicionais, das mais diversas tendências nitidamente destoavam do clima da maioria. Enquanto gritavam palavras de ordem sem ritmo, em passeatas disciplinadas ao redor da praça, ou outros preparavam suas fantasias para a manifestação ou dançavam techno [...] Aquilo era uma rave, uma performance artística, um piquenique, um encontro socialista e também uma manifestação política (id., ib., p. 92 e 93).

As autoridades tchecas estimaram os número de manifestantes em 10 mil pessoas.

As marchas foram divididas em três passeatas (a amarela, a azul e a rosa-prateada) que se deslocariam para pontos chave da cidade onde tentariam impedir a saída dos participantes do encontro do FMI e, assim, prejudicar o evento.

A marcha rosa se organiza atrás da “samba band”. Diversos manifestantes usavam fantasias e a impressão não era de uma manifestação contra o FMI, mas de uma marcha do orgulho gay. Uma Maria Antonieta de peruca rosa posava para os jornalistas [...] Tão ou mais surreal que a marcha por samba eram os “macacões brancos”: gregos, finlandeses, espanhóis, tchecos e, principalmente, italianos do Ya Basta! O batalhão de “gladiadores” vestia-se não com armaduras, como a tropa de choque da polícia, mas com “armamoles” improvisadas. Sua proteção eram colchões, coletes salvavidas inflados ou folhas de papelão coladas com fita adesiva. Óculos de natação contra spray de pimenta, máscaras contra gás lacrimogêneo, câmaras de pneu de caminhão que, juntas, formavam “paredes” para empurrar a polícia. Seus “escudos” eram latas de lixo ou feitos de papelão com o mapamúndi desenhado neles. Na cabeça capacetes de moto, bicicleta e construção. As “armas” eram pistolas e metralhadoras d’água e milhares de bexigas coloridas, para “liquidar” o FMI e o BIRD, como estava escrito nelas. Eram o próprio exército de Brancalione (id., ib., p. 97 e 98).

Estas interessantes descrições de uma parte dos manifestantes em Praga, suas táticas e formas de expressão demonstram a erupção de uma dinâmica totalmente nova de atuação política, cujas características estamos tentando demonstrar. Em Praga, os manifestantes não conseguiram impedir a realização do encontro do FMI, contudo, na época pouco se falou das resoluções adotadas pelo organismo e as capas de jornais e as imagens de TV se detiveram naqueles curiosos manifestantes em um misto de curiosidade e repugnância. São os jovens da cultura da imagem, da TV, da internet, das marcas, que estão se reapropriando

da comunicação e da cultura, reinventando sua própria estética em uma revolução que parece fundamentalmente interior. Um dos organizadores dos protestos de Praga dizia: “A revolução é o processo, o processo é a revolução” para depois emendar ironicamente “Cada vez que eu digo essa frase eles sempre anotam. Acende uma coisa no cara”, se referindo ao jornalista para qual dava entrevista (id., ib.).

Contudo, a cada dia mundial de mobilização que passa, a violência das polícias locais se intensifica, assim como a violência dos próprios protestos em resposta. Assim, chegamos a Gênova, Itália. Palco dos confrontos mais violentos até hoje das manifestações globais. A cidade italiana que sediava um encontro do G-8 atraiu cerca de 50 mil manifestantes. A polícia aprendeu novas formas de repressão revendo e aprendendo com os erros de outros episódios e se preparou para uma guerra. A violência depreendida pelas forças de repressão, as cercas e arames que cercavam os prédios do encontro e as séries de prisões e espancamentos chocam o mundo e culminam com o assassinato pela polícia de um jovem anarquista italiano que se torna o primeiro mártir dos protestos globais: seu nome era Carlo Giuliani.

Contudo, Gênova foi um marco dos protestos globais, pois revelou de forma decisiva as novas características do confronto social moderno. A repressão a liberdade da multidão em Gênova encontra seu ápice, mas o efeito é inverso. O magnata das comunicações e presidente italiano, Silvio Berlusconi, declarou

preocupado, depois de Gênova, que “o Povo de Seattle está fazendo girar pelo mundo uma imagem nossa como imperadores violentos, sitiados pelas multidões dos que estão fora dos palácios” (PEDEMONTE, 2002).

É por meio da reapropriação da subjetividade, dos instrumentos de comunicação, que os protestos globais conseguem colocar em xeque toda a estrutura do poder midiático. Não é suficiente para a derrubada de políticas ou regimes, mas sugestiona a mente de milhões no mundo inteiro e faz explodir a lógica “natural” do sistema. O impacto das manifestações, com a reapropriação da comunicação, da subjetividade, da cultura é a reinvenção da luta. A grande mídia, pressionada, é obrigada a explicar o que aquelas pessoas fazem ali, na porta dos encontros internacionais, fantasiadas, exprimindo-se das mais diversas formas e muitas vezes enfrentando a polícia.

Em Gênova, as mais sofisticadas técnicas de controle da mídia explodiram. Todo jovem tinha uma câmera. Inflação de fotografia, inflação de corpos e de singularidades, inflação de crueldade e de estupidez [...] Mas a multidão é singular, e cada um tinha uma câmera: eis, pois, uma multidão de fotografias que se revelam uma arma mais afiada que um cassete transformado em instrumento de tortura. [...] Olhar era resistir, era produzir uma imagem contra controle, uma palavra contra a linguagem do poder (NEGRI, 2002).

Desse modo, a comunicação exerce mais uma vez sua centralidade. Dessa vez, é na sua transformação em arma política, nas práticas de resistência à violência das polícias, nada melhor do que dez câmeras inibidoras. Nas lógicas de reapropriação dos instrumentos de comunicação que permitem a cooperação livre da produção imaterial. Assim, é mais uma vez um paradoxo que aflora, na medida em que o capital receia os impactos da sua própria força motriz, pois reconhece a evidência de que a comunicação tanto pode ser seu instrumento quanto seu algoz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós estamos vencendo.
(Pichação feita nos muros de Seattle durante os protestos de 1999.)

Seria preciso produzir uma infinidade a mais de páginas para poder dar conta de todos os conceitos que deixamos passar durante o desenvolvimento deste trabalho. Temos clareza de que a abrangência do tema escolhido nos impede, nesse momento, de contemplar todas as bifurcações que se abrem à nossa frente. Contudo, cremos que o caminho escolhido tentou seguir uma lógica coerente com a proposta apresentada.

A demonstração da centralidade da comunicação nos processos de resistência e de constituição da globalização nos levou a reflexões, muitas vezes exteriores aos primeiros resumos e sumários. Apostamos, entretanto, nesse faro que se revelou, de bom grado, um desafio à imaginação e aos recursos acadêmicos e teóricos de que dispomos no momento. Dessa forma, concluímos que os processos comunicativos exercem, hoje, um papel central na redefinição dos paradigmas da humanidade. A emergência da comunicação e da informação nos processos econômicos, na redefinição dos modos de soberania, na política, nas relações sociais e de trabalho, na cultura e na reprodução do capital, nos traz um momento de grandes expectativas transformadoras. É preciso perceber que

se a comunicação se torna cada vez mais o tecido da produção, e se a cooperação lingüística se torna cada vez mais a estrutura da corporalidade produtiva, então o controle do sentido e do significado lingüísticos e das redes de comunicação constituem uma questão cada vez mais central para a luta política (HARDT e NEGRI, 2001, p.428)

Dessa forma, se é nos instrumentos da comunicação moderna e nos mecanismos da cooperação lingüística que o capital se sustenta então precisamos nos concentrar em pensar as formas como podemos reorganizar os fluxos de cooperação livre do trabalho, de socialização do conhecimento, de estimular as trocas subjetivas e práticas alternativas. Nesse arcabouço teórico em que nos desenvolvemos, ainda é urgente uma reflexão mais aprofundada de processos que possam se constituir em mais do que resistências ao capital informacional, mas que se pretendam rupturas da multidão na construção de um mundo libertário.

Cremos, contudo, que o caminho a ser percorrido passa necessariamente pelos mecanismos da comunicação social. Não haverá transformação, a menos que a reapropriação da comunicação social seja definitiva. Tentamos demonstrar, porém, que esse esforço já começou. A reencarnação dos insurrecionais valores piratas e anarquistas na emergência da multidão são os esteios ideais contra as novas dinâmicas da propriedade imaterial e da recusa da soberania imperial, na construção do contra-Império.

A forma pirata é a resistência perfeita contra uma forma propriedade que se sustenta no roubo da subjetividade coletiva. Só a audácia dos piratas modernos consegue atacar a propriedade privada em sua própria lógica e a retransforma dia após dia em propriedade coletiva. Da mesma forma, só que a volta dos princípios anarquistas, com base na total recusa de qualquer forma de controle, governo, hierarquia e, sobretudo, soberania é capaz de enfrentar as novas dinâmicas do poder que invadem todas as formas da sociabilidade humana. Essa recusa é o caminho para a descoberta de novas formas de cooperação entre os indivíduos, de novas formas de comunidade e utopia.

Essas novas formas que estão em gestação nos espaços nascedouros dos Fóruns Sociais Mundiais e nos seus espaços alternativos, como a organização dos Acampamentos Mundiais da Juventude, assim como, as experiências dentro dos processos de organizações e intercâmbios promovidos por meio dos protestos globais ainda não conseguiram alcançar etapas mais desenvolvidas que possam caracterizar um amplo movimento constitutivo da multidão. “É necessário proceder a sérios debates sobre estratégia e processo, mas é difícil ver como eles se desdobrarão sem atolar um movimento cuja maior força até agora tem sido a sua agilidade” (Klein, 2002).

O jornalista Eduardo Galeano perguntava, em um dos seus poemas mais famosos, “Para que serve a utopia? Serve para caminhar!”. Dessa forma, somente essas conjecturas, seus desenvolvimentos, seus desafios, já valeriam um trabalho de envergadura muito maior do que esta humilde contribuição que espera até aqui ter cumprido o papel que lhe coube o propósito.

Quanto ao que a multidão fará contra o Império, eu me entrego com prazer àquilo que pensam e fazem os militantes dos movimentos globais. Acredite, são muito mais inteligentes e capazes que nós, quando éramos pequenos (NEGRI, 2003, p. 48).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA REUTERS. Lei de direitos autorais é mantida por mais 20 anos nos EUA. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 jan. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u27112.shtml>>.

AGUITON, Christophe. *O mundo nos pertence*. São Paulo: Viramundo, 2002.

AMIN, Samir. Capitalismo, imperialismo e mundialização. In: SEOANE, José e TADDEI, Emilio. (orgs.) *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. *Walter Benjamin. Obras escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BLOOMBERG NEWS. Tower Records pede concordata nos EUA. Pioneira das megarredes de vendas de CDs e DVDs sucumbe à concorrência da pirataria digital. Rio de Janeiro, *O Globo*, 10 fev. 2004.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de. (org.) *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHOMSKY, Noam. *A luta de classes: entrevistas a David Barsamian*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

CHRISPINIANO, José. *A guerrilha surreal*. São Paulo: Conrad/Com-Arte, 2002.

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. Introdução. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b.

COCCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela. (orgs.) *As multidões e o Império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação. In: BUCCI, Eugênio. (org.) *A TV aos 50*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1227 – Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. *Mil platôs*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. v. 5.

DOCUMENTO dos Tute Bianche após retornarem do México. In: COCCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela. (orgs.) *As multidões e o Império*: entre globalização da guerra e universalização dos direitos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Os federais da cultura*. São Paulo: Biruta, 2003.

ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FESTA do lado de dentro; caça aos piratas do lado de fora. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 fev. 2004.

GALVÃO, Alexander P. et al. (orgs.) *Capitalismo cognitivo*: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GINDRE, Gustavo. *Produção e transmissão de conhecimento: o poder no século XXI*, 1998. Disponível em PreTextos: <www.facom.ufba.br/pretextos>.

_____. *O papel da comunicação nas sociedades em crise*, 2003. Disponível em: <<http://observatório.ultimosegundo.ig.com.br/pb05072000.htm>>.

GUATTARI, Félix. *Caosmose*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações*. São Paulo: Objetiva, 1993.

_____. Prefácio. In: LAWRENCE, E. Harrison; HUNTINGTON, Samuel. (orgs.) *A cultura importa*. Os valores que definem o processo humano. Rio de Janeiro: Record, 2002.

INDÚSTRIA fonográfica deve rever modo de fazer negócios. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 set. 2003.

KLEIN, Naomi. *Sem logo*. A tirania da marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

_____. Marcas globais e poder corporativo. In: MORAES, Dênis de. (org.) *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003a.

_____. *Cercas e janelas*. Na linha de frente do debate sobre globalização. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003b.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, Dênis de. *Por outra comunicação*. Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

LUDD, Ned. (org.) *Urgência das ruas*: Black Block, Reclaim The Streets e os dias de ação global. São Paulo: Conrad, 2002.

MALINI, Fábio. A informação como arma política: do confinamento ao descontrole. In: GALVÃO, Alexander P. et al. (orgs.) *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____. *A liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.

MORAES, Dênis de. *O concreto e o virtual*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2001.

NEGRI, Antonio. Assim começou o fim do Império. In: COCCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela. (orgs.) *As multidões e o Império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PEDEMONTE, Enrico. Minha luta no Império. In: COCCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela. (orgs.) *As multidões e o Império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAMONET, Ignacio. *Os senhores da rede*, 1999a. Disponível em: <[http:// www.veraz.com.br/artigo20.htm](http://www.veraz.com.br/artigo20.htm)>.

_____. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999b.

RETAMAR, Roberto Fernández. *Caliban e outros ensaios*. São Paulo: Busca Vida, 1988.

RODOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura do capital*. Trad. César Benjamim. Rio de Janeiro: Eduerj e Contraponto, 2001.

SADER, Emir. *Século XX: uma biografia não-autorizada. O século do imperialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

SEOANE, José e TADDEI, Emilio. (orgs.) *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. O globalismo como neobarbárie. In: MORAES, Dênis de. *Por outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

VIRILIO, Paul. A cidade superexposta e as perspectivas do tempo real. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

WILSON, Peter Lamborn. *Utopias piratas*. São Paulo: Conrad, 2002.